

HELGA VAZ RODRIGUES MAGALHÃES

**PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA
JUVENIL NAS
MINORIAS ÉTNICAS**

Orientador: Valentina Chitas

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2016

HELGA VAZ RODRIGUES MAGALHÃES

PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL NAS MINORIAS ÉTNICAS.

A Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre Em Psicologia Forense e de Exclusão Social do Curso de Mestrado em Psicologia Forense e de Exclusão Social, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 23 de Junho 2016 com o Despacho de Nomeação de Júri nº 137/2016 com a seguinte composição:

Presidente-Professor Doutor Carlos Alberto Poiares

Arguente-Professor Doutor Pedro Pechorro

Orientador: Professora Doutora Valentina Chitas

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

COPELABS

Lisboa

2016

Epígrafe

***“AOS FARRAPADOS DO MUNDO
E AOS QUE NELES SE DESCOBREM
E, ASSIM DESCOBRINDO-SE, COM ELES SOFREM,
MAS SOBRETUDO, COM ELES LUTAM”.***
(Freire, P. 1970. 23).

Agradecimentos

Quero agradecer à minha Orientadora, Prof. Doutora Valentina Chitas pela sua paciência e apoio dado na realização deste trabalho, sem a qual não teria conseguido.

Não posso deixar de agradecer a presença de vários professores e colegas que passaram pelo meu percurso académico, e que foram, sem dúvida, fonte de inspiração, da qual pude contar, em várias ocasiões, com o seu apoio e motivação.

Não posso deixar de agradecer à minha família sobretudo aos meus filhos por serem a minha alegria e razão de viver e a todos meus familiares e amigos pelas palavras e atos de força e motivação ao longo de todo este percurso.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo o desenvolvimento de um programa de prevenção da delinquência juvenil nas minorias étnicas. Trata-se de um programa direcionado para jovens de minorias étnicas localizados nas zonas periféricas da grande Lisboa, partindo do pressuposto que estes enfrentam, desde muito cedo, dificuldades e necessidades básicas, tais como o desenraizamento e a inclusão em estruturas familiares muito deficitárias e carenciadas, em comparação com os jovens autóctones ou de países de acolhimento, estando assim em maior risco de desenvolverem comportamentos desviantes. Pretende-se intervir no sentido de incentivar estes jovens a desenvolverem competências pessoais e sociais que lhes permitam desenvolver um processo de socialização mais adequado e enfrentar as diversas tarefas exigidas nesta etapa do ciclo de vida, havendo assim um reforço dos fatores de proteção da delinquência juvenil, prevenindo este fenómeno em constante desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Delinquência juvenil; prevenção; socialização; integração.

ABSTRACT

This dissertation aims to develop a prevention program of juvenile delinquency in ethnic minorities. This is a targeted program for young ethnic minority, located in peripheral areas of Lisbon, starting from the assumption that they face, from an early age, difficulties and basic needs, such as uprooting and loss and poor family structures, compared to native youth or host countries, so are at increased risk of developing deviant behavior. It intends to intervene to encourage these young people to develop personal and social competencies that allow them to develop a process proper socialization and face the various tasks this life cycle stage, so there is a strengthening of protective factors of juvenile delinquency, thus preventing this phenomenon constantly development.

KEY WORDS: Juvenile Delinquency; Prevention; Socialization; Integration.

Índice

Introdução.....	9
PARTE I – PARTE TEÓRICA	
Capítulo I – Adolescência e a Delinquência.....	12
1.Adolescência.....	13
2.Delinquência	18
3.Os Modelos e Teorias Explicativas do Comportamento Desviante, Antissocial e Delinquentes.....	20
3.1 Escola de Chicago.....	20
3.2 O Modelo de Aprendizagem Social.....	24
3.3. O Modelo de Controlo Social.....	24
3.4. O Modelo de Subcultura/Identidade.....	27
3.5. A Teoria do David P. Farrington.....	27
3.6. O Modelo de Desenvolvimento Social do Comportamento Antissocial.....	29
4.A Personalidade e a Delinquência.....	33
5. A Teoria do Jessor &Jessor.....	35
6.Início e Continuidade do Comportamento Delinquentes.....	36
6.1. A Teoria Desenvolvimental.....	37
6.2. A Teoria do Moffit.....	38
6.3. A Teoria da Thornberry e Krohn's.....	39
Capítulo II- Os Fatores de Risco e de Proteção.....	42
7. Os Fatores de Risco.....	43
7.1.Os Fatores de Risco Individuais.....	43
7.2, Os Fatores de Risco Familiares.....	45
7.3. Os Fatores de Risco Relacionados a associação aos pares.....	49

7.4. Os Fatores de Risco Relacionados com a Influência da Escola.....	49
7.5. Os Fatores de Risco Causados por Influências Situacionais.....	50
8. Os Fatores de Proteção.....	51
Capítulo III – Relação entre a Etnia e a Delinquência/Criminalidade	53
9.Relação entre a Etnia e a Delinquência/Criminalidade	54
9.1. A Criminalidade e a Etnia.....	57
9.2. A Relação entre a Imigração e a Delinquência/Criminalidade	60
Capítulo IV- A Delinquência/Criminalidade e a Justiça em Portugal.....	65
10.A Delinquência/Criminalidade e a Justiça em Portugal.....	66
10.1.A Legislação de Menores em Portugal.....	67
10.2. As Medidas Tutelares Não Institucionais.....	70
10.3. As Medidas Tutelares Institucionais.....	71
Capítulo V- As Estratégias de Prevenção dos Comportamentos Delinquentes.....	72
11.As Prevenção dos Comportamentos Delinquentes	73
12. Os Tipos de Prevenção.....	75
12.1.Prevenção Primária.....	76
12.2.Prevenção Secundária.....	76
12.3.Prevenção Terciária.....	76
12.4. Intervenções Preventivas Universais.....	76
12.5. Intervenções Preventivas Seletivas.....	77
12.6. Intervenções Preventivas Indicadas.....	77
12.7. Prevenção Ambiental.....	77
13. Os Contextos de Intervenção.....	78
13.3 Abordagem Centrada na Escola.....	79
13.2 Abordagem Centrada na Família.....	81

13.3 Abordagem Centrada na Comunidade.....	83
14. Os Programas Nacionais de Prevenção.....	83
14.1. Programa Escolhas.....	83
14.2. Programa GPS.....	85
 PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	
15.Legitimação.....	89
16.Cartografia.....	92
16.1. Os Objetivos Gerais do Programa.....	93
16.2. Os Objetivos Específicos.....	93
16.3.População-Alvo.....	94
16.4. Contexto de Intervenção	94
16.5. Apresentação do Programa.....	95
16.6. Identificação de Consórcio.....	98
16.7. Constituição da Equipa.....	98
16.8 A Calendarização.....	99
16.9 A Avaliação do Programa.....	99
16.10 A Avaliação Externa.....	100
17.Conclusão.....	101
Referências.....	104
Apêndices.....	I

Introdução

A adolescência é uma fase importante na vida de um sujeito, sobretudo pelo facto de este período marcar o despoletar de um conjunto de transformações físicas, psíquicas e cognitivas que em combinação e interação resultam numa série de transformações comportamentais (Chitas, 2010). Estas transformações são influenciadas pela relação que o adolescente estabelece com os sistemas envolventes, nomeadamente a relação com a família, grupo de pares, professores entre outros. Consoante estas relações forem bem-sucedidas ou não podem conduzir os sujeitos a comportamentos de risco (como por exemplo uso de drogas, comportamentos sexuais de risco, delinquência etc.). Estes comportamentos constituem, atualmente, uma das principais causas de morte e morbilidade na população jovem em diferentes países e regiões do mundo e tem atraído a atenção de investigadores de diferentes áreas disciplinares (psicologia, sociologia, saúde pública) que procuram identificar as causas deste fenómeno, bem como os fatores de proteção, tendo em vista o desenvolvimento de políticas de intervenção neste domínio

É na adolescência que ocorre a designada crise da puberdade, fase particular e única que tem origem em transformações orgânicas e fisiológicas, mas não só, também na forma de pensar, agir e sentir pondo em causa tudo o que até a data parecia estar assente. Na puberdade são reativados alguns conflitos antigos e dá-se o surgimento de novos conflitos Quer ao nível interior como exterior. A nível exterior, na perspetiva de Evaristo Fernandes (1990) e Pierre Galimarde (1970), estes conflitos devem-se ao facto de haver grandes transformações corporais, fisiológicas e hormonais no sujeito. Associada a estas mudanças individuais, estão as influências contextuais que podem conduzir ou contribuir para a adoção de comportamentos risco.

Sobre a influência do contexto, o modelo de aprendizagem social, Bandura (1973) identifica os processos através dos quais se efetuam as aprendizagens, processos do padrão de conformidade do comportamento antissocial de como são mantidos e extintos. Segundo este modelo, as crianças aprendem padrões comportamentais através de diversas instituições, família, escola, religião, pares entre outras e elas seguem estes padrões quer sejam bons ou maus.

Outro modelo que muito contribui para a compreensão desta temática é o modelo de controlo social Hirschi (1969) que identifica os elementos causais, a etiologia do abuso de drogas e da delinquência bem como a etiologia dos comportamentos conformistas. Tem como suporte, o afeto/ vínculo, o compromisso para com o outro e o investimento na socialização.

O modelo da subcultura/ identidade é de certa forma complementar a teoria do Hirschi atribui ao grupo de pares o protagonismo, identifica este como sendo o contexto onde se iniciam as atividades não conformistas.

O modelo do desenvolvimento do comportamento antissocial tem em consideração outras variáveis para além das variáveis acima mencionadas como sendo explicativas dos comportamentos delinquentes. Segundo este modelo, existem três variáveis exógenas que interferem no comportamento antissocial, e que são mediadoras dos outros constructos do modelo em causa, estas variáveis são: O primeiro constructo é a posição do indivíduo na estrutura social, o segundo são fatores psicológicos ou constitucionais, e o terceiro são os constrangimentos externos. Estas perspetivas teóricas dão-nos a compreensão dos fatores envolvidos nos comportamentos de risco.

O presente trabalho teve como objetivo o estudo da delinquência juvenil, na relação entre a etnia e a criminalidade sobretudo na comunidade africana. Divide-se em cinco capítulos, no primeiro capítulo realizou-se uma revisão da literatura sobre a temática da adolescência e as transformações biopsicossociais associadas a esta etapa do ciclo de vida bem como sobre as teorias explicativas da delinquência juvenil. No segundo capítulo foi feita a abordagem sobre os fatores de risco e de proteção na adoção dos comportamentos desviantes, no terceiro capítulo abordou-se a relação entre a etnia e a delinquência/criminalidade e abordou-se ainda a relação entre a etnia e a imigração e as diversas estratégias de aculturação que influenciam o processo de socialização e integração dos jovens e de que forma estas estratégias poderão constituir um fator de risco ou proteção relativamente à adoção de comportamentos desviantes. No quarto capítulo deu-se a conhecer o enquadramento jurídico da delinquência e no quinto capítulo foi dado a

conhecer os diferentes programas de intervenção existentes no âmbito da intervenção e prevenção dos comportamentos desviantes.

A parte prática da dissertação foi dedicada à planificação de um programa de prevenção da delinquência juvenil.

CAPÍTULO I- ADOLESCÊNCIA E A DELINQUÊNCIA

1. A adolescência

“O adolescente é como um cego que se move num meio cujas dimensões foram alteradas” (Haim, 1969). A adolescência é marcada pelo período em que a criança se encontra a crescer e a fortalecer; de acordo com Almeida (1987), é um dos períodos mais agitados da vida humana.

Nos últimos anos, o período da adolescência tornou-se o objeto privilegiado de investigação para a psicologia, uma vez que esta etapa do ciclo de vida abre uma janela para a compreensão da plasticidade e diversidade do desenvolvimento humano e das relações, recíprocas que se estabelecem entre o indivíduo e o seu ecossistema (Chitas, 2010).

De facto, este período marca o despoletar de um conjunto de transformações físicas, psíquicas e cognitivas, que em combinação e interação resultam numa série de transformações comportamentais.

O homem ao longo do processo de crescimento e desenvolvimento passa por diversas etapas, cada uma delas com características próprias ao nível cognitivo e comportamental. Segundo Pierre Galimarde (1970), durante a infância e até os sete anos de idade, a criança possui o pensamento intuitivo, não é capaz de considerar várias perspetivas de um problema, ou de aceitar várias opiniões, também não conseguem estabelecer diferenças entre os objetos, consideram o objeto no seu todo de uma forma global.

A partir dos sete anos o pensamento intuitivo é substituído pelo reflexivo, a consciência psíquica ganha novas dimensões, a criança adquire a capacidade de refletir sobre os assuntos, de considerar várias perspetiva de um determinado problema e de aceitar outras opiniões para além da sua. É também nesta idade que adquirem a noção do tempo e do espaço. Com o passar do tempo a fase da infância é ultrapassada e o indivíduo entra numa outra fase da vida, a puberdade, idade na qual decorrem diversas alterações físicas e psicológica, em que os indivíduos, como refere Rousseau, não são nem crianças nem adultos.

Segundo Erikson (1968), à abordagem do fenómeno da adolescência é feita segundo três grandes dimensões, nomeadamente, a dimensão biológica, social e individual.

Para Strecht (2006) a adolescência é um estado único de desenvolvimento. Nesta fase do desenvolvimento humano ocorrem as principais transformações que alteram a qualidade dos processos emocionais e cognitivos; as tarefas fundamentais dos adolescentes são três e tem a ver com modificações de relações: com o corpo, com os pais (num novo balanço entre a dependência e a autonomia) e com o grupo de pares.

A adolescência é assinalada pelo aparecimento de diversas transformações, quer sejam elas físicas e/ou psicológicas que corresponde ao desenvolvimento fisiológico e morfológico do ser humano, até ao momento em que o jovem atinge o estado de maturidade, por volta dos 25 anos (Tyrode & Bourcet, 2000).

“Ao longo deste período, o indivíduo passa por momentos críticos, desenvolvendo-se segundo uma evolução regular em que cada etapa se desenha como uma organização mais rica e definida dos caracteres surgidos no estágio precedente” (Tyrode & Bourcet, 2000).

Este período é considerado por muitos estudiosos desta temática como o mais difícil na vida de um indivíduo, tanto para o sujeito, como para os que o rodeiam devido à designada crise da puberdade que ocorre neste período. É uma fase particular e única na qual ocorrem transformações orgânicas e fisiológicas, transformações que condicionam a evolução psicológica. As transformações da puberdade ocorrem sobretudo no corpo e através do corpo, mas não só, ocorrem também transformações tanto ao nível do pensamento, como na forma de agir e sentir.

Segundo Piaget, as mudanças que ocorrem na maneira como o adolescente pensa sobre si, sobre seus relacionamentos interpessoais e sobre a natureza da sua sociedade, têm como origem o desenvolvimento de uma nova estrutura lógica que o próprio autor designa de operações formais, as quais sucedem à estrutura operatório concreto. Está nova estrutura generaliza as operações concretas, coordena umas as outras, e coordena também os resultados das operações. Dissocia ainda o conteúdo das operações da sua forma e é através deste processo regulador e equilibrado que as operações concretas se tornam formais (Piaget, 1956 c.p.145 cit, por Fernandes, 1990). Uma das consequências de se adquirir pensamento operatório formal é a capacidade de construir provas lógicas em que a conclusão segue a necessidade lógica. Essa habilidade constitui o raciocínio dedutivo.

Nesta fase, a criança ou jovem não é só constrangido à mudança púbere no decurso de transformações biológicas e hormonais, como também sofre pressões da família e do meio. O choque emocional ou a desorganização pubertária que caracteriza o

jovem nesta fase poderá engendrar e originar perturbações de comportamentos e de condutas que são frequentes durante este período da vida. Embora a adolescência seja marcada por algum equilíbrio/desequilíbrio, é através desse processo que o adolescente passa progressivamente para a vida adulta (Negreiros, 2001; Almeida, 1987; Tyrode & Bourcet, 2000).

A fase da adolescência é marcada por diversas crises e/ou perdas: a crise existencial, a instabilidade afetiva, emocional, a indiferença, os problemas relativos à autoimagem, os conflitos de género, a procura da identidade, os conflitos com a família, entre outras angústias e mal-estares (Strecht, 2006). Esta crise situa-se entre dois polos importantes: a dependência (protecção) e independência (autonomia), caracterizando-se por contradições, confusões, ambivalências, conflitos com os progenitores e com a função parental e, de procura de identidade e autonomia (Silva, 2004). Nesta fase o jovem procura junto de grupos de pares a sua identidade, onde estabelece interações e passa a ter outros modelos de referência (Braconnier & Marcelli 2000; Kammerer, 1992).

Ainda, fazendo referencia sobre à puberdade neste período, dá-se a reativação de alguns conflitos antigos e sucede o ressurgimento de novos conflitos querem ao nível interior como exterior. Ao nível exterior, prende-se com o facto de haver grandes transformações corporais, fisiológicas e hormonais no sujeito, contudo em termos psicológico e comportamental o sujeito revela-se pouco maturo. Ao nível do conflito interior é neste período que se dá a maturação e o equilíbrio psicológico. Estes acontecimentos fazem ressurgir a crise do eu, o egocentrismo, a necessidade de domínio, autonomia e liberdade contudo, persiste o lado infantil do sujeito. Esse conflito interior prende-se principalmente com à necessidade de construção de uma identidade por parte do adolescente. Entende-se por identidade o efeito do resultado da interação das várias identificações processadas pelo próprio indivíduo, efeito resultante da apropriação, assimilação, interiorização de tais dados, numa dimensão de verticalidade, transfuncionalidade e transcendência (Fernandes, 1990).

O período da adolescência é caracterizado pelos psicanalistas como um período de confusões estresse e luto causados pelos impulsos sexuais que emergem nessa fase do desenvolvimento.

Erikson (1976) atribui a este período/estágio nome de *identidade versus confusão*, um período caracterizado pela existência de confusão de papéis e dificuldades de estabelecer uma identidade própria.

Para Debesse (1946), a adolescência não é uma simples transição da infância à idade adulta, ela possui uma mentalidade própria com um psiquismo característico dessa fase que é comum todos os adolescentes ainda que pertençam gerações diferentes.

Segundo Carvalho (1996) a adolescência é uma etapa que conduz o indivíduo a uma redefinição da própria identidade, ao avaliar sua inserção no plano espaço-temporal, integrando o passado, com suas identificações e conflitos, ao futuro, com suas perspectivas e antecipações.

Nas palavras de Aberastury e Knobel(1992),o adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas, que designa de “síndrome normal da adolescência”. Esta síndrome é marcada por um conjunto de sinais e sintomas que caracterizam esta fase de desenvolvimento e que fazem com que o adolescente apresenta uma vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos de pais, irmãos, amigos e de toda a sociedade.

É nesta vulnerabilidade especial de assimilação que se pode formar uma identidade incoerente, visto que, como foi anteriormente descrito, a identidade é o efeito resultante da apropriação, assimilação, interiorização de dados.

Defende Erickson (1976), que os problemas na construção e desenvolvimento de identidade podem culminar numa identidade difusa, desarticulada, incompleta, caracterizada por uma noção pouco coerente do eu, numa identidade bloqueada e negativa, em que o adolescente toma como referências, identidades que não são adequadas nem para a família, nem para a sociedade.

O adolescente ao procurar a sua identidade e autonomia, muitas vezes opõe-se aos valores estabelecidos pela família e pela sociedade em que está inserido, o que gera conflito com a família e com a sociedade. Este conflito com a família e/ou sociedade pode conduzir a atos que violam as normas. Le Blanc (1999) refere que estes comportamentos, embora sejam típicos da adolescência, quando permanecem no tempo, ou seja, até a vida adulta resultam numa escalada de crimes e trajetórias delituosas.

Sobretudo pelo facto de este período marcar o despoletar de um conjunto de transformações físicas, psíquicas e cognitivas que em combinação e interação resultam

numa serie de transformações comportamentais. Associada a estas mudanças individuais, estão as influências contextuais que podem conduzir ou contribuir para a adoção de comportamentos risco.

A maioria dos autores defende que o período da adolescência é um período conturbado, turbulento e as causas são questões intrínsecas e extrínsecas ao indivíduo.

Contudo Herrán (1997), não considera que haja uma crise no período de adolescência prefere designá-la de um período de transição, concordando apenas em parte com outros autores e linhas teóricas sobre o fato de a adolescência ser um período de transição marcado por mudanças físicas e cognitivas. O mesmo ocorre no que diz respeito à construção de uma identidade.

2.Delinquência juvenil

Todos os jovens fazem parte de um grupo com o qual se identificam. Este grupo tem um papel fundamental na estruturação do adolescente enquanto indivíduo social.

Todos os dias somos bombardeados com inúmeros casos de delinquência, que nos chegam por diversas vias, levantam consigo diversas questões e são motivo de debate na comunidade, nas escolas, na família, etc. A preocupação com este fenómeno leva a necessidade de agir, tomar medidas que vão desde o campo, social, jurídico, administrativo até o preventivo (Carvalho, 2005).

A delinquência é um fenómeno multideterminado podendo ser originada por fatores de diversas ordens (biológico, psicológico e social) com implicações ao nível dos comportamentos, atitudes, interações, pensamentos, emoções, crenças, expetativas

Existe alguma ambiguidade na definição do conceito de delinquência, que muitas vezes se confunde com a definição dos comportamentos antissociais, crime, desvio, perturbação do comportamento, transgressão, ou simplesmente como um processo normativo de crescimento e desenvolvimento juvenil (Moita, 1985). O conceito de delinquência é talvez aquele que está associado a uma maior imprecisão. Para (Cohen, 1955), o ato delinquente exprime a angústia dos jovens numa cultura que se neutraliza pelas suas contradições de socialização. Na perspetiva de Cloward e Ohlin (1960), o ato delinquente é um desafio na qual os elementos provam que são membros da ceita de que fazem parte, segundo Herpin (1982), a delinquência é a condição necessária sem a qual nem um bando poderia formar-se.

Com efeito, o termo delinquência é sobretudo definido em função de critérios jurídico-penal, sendo delinquente o indivíduo que praticou atos dos quais resultou uma condenação pelos tribunais, como pode confundir-se com a definição de comportamento antissocial, que é um fenómeno heterogéneo, caracteriza-se não só pela extrema diversidade de manifestações (agressão, roubo, vandalismo etc.), como designações múltiplas (perturbações de comportamento, comportamentos externalizados, delinquência etc.) o que propicia a ambiguidade e imprecisão e assumindo, desse modo, o fenómeno uma maior amplitude (Negreiros, 2001).

Apesar de existir várias definições, o termo mais abrangente é o de comportamento antissocial, que mais se aproxima da definição da delinquência, uma vez que está associado a atos que conduzem o indivíduo a violar regras e expectativas socialmente estabelecidas (Matos et al., 2009; Agra & Matos, 1997). É importante perceber que o comportamento desviante trata da oposição e do lado negativo da norma e que varia consoante o tempo e o espaço (Poiars, 2008). Na perspetiva de Cusson (1990), as motivações para o desvio são: gasto de energia/desejo de excitação, obtenção de prestígio ou qualquer supremacia, aquisição de bens e o domínio do outro através da violência.

Segundo Weiner (1995), os comportamentos delinquentes distinguem-se de acordo com a sua severidade. Para o referido autor ao estudar-se estes comportamentos deve-se ter em atenção, os tipos de delitos, se são delitos graves, pequenos e relativos ao estatuto.

Cloward e Ohlin, (1960) defendem que o ato delinvente é definido a partir de dois elementos essenciais, por um comportamento que viola as regras fundamentais da sociedade e, quando é oficialmente reconhecido, provoca um julgamento pelos agentes da justiça criminal estabelecendo que tais normas foram violadas. LeBlanc e Fréchette (1989) defendem conceções semelhantes, em que a delinquência, no âmbito destas definições, é assimilada a uma violação de normas instituídas e partilhadas no quadro de um determinado sistema sócio cultural.

Na perspetiva do Shaw (1983,cit.por.Marcus & Betzer,1996) define a delinquência como uma forma extrema de comportamento antissocial e um padrão de comportamento ilegal cometido pelo menor. Por conseguinte, Matza (1964) propõe um modelo analítico situacional para a delinquência juvenil. Para o referido autor, o delinvente está situado permanentemente na fronteira entre o convencional e o crime, respondendo alternadamente nesta perspetiva. Postula que o envolvimento dos jovens na Delinquência está relacionado com a atração que a situação exerce, ao ponto de suspender transitoriamente o risco da punição e os valores morais vigentes.

Em suma, alguns destes autores mostram-se em consonância relativamente a que a delinquência, seja a infração de uma norma socialmente imposta e que quando sucede dá origem a uma punição.

A lei deve ser o Pólo de definição da delinquência, sendo esta uma definição estritamente legal. Entende-se, então, delinquência juvenil como toda a conduta praticada por um menor (em termos criminais), ou seja, com idade inferior a 16 anos, que seja suscetível de sanção Jurídico-Criminal.

3.Os modelos e teorias explicativas do comportamento desviante, antissocial e delinquentes.

Após terem sido explanados alguns aspetos sobre a definição, os pontos de divergência e convergência entre os conceitos como os da delinquência, comportamentos desviantes e antissociais, serão de seguida abordadas algumas teorias explicativas sobre estes conceitos.

3.1.A Escola de Chicago

Segundo Becker (1996), pode-se distinguir pelo menos dois tipos de escola: a escola de pensamento e a escola de atividade. Seguindo a terminologia desenvolvida por Guilemard Apud Becker (1996), assume-se como Escola de Pensamento um grupo de pessoas que compartilham princípios comuns de pensamento e abordagem científica. Ainda que nunca se tenham encontrado, essas pessoas integram uma Escola de Pensamento a medida que tenham pontos de convergência e similaridade de pensamento e ideias. Segundo uma definição convencional, a Escola de Chicago é um conjunto de professores e alunos, temas e conceitos, pesquisas e publicações, relacionadas à idade de ouro do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (1920-1932 segundo a cronologia de Faris).

Contudo, não é como Escola de Pensamento que o centro de pesquisas de Chicago se insere na trajetória do pensamento sociológico. Como refere Teixeira (1996), a multiplicidade de temas e formas de abordagens dos fenômenos urbanos fez agrupar pesquisadores diferenciados e com preocupações variadas na Escola de Chicago. Por outro lado, o fato de não construir-se como Escola de Pensamento não reduz a magnitude da contribuição de a Escola de Chicago ao pensamento sociológico.

Becker (1996) afirma que em Chicago se observou a chamada “Escola de Atividade”, ainda segundo terminologia de Guillemard. Mas o fato de ser uma Escola de atividades não gerou fragmentação e rutura do grupo, devido as divergências teórico-metodológicas, parece ter

permitido uma liberdade de experimentações e de exploração de campos de pesquisa sociológica.

Coulon (1995) destaca que o que se entende por Escola de Chicago nem sempre compreende uma corrente homogênea de pensamento, no entanto, diversas características são capazes de conferir grande unidade e um lugar particular e distinto na sociologia americana. Para o referido autor, entende-se por Escola de Chicago um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados no período compreendido entre 1925 e 1940, por professores e estudantes da universidade em Chicago.

Também pode ser atribuído caráter distintivo ao significativo do papel desempenhado não só por professores e pesquisadores, mas também por alunos da Universidade de Chicago, estruturando um campo fértil e variado de estudos acerca dos fenômenos urbanos. Segundo Becker (1996), isso deve-se sobretudo ao fato da Escola de Chicago remeter-se ao campo das pesquisas empíricas, em detrimento das grandes construções teóricas. O objetivo era a produção e a estimulação de uma grande variedade de estudos sobre a realidade urbana de Chicago, inclusive por parte do corpo discente. Nesse sentido, o processo de ensino e a aprendizagem tinha como uma das suas bases a pesquisa empírica, envolvendo alunos e professores. Joas (1999) argumenta: As condições institucionais da recém-fundada Universidade de Chicago favoreciam a opção pela pesquisa e pela interdisciplinaridade. Nessa universidade os discentes enfatizavam a aprendizagem por meio da pesquisa, enquanto a infraestrutura enfatizada a pesquisa cooperativa.

Estas teorias levaram a uma profusão de seguidores por diferentes escolas dos Estados Unidos e mesmo do Canadá, originários de Chicago. Se o método empírico era uma orientação para a pesquisa em Chicago, como atesta Coulon (1995), cabe frisar que ela não se refugiava na esfera quantitativa. Postula Becker (1996), uma das características centrais da Escola de Chicago era não ser puramente qualitativa ou quantitativa. Ao contrário, uma das mais importantes contribuições dos sociólogos de Chicago foi o desenvolvimento de métodos originais de investigação, que iam desde a utilização de documentos pessoais, passando por trabalhos sistemáticos de campo e chegando a exploração de diferentes fontes documentais.

Esse desprendimento quanto a experimentação e associação de diferentes métodos de pesquisa pode estar associado ao fato da Escola de Chicago ter-se optado pelo método

empírico e não pela construção de grandes narrativas teóricas. Além disso, a ênfase e o interesse em estudos empíricos não implicava uma completa ausência de produção teórica. Como destaca Becker (1996), seria mais correto afirmar que Blumer era um autor teórico, visto que apesar de seu vidente interesse em assuntos empíricos, na verdade, só escreveu sobre temas teóricos. Segundo Coulon (1996), a multiplicidade de tendências manifesta-se não só nas temáticas acerca dos fenômenos urbanos estudados e nos recursos e instrumentos metodológicos empregados nas pesquisas de Chicago, mas também na busca pelo diálogo com diferentes campos de saber.

Como já citado anteriormente, a escola de Chicago dedicou-se ao estudo dos fenômenos urbanos entre eles a desviância, compilando para tal histórias de vida de delinquentes, histórias estas que não serão abordadas nesta dissertação. Através desta metodologia, os sociólogos de Chicago procuraram apreender o mundo social em que os desviantes viviam e o significado que atribuíam as suas vidas. Os estudos sobre a desviância foram pertinentes para a compreensão do comportamento delinquente, segundo Shaw (1966), a conduta delinquente pode ser explicada não só pelo seu ponto de vista e interpretação enquanto desviante, mas também pelo mundo social e cultura na qual ele está inserido e que o conduzem a uma sequência de experiências e acontecimentos que formam e fixam a personalidade desviante.

Uma das formas utilizadas pela escola de Chicago para estudar e explicar as relações existentes entre a urbanização e a delinquência é o modelo racional. Inspirados na ecologia animal do Darwinismo, Park extrai o princípio da coexistência local de vários reinos. Segundo Park (1967), as cadeias ecológicas oferecem um modelo original, dado que o conjunto de elementos pode legitimamente ligar segundo um princípio de causalidade que está limitado no espaço. Todo o elemento, qualquer que seja a sua natureza, é suscetível de ser incluído numa articulação causal, bastando para tal que se mantenham uma certa coexistência espacial com um ou mais elementos diferentes. Neste modelo racional que é regido por um princípio de causalidade entre os diferentes elementos o que interessa aos sociólogos da escola de Chicago, é o estabelecimento do equilíbrio ou o desequilíbrio de um conjunto extremamente variado de elementos, cujo número está limitado pela proximidade geográfica.

Nesta perspetiva existe uma relação entre o espaço geográfico e a delinquência. Há sectores na cidade que são mais afetados que outros pela delinquência, segundo a teoria da urbanização do Thrasher (1927), através desta teoria o autor explica o surgimento e a

perpetuação da delinquência em bairros particulares. O referido autor explica que, a cidade industrial desenvolveu-se de tal modo que, entre o centro onde estão instalados os escritórios e armazéns e a periferia onde se localizam os bairros residenciais, um espaço intermediário foi libertado; onde instalaram os imigrantes recém-chegados ao solo americano, bem como os negros fugitivos do sul do país. Estabelecendo-se neste espaço livre o único que conseguiram ocupar, os imigrantes aí se enraizaram, mas a sua adaptação não se fez sem dificuldades. A delinquência juvenil segundo Thrasher é um fenómeno característico desta difícil adaptação sociogeográfica. O autor exprime a ideia explicando da seguinte forma, na natureza as matérias estranhas tendem a ficar reunidas e aglomeradas em cada fenda, em cada greta, em cada interstício. Existem de igual modo gretas e fendas na estrutura da organização social. O Gangue dos jovens poderá ser analisado como um elemento intersticial no quadro da sociedade e o território do gangue é uma região intersticial no traçado da cidade.

Segundo a escola de Chicago, a delinquência é mais elevada na cidade devido a desorganização no tecido social. Com efeito quando a densidade social aumenta, o laço social distende-se; quando a promiscuidade se torna mais intensa e os contactos físicos mais estreitos, observa-se uma maior distancia nas relações sociais. Quando a densidade social aumenta, a heterogeneidade moral ganha espaço, as relações primárias são rompidas e os indivíduos têm estatutos flutuantes no seio dos grupos diferenciados. A instabilidade e a insegurança tornam-se a norma, dá-se a falta de coesão devido a rotação dos indivíduos e dos próprios grupos (cit por Born.,2005).

Mas a desorganização que está em causa, não é a falta de norma ou a ausência de sociabilidade, refere-se ao desenvolvimento não planificado, logica incontrolada das forças que estão em jogo no meio ambiente segundo Thrasher (1927).

A estrutura da cidade é o produto de luta e dos esforços dos indivíduos que nela habitam e trabalham, como o resultado dos costumes locais, das tradições, dos rituais sociais, das leis, da opinião pública e da ordem moral dominante. A delinquência é o resultado incontrolado duma sociedade onde se conjugam varias forças Herpin (1982).

A perspectiva sociológica da delinquência, está inserida numa abordagem da organização geográfica e a coexistência de várias forças no mesmo espaço geográfico. A delinquência acaba por ser o resultado destes fatores, no entanto os fatores apresentados não explicam por completo o fenómeno da delinquência, talvez devido a sua dimensão e

complexidade. É neste sentido que será abordado outras perspetivas sobre o fenómeno da delinquência.

Segundo Hawkins (1996) e Ferreira (2000) o desvio de comportamento e o comportamento antissocial que consequentemente podem culminar em delinquência, podem ser entendidos através dos seguintes modelos. O modelo de controlo social, o modelo de aprendizagem social e o modelo de subcultura.

3.2. O Modelo de Aprendizagem Social

O modelo de aprendizagem social Bandura (1973), identifica os processos através dos quais se efetuam a aprendizagem, identifica os processos do padrão de conformidade do comportamento antissocial de como são mantidos e extintos.

Segundo este modelo as crianças aprendem padrões comportamentais através de diversas instituições, família, escola, religião, pares entre outras e elas seguem estes padrões quer sejam bons ou maus. As crianças socializam-se através de um processo que envolve quatro constructos.

O primeiro é a perceção de oportunidades para se envolverem em atividades e interagirem com os outros. O segundo é o grau de envolvimento e interação. O terceiro é a habilidade para participarem, envolverem e interagirem com os outros. O quarto é a perceção do reforço que virá do seu desempenho na atividade e interação exercida. Quando o processo de socialização é consistente, o vínculo social desenvolverá entre o individual em união com o social. Uma vez forte e estabilizado esse vínculo terá poderes para influenciar o comportamento independentemente dos quatro processos de aprendizagem.

3.3. O Modelo de Controlo Social

O modelo de controlo social Hirschi (1969) identifica os elementos causais, a etiologia do abuso de drogas e da delinquência bem como a etiologia dos comportamentos conformistas. Tem como suporte, o afeto/ vínculo, o compromisso para com o outro e no investimento na socialização. Segundo está teoria, a existência de um vínculo ou afeto, compromisso influenciará a escolha, a tomada de decisão e o comportamento individual, ao avaliar os custos e benefícios, partindo do pressuposto que se o desempenho comportamental for inconsistente aos das normas de quem se está vinculado, o vínculo ou o afeto estará ameaçado ao ser exibido o comportamento desviado. Outras investigações

demonstram que os vínculos prossociais servem de fator inibitório para os comportamentos antissociais_(cf. Brook, Brook, Gordon, Whiteman, & Cohen, 1990; Brook, Gordon, Whiteman, & Cohen, 1986; Kempf, 1993; Krohn & Massey, 1980; Marcos, Bahr, & Johnson, 1986; Newcomb & Bentler, 1988).

O modelo de controlo social postula que o comportamento será prossocial ou antissocial dependendo do comportamento predominante, normas e valores que são assegurados por quem o indivíduo está vinculado. Existem evidências que indicam que o apego e a interação dos jovens com parentes que usam drogas como o álcool e o tabaco é preditor de que os próprios jovens venham a utilizar. O alto apego a figuras de referência que utilizam drogas legalmente como o tabaco e o álcool conduz ao comportamento de uso de drogas que estejam em conformidade com as de figuras de referência, mas não necessariamente as drogas legais. (Foshee & Bauman, 1992)

Ainda na perspectiva do Hirschi (1969), o comportamento antissocial pode-se desenvolver por três motivos: O primeiro motivo remete para a ideia de que o comportamento antissocial é o resultado da falha da socialização para o prossocial. Quando as oportunidades são negadas aos sujeitos, o que lhes impede de participarem em atividades prossociais ou de outro modo, porque as suas habilidades não lhes concede o desempenho adequado, para obterem o reforço positivo ou ainda quando o próprio ambiente falha em reforçar consistentemente, porque segundo este autor o vínculo prossocial quando é mal desenvolvido, não tem poder para criar constrangimento interno contra os comportamentos antissociais.

O segundo motivo está relacionado com o facto do comportamento antissocial resultar também do cálculo de custo e benefício efetuado pelo sujeito, quando estão subjacentes os seus próprios interesses e que a atividade delituosa ofereça benefícios, ainda que este sujeito seja educado prossocialmente. Corroborando no mesmo sentido está a opinião do Matza (1964), mesmo que o indivíduo seja educado e vinculado para o comportamento prossocial, pode cometer crime, se for exposto a situações que induzem ao crime.

Por último, o terceiro motivo aponta para a constatação de que comportamento antissocial é resultado da exposição e da vinculação da criança a instituições de socialização, que defendam crenças e valores antissociais, onde a criança segue as normas, crenças e valores das mesmas.

Associada ao modelo de controlo social encontra-se a teoria estruturalista da anomia Merton (1938). A palavra anomia tem origem grega que significa «ausência de regras», segundo este autor, o estado anômico é causado pela estrutura social, mediante as normas e sobretudo a discrepância entre os objetivos culturais e as restrições as oportunidades para serem alcançados os tais objetivos ou seja a contradição entre a imagem de sucesso defendida pela estrutura social e os meios que a mesma estrutura social coloca ao dispor dos indivíduos para alcançarem o almejado sucesso.

Esta discrepância entre os parâmetros estabelecidos como objetivos culturais e os meios de oportunidades para alcançá-los, provocam um estado de tensão nas pessoas ou seja a anomia. A anomia provoca várias formas individuais de adaptação segundo Merton, desde da conformidade, inovação, ritualismo e rebelião. As formas de comportamentos desviantes estão relacionadas com as formas individuais de adaptação a estrutura social e as normas.

Este conceito foi inicialmente abordado pelo autor Durkheim (1897), para referir uma condição anormal numa sociedade ou grupo. A anomia designa, no plano de representações, a desagregação dos valores e a ausência de pontos de referência. No plano das relações humanas, a anomia significa a desagregação do tecido das relações sociais. Por fim a anomia designa também a falta de adesão aos valores. É para explicar a ausência de qualquer laço de solidariedade na sociedade moderna que o Durkheim recorre a estes dois conceitos – densidade moral e a anomia.

Entretanto, este conceito foi transposto da perspetiva sociológica para a perspetiva psicológica. A conceção psicológica da anomia foi simultaneamente desenvolvido pelo R.M. Maclver e pelo David Riesman, segundo estes dois autores a anomia é um estado da mente. Um indivíduo anômico é alguém espiritualmente estéril, não é responsável por ninguém, vive segundo os valores dos outros e a sua fé está baseada na filosofia da negação. A anomia é um estado da mente na qual o senso individual do coletivo foi quebrado ou fatalmente enfraquecida, onde não há coesão. Na perspetiva do Merton ambas as conceções tanto a sociológica como a psicológicas complementam-se na medida que o estado da mente pode refletir o estado da tensão social Merton (1968).

3.4. O Modelo de subcultura/identidade

O modelo da subcultura/ identidade atribui ao grupo de pares o protagonismo, identifica este como sendo o contexto onde se iniciam as atividades não conformistas. Segundo Cohen (1960), a subcultura delinquente emerge na medida que exista um certo

número de atores em interação recíproca com problemas semelhantes de ajustamento, a sobrevivência desta subcultura sucede desde que continue a servir as necessidades de aqueles que à criaram.

A subcultura delinquente segundo o referido autor, não é utilitária, é maldosa porque o objetivo é causar aborrecimento as vítimas e é negativista no sentido que tem como fonte a cultura dominante mais inverte o seu sentido. Na perspetiva deste autor, a subcultura não se tornou num subsistema mas sim num sistema subcultural, ou seja um coletivo de pessoas que e dispõem dos seus próprios sistema de valores na qual se regem. Este sistema de valores é a margem do da cultura dominante e na medida que essa subcultura se instaura, vai dando-se o distanciamento, a clivagem cada vez maior entre o grupo e a sociedade dominante.

Para Cohen a origem desta problemática está na contradição entre a socialização familiar e escolar, visto que a educação escolar não é a mesma consoante a posição da família na estrutura social. Muitas vezes a escola torna-se o lugar onde se acentuam as desigualdades e onde as crianças se desculturalizam. Dito de outra forma as crianças ficam sob pressão de duas culturas contraditórias a cultura familiar e a escolar e é a essa contradição cultural que os adolescentes se manifestam quando formam grupos de delinquentes Cohen (1960).

3.5. A teoria do David P. Farrington

A teoria do Farrington (1996) é uma teoria que integra vários fatores explicativos do comportamento antissocial, esta teoria distingue o que é uma conduta antissocial adquirida ao longo do tempo, dos atos antissociais ocorridos imediatamente ou momentâneos. Segundo esta teoria, o nível da tendência ou da conduta dos comportamentos antissociais dependem dos seguintes processos: o primeiro a Energização; o segundo é a direção e o terceiro a inibição.

O primeiro processo, a energização, consiste na condução de um fator energizante que conduz a uma tendência ou conduta antissocial, fator esse que é o desejo de obtenção de bens e matérias, de estatuto social através da intimidação, correspondendo igualmente ao desejo de excitação ou sendo o resultado da frustração, raiva e do consumo de álcool.

O segundo processo, a direção, está relacionado com os fatores citados no processo de energização, que servem de motivação para a condução do decréscimo de condutas antissociais, consoante estas condutas sejam aprovadas ou não pela sociedade. Estas condutas são tomadas como métodos para obter a aprovação ou a desaprovação social, se o método usado for desaprovado, é tomado como o certo e será habitualmente escolhido. O método depende da maturação e da habilidade comportamental, os adolescentes ou crianças provenientes de meios desfavorecidos, são menos capazes de satisfazer as suas necessidades por métodos legais ou socialmente aceites, logo optam por métodos socialmente desaprovados.

Para Farrington (1996), esta relativa inabilidade está relacionada com, o insucesso escolar e o historial ao nível de emprego, por sua vez o insucesso escolar está relacionado com a falta de estímulo ao nível intelectual por parte dos pais e a transmissão das suas más experiências.

O terceiro processo a inibição, pode ser reduzida através de crenças e atitudes internalizadas, conseguidas através do processo de aprendizagem social baseada em histórias de recompensas e punições. Fazer as crianças acreditar na crença de que a ofensa é errada ou dar-lhes uma forte consciência de que os pais são a favor das normas legais, através de uma supervisão apertada dos filhos e de punição os comportamentos socialmente desaprovados usando uma disciplina orientada no afeto é um fator de inibição dos comportamentos desviantes a tendência antissocial pode ser inibida através da empatia, com a qual o resultado pode ser uma relação parental amorosa ou afetuosa.

Na perspetiva do Farrington (1996), é importante a compreensão de fatores como a começo, a persistência e a desistência dos comportamentos antissociais. Este autor explica que o começo dos comportamentos pode estar relacionado com o aumento da motivação (como por exemplo aumento das necessidades de bens materiais, de status, excitação entre outras). A persistência dos comportamentos antissociais dependem da estabilidade da tendência antissocial subjacente, isto é deve manter-se num processo de aprendizagem ao longo prazo. Os sujeitos com tendências antissociais tendem a manter-se estáveis e constantes ao longo do tempo, devidos os processos de energização, inibição e direção que são aprendidos na infância, e depois desta aprendizagem a mudança é muito lenta. A desistência dos comportamentos ofensivos, pode estar relacionado com o aumento de aprendizagem de estratégias adequadas de satisfazer legalmente as necessidades, (como por exemplo a conceção de um emprego).

Na mesma linha de raciocínio, está o modelo do desenvolvimento social do comportamento antissocial. Defende que tanto o comportamento antissocial como prossocial são aprendidos e estão sob a influência permanente de três constructos e estes três constructos por sua vez vão influenciar outros fatores como a perceção para participar em atividades prossociais ou antissociais e cada uma das opções irá resultar em implicações e trajetórias diferentes.

3.6. O Modelo do desenvolvimento social do comportamento antissocial

Segundo o modelo do desenvolvimento social do comportamento antissocial, existem três variáveis exógenas que interferem no comportamento antissocial, e que são mediadoras dos outros constructos do modelo em causa.

O primeiro constructo é a posição do indivíduo na estrutura social, o segundo constructo são fatores psicológicos ou constitucionais, e o terceiro são os constrangimentos externos.

Sendo o primeiro constructo, a posição individual que o sujeito ocupa na estrutura social, definida pelo estatuto socioeconómico, pela etnia, género e idade. Neste constructo alguns fatores como o género e a idade são consistentes na relação com o crime (Gottfredson & Hirschi, 1990), enquanto outros fatores como o estatuto socioeconómico e a etnia apresentaram resultados contraditórios (Tittle & Meier, 1990).

Este modelo advoga que não existe uma associação entre a posição na estrutura social e o comportamento antissocial, o que existe são os mecanismos teóricos, que é indireto e através das quais se dão o impacto da perceção de oportunidades para a envolvimento e interação em comportamentos antissociais ou prossociais, tanto quanto os constrangimentos externos.

O segundo constructo está relacionado com os fatores psicológicos ou constitucionais, os quais podem influenciar os comportamentos antissociais ou prossociais. As habilidades cognitivas influenciam o desenvolvimento e a aquisição de competências como na leitura, matemática, bem como a verbal as crianças com baixo nível cognitivo, podem descobrir métodos alternativos para obter reforços, como recorrer aos comportamentos agressivos por exemplo, em vez de usar habilidades prossociais para interações interpessoal (Moffitt, 1993).

O terceiro constructo exógeno envolve a lucidez, a consistência e a eminência dos constrangimentos externos. Os constrangimentos externos são reações sociais ao comportamento exibido, que podem ser formais ou informais (Nye,1958).

O constrangimento externo formal é exercido pela polícia ou outros oficiais da justiça, enquanto os constrangimentos externos informais incluem, desaprovação, ridicularismo, ostracismo, punição etc. São técnicas utilizadas pelo grupo ou pela sociedade (Nye,1958). Os constrangimentos externos podem afetar ambos os comportamentos, os pró-sociais e anti-sociais.

Na perspetiva deste modelo, existe um percurso e motivação específica para cada um dos comportamentos pró-sociais e anti-sociais e cada um destes percursos são caracterizados por processos causais semelhantes. Em cada percurso são incluídas e consideradas duas dimensões, em cada uma das seguintes variáveis, a participação ou envolvimento em atividades e a interação social com os outros.

A primeira variável endógena do percurso pró-social a ser considerada é a perceção de oportunidades para participar em atividades de ordem pró-social, e nesta perceção ocorrem influências de fatores exógenos como a posição na estrutura social e fatores individuais. Segundo este modelo, o envolvimento e a interação advém da aprendizagem efetuada do apego e do compromisso. A interação e o envolvimento são percecionados como variáveis comportamentais que antecedem e predizem o desenvolvimento do vínculo social, o apego e o compromisso. Ou seja depois de ser efetuada esta aprendizagem dá-se a alteração da trajetória (Bandura,1977; Bem,1972; Festinger,1964). Para estes autores as mudanças comportamentais são resultados das mudanças de atitudes.

A segunda variável a ser considerada é composta por fatores dos quais dependem o apego e o compromisso. O apego e o compromisso dependem do nível da perceção do reforço para o envolvimento, contudo existem fatores que fazem aumentar o reforço e a perceção. Os fatores do reforço devem influenciar indiretamente o desenvolvimento do apego e do compromisso são: fatores emocionais, cognitivos e habilidades comportamentais, incluindo habilidades para identificar, expressar e controlar sentimentos, controlo dos impulsos, estratégias de coping contra o stress, ler e interpretar as regras sociais, resolver conflitos, tomar decisões, perceber regras comportamentais, executar tarefas e comunicação verbal (W.T. Grant Consortium on the Promotion of Social Competence,1992). Todos estes fatores devem aumentar a probabilidade da experiência de

recompensas no envolvimento e interação nas atividades prossociais. Esta é a relação direta entre a percepção e o reforço, ou o que medeia a relação entre o envolvimento e a recompensa.

Este modelo advoga que as crenças e regras acerca das condutas sociais resultam da estandardização dos comportamentos de pessoas e instituições com as quais os indivíduos estão vinculados. Uma vez internalizadas, esta estandardização torna-se parte dos sistemas de valores individuais moralmente aceites. As crenças tornam-se assim um constrangimento, que é diretamente afetado pelo apego de ordem prossocial para com os outros e o compromisso para participar em atividades prossociais.

Neste sentido, da mesma forma que as crenças influenciam consideravelmente as condutas e comportamentos prossociais, também o mesmo sucede com as condutas e comportamentos antissociais. Os indivíduos com comportamentos antissociais percecionam de forma negativa as oportunidades para participarem em atividades prossociais e percecionam de forma positiva as oportunidades para participarem em atividades antissociais.

O percurso prossocial inibe a desviância através de fortes vínculos e outras atividades prossociais. O modelo prediz a promoção do comportamento antissocial bem como a sua inibição, por isso considera os processos: De iniciação, aprendizagem, escalada e manutenção dos comportamentos como os de uso de drogas e criminais. O percurso de uso de drogas e outros comportamentos criminais estão incluídos no mesmo processo social bem como a inibição dos mesmos. A existência do percurso prossocial e antissocial com os processos sociais semelhantes, operando na produção de vínculos, requer que seja feita uma distinção muito cuidadosa da maneira como é feita a interação e o envolvimento nos dois percursos.

Relativamente ao percurso antissocial, a primeira variável endógena a ser considerado, consiste na percepção de oportunidades para o envolvimento e interação antissocial, se não existir essa percepção a interação e envolvimento não é possível. O comportamento problema é definido neste modelo, como a continuação de envolvimento de um específico comportamento antissocial extensível ao período anterior ao do desenvolvimento. O comportamento específico é diferente do comportamento antissocial preditivo e corrente no período do desenvolvimento.

Alguns comportamentos antissociais individuais são construídos ao longo da trajetória. Dificuldades precoces no temperamento é preditor do comportamento problema, incluindo comportamentos agressivos que são preditores do início precoce de ambos os comportamentos, o de uso de drogas e a delinquência. A iniciação precoce de ambos os comportamentos é preditor de uma maior frequência, envolvimento, especialização e posteriormente o uso de drogas e a delinquência na fase da adolescência tardia e pré-adulto, mais frequentemente o sujeito se envolverá numa vasta gama de comportamentos criminais, que por sua vez são preditivos de mais resultados negativos e de outros comportamentos problema.

Se a percepção da interação e envolvimento do comportamento como o de uso de drogas e a delinquência, forem reforçados o apego individual e o compromisso a esses comportamentos será preditivo do seu desenvolvimento. Este apego e compromisso, possivelmente resultará na envolvimento do uso de drogas e crimes. O apego e compromisso em outras atividades antissociais conduzirão a internalização de normas aprovadas pelo comportamento antissocial.

Assim como a crença em ordem moral do prosocial a crença na ilicitude também pode desenvolver-se, individualmente pode-se degenerar em normas comportamentais que advoguem para os comportamentos antissociais. O desenvolvimento da crença dos valores antissociais providencia outros trajetos dos comportamentos antissociais, que vão associar-se frequentemente e prolongará o envolvimento destes comportamentos. Contudo não são os vínculos que por si só inibem a desviância, mas sim, as normas, valores e crenças por quem se está vinculado.

O modelo de desenvolvimento social identificou preditores diretos para o comportamento antissocial, através dos percursos desviantes ou antissociais. A ligação direta de cada preditor indica as etiologias diferentes para trajetórias antissociais. Entre estes preditores está a trajetória antissocial, é escolhida através da percepção individual da recompensa, o cálculo pessoal da recompensa é o suficiente para levar o sujeito a adotar um comportamento antissocial, quando existe um baixo vínculo para o prosocial, outros resultados mostram ainda que se o indivíduo tiver uma baixa percepção dos custos ou as consequências de ter um comportamento antissocial, podem adotá-lo (Hirschi, 1969). O apego e o compromisso são aspetos que fazem aumentar o comportamento antissocial. O vínculo, apego e compromisso podem ser formas através das quais surgem os comportamentos antissociais contribuindo assim para a delinquência e o uso de drogas.

Permanecendo ainda na temática da vinculação, segundo a perspectiva apresentada por Downey, Lebolt, Ricón & Freitas (1998), a questão da atribuição de hostilidade ao comportamento dos outros em que a origem está nos problemas de vinculação nos primeiros anos de vida.

De acordo com esta perspectiva, designada de “*sensibilidade a rejeição*”, determinados modelos de funcionamento interno relativos às relações interpessoais podem predispor os indivíduos para as atribuições e comportamentos de defesa à rejeição. Assim quando os sujeitos têm a expectativa de rejeição, ficam muito sensíveis aos sinais de rejeição e por pouco que seja, tendem a interpreta-los como intencionais, o que faz com que o indivíduo se sinta efetivamente rejeitado e desencadeia comportamentos agressivos como resposta. Para estes autores transpondo este fator para outros contextos como a escola, família entre pais e filhos, irmãos, professores e alunos ou pares pode ser explicativo para outras relações disfuncionais.

4. A Personalidade e a Delinquência

Nas teorias anteriores conheceu-se a importância da vinculação para a criação de crenças em ambos os valores, tanto os pró-sociais como os anti-sociais, de seguida será abordado os fatores de personalidade ou individuais que segundo alguns autores influenciam e/ou determinam o comportamento.

Alguns autores defendem que a delinquência/ criminalidade está relacionada à personalidade.

Segundo este pensamento, a personalidade também é vista como algo que está associada a comportamentos delinquentes/ criminais. Entende-se por personalidade, a organização dinâmica no seio de um indivíduo, dos sistemas psicofísicos que determinam o seu comportamento característico e os seus pensamentos (Allport, 1937). Na perspectiva de Yensen (1953), a personalidade é a organização mais ou menos firme e durável do carácter, do temperamento, da inteligência e da dimensão física de um sujeito. Cattell (1950) vai ainda mais além definindo a personalidade como aquilo que permite fazer uma predição, de como um sujeito numa determinada situação vai se comportar. Para alguns autores, a personalidade ainda que possa sofrer modificações ao longo da vida do indivíduo, é relativamente estável, ao menos que tenha lugar acontecimentos particularmente stressantes, como abusos sexuais, acidentes graves, doenças prolongadas, divórcios etc. Hansen (2003)

No modelo tridimensional, Ysenck (1977) na teoria biopsicológica da personalidade defende que a personalidade é estática, assenta em bases neurofisiológicas/genéticas e é influenciada por fatores ambientais e características hereditárias. Segundo este autor, a personalidade criminal, assenta em três dimensões: Extroversão, Neuroticismo e psicoticismo. São estas três dimensões que determinam a tipologia, a frequência e a gravidade dos atos delituosos.

Jean Pinatel (1963) na sua teoria do nó central, defende que não existem diferenças na natureza de um delinquente e não delinquente, por um lado, por outro lado defende que a personalidade é dinâmica e dentro de certos limites é evolutiva. Apesar de não haver diferenças na natureza de sujeitos delinquentes e não delinquentes, existem alguns traços de personalidade que são comuns e de valor universal, que se encontram frequentemente nos indivíduos delinquentes, o que o autor designou de hipertrofia dos traços. Postula o autor que os traços mais encontrados em sujeitos delinquentes são: Egocentrismo, Labilidade, Agressividade e indiferença afetiva. Pinatel considera que os traços universais, constituem o núcleo central da personalidade criminal, que comanda e determina a passagem ao ato.

A passagem ao ato, seria o resultado da agressividade por não haver resistência a este traço, sob a influência do egocentrismo que atenua a desonra social, da labilidade que atenua as penas incorridas e da indiferença afetiva que atenua os sentimentos de crítica e de carácter odioso da execução do ato. Existem outros traços de personalidade que não são de valor universal. Os referidos traços são; as aptidões físicas, intelectuais, socioprofissionais e as necessidades nutricionais e sexuais. Estes últimos traços, influenciam as modalidades do ato em relação a direção, êxito e motivação.

Sublinha, no entanto, que é necessário, precisar, quando se associa o qualificativo criminal a personalidade para esclarecer e evitar mal-entendido. Pelo que foi acima descrito, os traços psicológicos do indivíduo influenciam consideravelmente os comportamentos dos mesmos.

5. A teoria do jessor & jessor (1977) : Uma teoria integradora

Nos pontos anteriores foi realizada uma revisão de diferentes teorias que enfatizam diferentes dimensões explicativas do comportamento delinquente, neste ponto será apresentada a teoria de Jessor e Jessor (1977), enquanto teoria integradora acerca do comportamento desviante ou comportamentos de risco na adolescência.

A teoria de Jessor e Jessor (1977) remete para a noção da existência de uma inter-relação entre os diferentes comportamentos desviantes na adolescência (consumo de drogas, comportamentos antissociais, comportamentos sexuais de risco), bem como para o princípio de que estes comportamentos têm uma etiologia comum, constituindo assim uma síndrome de comportamentos problema que colocam em risco a saúde do sujeito.

O referido autor na primeira formulação da sua teoria refere-se aos comportamentos problema, e num segundo momento, esta teoria entretanto reformulada, utiliza o conceito de comportamentos risco onde outros comportamentos foram abrangidos como a condução perigosa, comportamentos alimentares, o uso de tabaco.

Na perspetiva deste autor, existem três sistemas nas quais se organizam e determinam o comportamento humano., nomeadamente: **o sistema de personalidade** que inclui conceitos como os de expectativas, crenças, valores, atitudes, orientações relativas ao self e aos outros – refletindo um significado social e uma experiência social, bem como conceitos como estruturas psicológicas ou genéticas; **o sistema ambiental** que inclui conceitos como o de suporte, controlo, modelos e expectativas dos outros – e que representam características ambientais capazes de serem percebidas e conceptualizadas. Neste nível Jessor e Jessor distinguem as estruturas distais e proximais. Esta distinção não diz respeito a natureza das variáveis mas depende do comportamento a qual as mesmas se encontram associadas.

Por último, o terceiro sistema diz respeito **ao sistema comportamental**, o qual é conceptualizado de acordo com uma perspetiva sociopsicológica, devendo ser enfatizada a função socialmente aprendida do comportamento e o significado do mesmo, mais que a realidade física ou geográfica do comportamento, bem como a experiência intra individual e a ação relativamente ao outro (Jessor & Jessor, 1979).

Segundo Jessor (1977), o conceito do comportamento problema refere-se ao comportamento que é socialmente definido como um problema, uma fonte de preocupação, ou como um comportamento que não é desejado ou adequado de acordo com as normas da sociedade convencional e das instituições que representam a autoridade adulta, e a sua ocorrência normalmente desencadeia alguma forma de resposta de controlo social.

6. Início e Continuidade dos Comportamentos Delinquentes

Uma vez apresentadas as abordagens teóricas explicativas dos comportamentos antissociais/ desviantes e delinquentes, torna-se importante perceber os fatores subjacentes ao início, a continuidade ou a desistência destes mesmos comportamentos.

Segundo a literatura, não existe uma idade certa para o início da carreira delinquente. Mas, existem evidências de que a maioria dos comportamentos delinquentes começa precocemente, por vezes na infância, mas sobretudo na adolescência Moffitt (1993). Contudo também pode ter início na idade adulta (Krohn; Thornberry; Rivera; Le Blanc 2001).

A literatura também indica, que os ofensores precoces diferenciam-se dos ofensores tardios pela forma das ofensas, pela extensão das carreiras, tendo os ofensores precoces carreiras delinquentes mais extensas e pela gravidade dos atos (Krohn; Thornberry; Rivera; Le Blanc 2001).

De acordo com os estudos empíricos e teóricos desenvolvidos em Philadelphia Birth Cohort Study (Wolfgang, Figlio & Sellin 1972), onde foram identificados agressores considerados crónicos, devido o extenso período de tempo que dedicavam a transgressão, estes agressores eram mais propensos para se envolverem em atos delinquentes e sendo estes atos mais graves.

A delinquência crónica é a designação atribuída aos delinquentes com longa carreira em atividades delinquentes. Que segundo (Blumstein; Cohen; Roth & Visher, 1986) são carreiras que atravessam o percurso de vida dos transgressores. A carreira criminal pode ser descrita através dos seguintes parâmetros: O cumprimento e a duração, as taxas de ofensas, a gravidade, a natureza dos atos praticados e o padrão dos mesmos atos. (Krohn; Thornberry; Rivera; Le Blanc 2001)

Moffitt (1993) considera importante ter em atenção dois aspetos aparentemente contraditórios sobre os atos delinquentes: A continuidade ao longo do tempo e o facto da prevalência se modificar drasticamente com a idade, podendo chegar dez vezes mais durante a adolescência. Segundo este autor, é muito importante o período da vida do indivíduo, que estes comportamentos se manifestam. Visto que existe a delinquência limitada a adolescência, em que os sujeitos não apresentam histórias de comportamentos delinquentes na infância e estes comportamentos não prolongam a idade adulta. Caracteriza-se por ser limitada a fase da adolescência, são atos heterogêneos, exploratórios e onde dá-se cortes com valores familiares, a desistência ocorre no fim da adolescência. Ao

contrário do comportamento delincente persistente, onde os comportamentos antissociais emergem precocemente (aos 4 anos de idade) e se mantêm até muito tarde na vida do indivíduo evoluindo de comportamentos antissociais para a delinquência.

Nos estudos longitudinais realizados por Le Blanc e Fréchette (1987), identificaram uma personalidade delincente que se caracteriza, pela existência de três sintomas primordiais: O enraizamento criminal, dissocialidade e o egocentrismo. Estes autores postulam que a personalidade delincente se adquire de maneira progressiva, da infância a idade adulta, no decorrer dos anos os comportamentos delinquentes vão-se desenvolvendo tanto ao nível qualitativo como ao nível quantitativo

Várias teorias explicam a adoção dos atos transgressivos. No entanto, segundo os especialistas, todas elas terão de se orientar em torno de duas questões: A primeira é a identificação das razões do início precoce dos comportamentos transgressivos; a segunda é a explicação do porquê do início precoce conduzir a consequências mais graves posteriormente na vida do sujeito em relação aos que iniciam tardiamente. (Krohn; Thornberry; Rivera; Le Blanc 2001)

6.1.A Teoria Desenvolvimental

Segundo a perspectiva desenvolvimental, para se estudar o início dos atos transgressivos, é necessário compreender a génese da delinquência na vida do indivíduo, visto que a delinquência pode surgir a qualquer altura ou idade.

É necessário ainda considerar dois pontos de vista: A macro génese que considera o conjunto da vida do sujeito antes da passagem ao ato, Identificar os mecanismos que ao longo prazo levaram a passagem ao ato. O segundo ponto de vista é o microgénese interessa-se pela sucessão de fases antes e em torno do ato da delinquência.

Esta perspectiva considera ainda a génese da socialização na infância, mas sobretudo na adolescência devido a associação aos grupos de pares que defende ser o protótipo da sociedade adulta, um lugar regido por determinadas regras, no qual o adolescente aprende a gerir situações e relações que irá reencontrar ao longo da vida. Segundo esta teoria a compreensão dos mecanismos de socialização e associalização são importantes, visto que a associalização provoca processos de marginalização e exclusão que por sua vez são geradores de mais associabilidade. Born (2005)

6.2.A Teoria do Moffitt

Moffitt (1997) fez a distinção entre as agressões persistentes e as agressões limitadas a fase da adolescência. Os agressores persistentes têm desde muito cedo historial de comportamentos antissociais, exibem comportamentos delinquentes mais graves e persistem na carreira criminal na fase adulta da vida. As transgressões limitadas a fase da adolescência têm início na adolescência, os comportamentos delinquentes são menos graves e são mais propensos para deixar os atos delinquentes na fase inicial da vida adulta.

Segundo Moffitt estes dois grupos de delinquentes não só são distintos pelas carreiras criminosas, como também pela etiologia dos comportamentos.

Na perspetiva deste autor, os transgressores persistentes, são o resultado do processo transacional entre crianças que exibem comportamentos problemáticos e pais com dificuldades a fazer face aos comportamentos exibidos. O processo inicia-se com a propensão da criança a défices neurológicos, tais como, na leitura, na dificuldade em expressar problemas, tanto quanto na execução de tarefas ou sintomas de inatenção, impulsividade e agressão. Crianças com défices podem apresentar problemas sérios aos pais porque os mesmos podem não ter recursos físicos, psicológicos para lidar com o problema. Neste âmbito, dá-se uma associação e interação de fatores que conduzem e provocam uma sequência de falhas na interação pais/filhos e que por sua vez conduzem ao comportamento antissocial persistente (Moffitt, 1997).

Segundo o referido autor, os comportamentos antissociais persistentes são devidos o que o próprio autor designa de continuidade contemporânea e a continuidade acumulativa. A continuidade contemporânea é quando existem traços subjacentes de comportamentos antissociais, que influenciam os comportamentos da criança e essa influência perdura até a idade adulta. A continuidade acumulativa refere-se às diferenças individuais precoces que, colocam em marcha uma sequência e a um ritmo acelerado de um acumular de problemas que fazem aumentar a probabilidade de ocorrência de comportamentos transgressivos (Moffitt, 1997).

Postula o referido autor que os comportamentos problemáticos precoces limitam a aprendizagem das habilidades para o convencional prossocial e deixa a alternativa para a ocorrência de comportamentos antissociais que faz aumentar a rejeição aos pares e reduz a habilidade educacional básica. Estas limitações vão-se acumulando ao longo da vida e o sujeito transita a idade adulta com dificuldade a acatar regras convencionais e pode eliminar oportunidades de afastar-se dos comportamentos antissociais. No entanto, Moffitt

refere que, com o passar do tempo, pode ocorrer a desistência de tais comportamentos. Com o passar do tempo os adolescentes ganham a experiência e maturidade, percebem a diferença entre a idade biológica e a social. Desejam construir relações amorosas com o género oposto, tomar suas próprias decisões, obter bens materiais, neste sentido, os adolescentes terão mais consciência dos seus atos. Salienta ainda que, a transgressão limitada a fase da adolescência não tem défices biológicos e as suas carreiras são curtas para serem construídas desvantagens acumulativas dos seus comportamentos, estes fatores contribuem para a desistência gradual de tais comportamentos em prol dos comportamentos prossociais.

Na teoria do Moffitt (1997),abordou-se o porquê do comportamento antissocial, o início e a persistência na idade adulta e a explicação da desistência em caso da transgressão limitada a fase da adolescência, no entanto esta teoria não é totalmente convergente com outras perspetivas teóricas. A teoria que se segue tem alguns pontos de convergência e divergência com a teoria anterior.

6.3.Teoria da Thornberry e Krohn's ,(1993)

Inicialmente o modelo internacional do Thornberry e Krohn's (1993) faz a abordagem sobre o início dos comportamentos antissociais, que segundo estes autores está continuamente distribuído pela estrutura da idade, do início da infância ao início da idade adulta, em vez de identificarem dois tipos de agressores aqueles que iniciaram precocemente e aqueles que iniciaram tardiamente. Em resposta a esta questão, Thornberry e Krohn's, defendem que o início dos comportamentos antissociais pode suceder a qualquer altura ao longo do *contínuum* da estrutura da idade.

Argumentam que a diferença entre os agressores que iniciaram precocemente e aos agressores que iniciaram tardiamente está na intensidade psicológica e défices sociais experienciados individual e familiarmente.

Segundo Thornberry e Krohn's (1993), o processo pelo qual se identificam os agressores que iniciaram precocemente e os que iniciaram tardiamente os atos desviantes, está nos mesmos fatores identificados por Moffitt (1997): défices individuais (como por exemplo a negatividade na qualidade parental) que contribuem para e adversamente afeta os comportamentos; défices parentais, (como por exemplo a baixa afetividade, estilos

disciplinares fisicamente explosivos) e que com o passar do tempo evoluem para um estilo coercivo de interação e as crianças desenvolveram padrões persistentes de comportamentos de oposição e agressivos.

Na perspetiva de Thornberry e Krohn's (1993), a verdadeira importância deve ser atribuída ao contexto social, especificamente ao que ambos designaram de adversidade estrutural, definido como a posição na estrutura social que conduz a desvantagens acumulativas.

Segundo estes autores, a adversidade estrutural aumenta o stresse parental e reduz o capital social, todos estes fatores fazem aumentar ambos os aspetos, a fraca habilidade ou a capacidade de gerir problemas familiares e a enafetividade parental.

A adversidade estrutural também é acompanhada de altas taxas de temperamentos negativos na criança. Os referidos autores postulam que o início precoce é devido a combinação e interação do estrutural, individual e influências parentais. Uma adversidade social extrema, contribui para ambos os fatores défices parentais e a negatividade na qualidade do temperamento da criança. Todos estes fatores em interação e combinação aumentam a probabilidade do início precoce dos atos desviantes.

No que concerne a continuidade, o modelo internacional de Thornberry e Krohn's (1993), advoga que, a continuidade dos comportamentos transgressivos se deve a dois fatores: À continuidade contemporânea e à continuidade acumulativa a semelhança dos fatores identificados na teoria do Moffitt (1997). A continuidade contemporânea é produzida pelo facto dos processos básicos causais persistirem ao longo da vida. Níveis extremos de experiências familiares de adversidade estrutural, não são frequentemente fuga a adversidade. A adversidade estrutural continua a impedir a afetividade parental, em adição, os traços individuais negativos garantem a continuidade dos atos desviantes até a idade adulta.

Os referidos autores identificaram outro processo que influencia a continuidade dos atos delinquentes. As consequências dos comportamentos antissociais. A persistência do comportamento antissocial afeta negativamente a qualidade das relações, com os pais, pares e as habilidades académicas, sendo assim, os jovens desviantes estarão desadequadamente preparados para enfrentar os desafios da adolescência, visto que desde muito cedo aprendem a desvalorizar os vínculos prossociais e dá-se uma erosão do suporte social. Os jovens incorporam-se em redes desviantes adotando estilos de vida desviantes, sendo que por outro lado, as adversidades estruturais reduzem as habilidades da criança para ter

sucesso na escola, conduzindo a fracos vínculos, compromisso com a escola e com aos professores. Todos estes fatores contribuem para a erosão do suporte social e aumenta a oportunidade a adesão a estrutura desviante.

Relativamente aos agressores que iniciam tardiamente as atividades delinquentes, segundo o modelo interacional de Thornberry e Krohn's (1993), identificam-se com adolescentes que são estreitamente controlados pelos pais e professores. Na adolescência surge o desejo de autonomia, e este desejo de ser autónomo faz criar tensão entre o adolescente seus pais e professores, reduzindo o impacto do vínculo parental e o controlo sobre o jovem. Processo semelhante ocorre com os professores e outras adultas figuras de autoridade.

Com a redução dos vínculos parentais e professores, o adolescente gravita em direção aos grupos de pares que defendam os mesmos valores comportamentais em relação aos adultos, o resultado será o encorajamento aos comportamentos desviantes, estes jovens recebem também do grupo o feedback afetivo e vínculos sociais. O resultado será a emersão do adolescente em redes desviantes. Estes jovens correm o risco de se envolverem persistentemente em comportamentos desviantes ao longo prazo e terem efeitos adversos. Neste caso a força motivadora para a delinquência é específica, o desejo de autonomia e os benefícios da rebeldia (Thornberry e Krohn's, 1993).

CAPÍTULO II- OS FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO

7.Factores de Risco

Cada indivíduo é um ser único, que possui as suas próprias características individuais e se encontra inserido num determinado meio cultural, social e familiar que detém uma certa influência sobre si. Assim, direcionando-nos para a temática da Delinquência juvenil, pode concluir-se que existe toda uma gama de fatores de índole individual, social e familiar que poderão estar na base da adoção de comportamentos desviantes. Esses fatores denominam-se de fatores de risco (Buela-Casal & Kazdin, 2001).

Visto que o ser humano não é estático, ele movimenta-se por vários estádios, experiencias e contexto, contribuindo todos eles para a forma como esse ser se desenvolve e processa. De seguida, será dado a conhecer os contextos que o ser humano se movimenta e que fatores existentes nestes mesmos contextos contribuem ou não para a sua desviância.

No âmbito dos trabalhos de investigação sobre os fatores de risco associados aos comportamentos problema na adolescência (uso de drogas, violência, delinquência, abandono escolar, comportamentos sexuais de risco), foram identificados determinados fatores endógenos e exógenos ao indivíduo, que de uma forma direta ou indireta influenciam o comportamento do mesmo.

Os fatores de risco são todos aqueles que fazem aumentar o risco de ocorrência dos comportamentos problema, desde início, frequência, persistência, ou duração das ofensas (Farrington, 2002).

De acordo com Eisenstein e Souza (1993), o risco é a probabilidade da ocorrência de algum acontecimento indesejável. Fatores de risco são elementos que aumentam a probabilidade de desencadear um acontecimento indesejado, não sendo considerados necessariamente o fator causal.

Os fatores apontados pela literatura como sendo influenciadores e condutores ao comportamento problema são: A família, influência dos pares, o contexto escolar, influências situacionais, entre outros.

7.1. Fatores de risco individuais

A nível individual, alguns autores defendem a existirem de fatores biológicos e temperamentais que predispõe os sujeitos aos comportamentos antissociais (Gottfredson, & Hirschi, 1989; Wilsson & Herrnstein, 1985). De acordo com estes autores, as diferenças predisposicionais predisposicionais são produzidas pela hereditariedade. O temperamento

difícil do indivíduo, assim como a sua baixa autoestima, a agressividade e impulsividade poderão ser fatores que contribuem para uma maior propensão a prática criminal (Buela-Casal & Kazdin, 2001).

A predisposição é definida pelo autor Zuckerman (1979), como a necessidade de variar, mudar de experienciar novas e complexas sensações. Segundo o referido autor estes indivíduos estão dispostos a correr riscos físicos e sociais em busca destas experiências. O mesmo autor postula que os sujeitos com alta necessidade de sensações conseguem senti-la positivamente através da excitação física cortical e estas sensações provêm de experiências como os de uso de drogas.

No entanto a procura de sensação não é o único fator de risco ao nível individual apontado pelos estudiosos desta temática. Alguns especialistas defendem que existe uma relação recíproca entre a autoestima e a delinquência, (Kaplan, 1978; Owens, 1994; Rosenber & Rosenberg, 1978; Rosenberg et al., 1989).

De acordo com a teoria sobre a delinquência da degeneração do eu (self) do Kaplan, a relação da autoestima com a delinquência é caracterizada como um laço de compensação Kaplan's (1975^a, 1980). Esta teoria tem como pressuposto que todas as pessoas têm necessidades básicas para ter uma imagem positiva sobre elas próprias e evitar a evolução negativa sobre si (Kaplan 1975^a).

O autor postula que quando ocorre uma experiência individual que leva o sujeito a ter uma baixa autoestima, o amor-próprio faz restaurar a autoestima diminuída. Esta autoestima é evidente na adolescência quando os jovens desenvolvem uma imagem favorável deles próprios e confinam os seus compromissos com o convencional grupo de referências, este grupo de referências é em retorno um suporte positivo e favorável a evolução do eu e dos membros do grupo. O problema surge quando os jovens não se conformam com o convencional grupo de referências e são consequentemente rejeitados pelos pares.

Esta rejeição conduz a uma evolução negativa da imagem própria e em retorno motiva a procura individual de recursos alternativos para a satisfação do amor-próprio, a alternativa escolhida por muitos adolescentes é a associação aos pares desviantes e o envolvimento em atos delinquentes.

O autor explica que estes adolescentes ao terem sucesso em conformar com o padrão desviante do novo grupo de referências, resulta numa evolução positiva da

autoestima, desta forma o adolescente cria uma resposta defensiva e adaptativa a questão do amor-próprio. De acordo com esta teoria o nível de autoestima é um fator de risco na medida que os jovens que são rejeitados, experienciam uma baixa autoestima o que faz diminuir o compromisso com o grupo de referências e aumenta a motivação para a associação aos pares desviantes e posteriormente o envolvimento em atos delinquentes.

Outros fatores individuais são considerados como motivadores de comportamentos problema. No caso da hiperatividade, impulsividade e a inteligência que podem constituir um fator de risco para a adoção dos referidos comportamentos e serem preditores da delinquência.

A hiperatividade é um constructo psicológico, tem início antes dos cinco anos e depois dos dois anos de idade e tende a persistir na adolescência Taylor (1986). Está associada a inquietação, impulsividade e baixa atenção, logo a designação hiperatividade, impulsividade e defice de atenção ou a síndrome HIA Loeber (1987). Refere-se a uma fraca habilidade para deferir as gratificações (Mischel, Shoda, & Rodriguez, 1989), e uma perspetiva curta do tempo futuro (Stein, Sarbin, & Kulik, 1968).

A inteligência, um constructo importante para a compreensão e interpretação do ambiente que nos rodeia, é também visto pelos especialistas como um fator que influencia o comportamento antissocial e preditor da delinquência.

Segundo Hirschi e Hindelang (1977), a inteligência é um constructo importante na correlação com a transgressão, pode ser medida precocemente. Frequentemente os transgressores que tenham cometido pelo menos quatro ofensas têm um QI de 88 aos três anos de idade, e os transgressores com menos ofensas têm um QI de 101, Uma baixa inteligência é definida como uma fraca habilidade para compreender e interpretar o contexto, as circunstâncias, de avaliar os riscos e as punições Hawkins, (2002).

7.2. Fatores de risco familiares

No que concerne a família, ela é definida como um lugar de comunicação, de trocas afetivas entre pessoas da mesma geração ou não, que vivem sob o mesmo teto ou não. A família é a meio de base onde se desenvolvem a personalidade da criança, influenciada pela interação direta com os pais, mas não ignorando a influência dos filhos aos pais. A família é um conjunto complexo no qual é preciso encontrar fios condutores para a compreensão das relações e os eventuais fatores produtores da delinquência. (Born 2005)

Na perspetiva de Fillieule (2001), a família é um microcosmo com característica estruturais ou com característica de socialização que constituem fatores de risco para a criança se tornar delinquente.

Segundo Petterson, Debaryshe e Ramsey (2000), as práticas parentais disruptivas são um mecanismo de produção de formas antissociais de desvio que ocorre durante o tempo que o sujeito é membro de uma família. Para estes autores algumas práticas parentais na infância são fatores consideráveis para o surgimento á posteriori de comportamentos agressivos.

Na perspetiva de Patterson et al.,200.cit. por Negreiros, Gaspar (.2009), a má gestão de comportamentos precoces de oposição, com práticas parentais rígidas e inconsistentes, leva ao comportamento agressivo através de um processo que envolve o aumento de interações coercivas entre pais e filhos. A criança quando entra para escola, a agressividade se manifesta neste contexto o que leva a rejeição frequente por parte dos pares pró- sociais e em consequência disso a criança vai perdendo o gosto em estar na escola. Estes aspetos facilitam a associação da criança aos pares agressivos onde os comportamentos antissociais são rapidamente reforçados. A associação e interação contínua colocam a criança e os jovens em risco de desenvolverem um padrão estável de comportamentos antissociais e posteriormente a delinquência.

A família tem um grande impacto na criança, sendo a família a principal referência da criança desde o momento do seu nascimento. É também no seio familiar que ocorrem importantes processos de socialização e a interiorização de normas e valores sociais. Numa família disfuncional poderão vir a existir lacunas nos processos de socialização e interiorização de normas que se repercutirá pela vida fora. Muitas das vezes as normas destas famílias contrariam as normas sociais, podendo estar inerentes diversas condutas antissociais como roubos, furtos, consumos, tráfico, maus tratos/violência doméstica. Ainda a fraca supervisão parental ou, por outro lado, os estilos educativos demasiado severos e punitivos poderão acarretar consequências nada favoráveis ao jovem. As famílias numerosas, a negligência parental, a escassez ou fraqueza do vínculo familiar, as famílias com membros delinquentes, a escassez económica ou a rutura familiar, onde se inclui o divórcio, a separação, a morte de parentes ou a institucionalização, são também fatores de risco da Delinquência juvenil (Buela-Casal & Kazdin, 2001; Hutz 2002; Thornberry & Krohn, 2004).

Para Loeber e Stouthamer-Loeber (1986), os fatores familiares que estão correlacionados e são preditores de condutas problemáticas juvenis e da delinquência são, a fraca supervisão parental, a disciplina parental áspera, a desarmonia parental, a rejeição parental aos filhos, o baixo envolvimento nas atividades da criança

Segundo o que foi acima citado e pelo que a literatura aponta, existem processos e fatores familiares que geram a delinquência. Fatores como a situação económica, a composição familiar, as características comportamentais dos pais, tipo de relações familiares entre outros. Fatores estes que serão abaixo descritos.

A situação económica da família

Quando nos debruçamos sobre a família temos sempre de ter em conta situação económica, tendo sido defendido por muitos muitos autores que um grande número de transgressores é proveniente de famílias desfavorecidas. Segundo Cohen (1955), os rapazes de classe baixa tem maiores taxas de insucesso escolar e mais vulnerabilidade para os comportamentos delinquentes. Na classe media, as trajetórias delinquentes parecem estar associadas dificuldade ao fato dos pais não ensinarem os adolescentes a adiar as gratificações imediatas em favor dos objetivos ao longo prazo. Claward e Ohlin (1960) argumentam que as crianças pertencentes a classe desfavorecida não conseguem alcançar uma vida afortunada e os objetivos universais de uma forma legítima, consequentemente estas crianças aprendem a encontrar resposta de uma forma ilegítima.

A composição familiar

No que respeita à composição familiar, famílias numerosas são apontadas como um preditor da delinquência (Fischer, 1984). Segundo Wadsworth (1979), a percentagem de rapazes oficialmente conhecidos como delinquentes, aumenta de 9% em famílias que contêm uma criança, para 24% em famílias que contêm quatro ou mais crianças. Outros autores partilham a mesma opinião, Newsons nos estudos efetuados, concluiu as que famílias numerosas são um dos fatores de risco mais importante a ser considerado (Newsons, Newsons & Adams, 1993).

As características comportamentais dos pais

No fundo, cada um é um pouco do ambiente do que o rodeia e é devido a isso que os comportamentos de quem os rodeia influenciam a sua forma de estar e encarar a vida. Diferentes estudos demonstram que os pais com comportamentos antissociais, criminais e alcoólicos tendem a ter filhos com comportamentos semelhantes (Robins 1979). Robins, West, e Herjanic (1975), efetuaram estudos com duzentos rapazes da etnia africana em St. Loís e descobriram que pais presos tendem a ter filhos presos e de acordo com os registos juvenis pais e filhos demonstraram padrões semelhantes de atos transgressivos.

A coesão/vínculo familiar

As relações familiares influenciam a vida de cada sujeito, há autores que referem que a vinculação ou a falta de coesão na família é um fator condutor a delinquência. A coesão familiar define-se pelos laços emocionais que os membros da família têm uns para com os outros e pelo grau de autonomia individual que o sujeito experimenta no sistema familiar (Born 2005).

No que concerne a vinculação (Bowlby 1951), na teoria lares desfeitos (Broken homes), aborda a questão da relação entre a delinquência e a vinculação, defende que os delinquentes em comparação com outra população jovem, sofrem uma completa e prolongada separação maternal durante os primeiros cinco anos de vida.

O autor argumenta que o amor maternal na infância é muito importante para a saúde mental, faz a analogia e diz que o amor maternal é como as vitaminas e proteínas necessárias a saúde psíquica. O referido autor postula que toda a criança deveria experimentar o afeto, amor e relação contínua com a figura materna. Se a criança sofreu privação maternal num período longo durante os primeiros cinco anos de vida, isto terá como resultado afetos negativos irreversíveis incluindo a delinquência.

A privação materna tende a transformar a criança num ser sem afeto, com sérias dificuldades em desenvolver laços amorosos para com os outros e consequentemente de vir a desenvolver relações emocionais e sentimentais profundas.

Estudos realizados em Boston Cambridge-Somerville (Mccorde 1979), corroboram no mesmo sentido, a agressividade parental, conflitos parentais foram significativamente precursores da violência, enquanto atitudes maternais como a rejeição e a indiferença aos filhos, foram significativamente precursores de crimes contra as propriedades. O referido

estudo reporta ainda, que uma pobre supervisão parental foi o melhor preditor em ambos os crimes, na violência como nos crimes contra a propriedade.

Segundo Shedler e Block (1990), a hostilidade e a rejeição materna aos cinco anos de idade é preditor de uma maior probabilidade, quando o adolescente tiver dezoito anos de idade, vir a ser usuário de drogas.

7.3. Fatores de risco relacionados a associação aos pares

Relativamente aos fatores de risco causados pela influência dos pares, estudos demonstram que comportamentos delinquentes devem-se algumas vezes as influências do grupo. Sobre este assunto Zimring (1981) e Reiss (1988), mostram que a delinquência tende a ser devido o compromisso com o grupo.

Aseltine (1995) defende que os amigos são a primeira fonte de influência no comportamento dos jovens e que a supervisão parental e a qualidade de vinculação têm uma relação fraca com a delinquência, este autor afirma que, é sobretudo pelos pares que os jovens são socializados e levados a praticar atos delinquentes.

Ainda relacionado com a influência dos pares, Vitaro e colaboradores (1997), confrontaram dois modelos teóricos, um é o modelo de influência dos pares (ou o modelo de facilitação social) que considera os amigos como a causa e sugere que uma ineficácia parental poderá conduzir a uma associação aos pares desviantes e consequentemente a delinquência. O outro é o modelo das características individuais (ou o modelo do controlo social) que considera os amigos como irrelevantes e sugere que o comportamento disruptivo na infância conduz à delinquência e à associação aos amigos desviantes.

Segundo Vitaro e colaboradores, (1997), num outro estudo realizado concluíram que as características dos pares podem influenciar algumas trajetórias de desenvolvimento de alguns rapazes, mas que essa influência não é independente das suas próprias características comportamentais.

7.4. A influência da escola no comportamento delinquente

No que concerne à associação entre o comportamento delinquente e o sucesso escolar, segundo Gottfredson, Sealock e Koper, (1996) verifica-se a existência de uma relação causal entre o insucesso escolar e comportamentos antissociais na medida que os alunos com insucesso escolar apresentam maiores níveis de comportamentos antissocial.

Na escola, o pobre rendimento escolar, as dificuldades cognitivas e de adaptação escolar, as más relações com os membros da comunidade escolar, as faltas ou mesmo o absentismo escolar são fatores que poderão estar igualmente na base da delinquência juvenil. Igualmente, a falta de organização escolar, a ausência de atividades extracurriculares que permitam a ocupação dos tempos livres dos alunos, ou a fraca atratividade dos conteúdos letivos, são também fatores que poderão impulsionar o desinteresse dos jovens pela escola (Loeber & Farrington, 2001).

As relações entre a escola e comportamentos antissociais são ainda referidas por outros autores como estando associadas visto que os adolescentes cujas expectativas futuras não estão virados para escola, estão orientadas para o contexto de grupo de pares e de um modo geral não consideram comprometedora a sua envolvimento em comportamentos desviantes como os de adolescentes que pretendem dar seguimento os estudos (Crosnoe, 2002; Kasen et al., 1998).

Segundo Power, Alderson, Phillipson, Shoenberg e Morris (1967), a prevalência das transgressões aumenta em função da idade dos jovens e dos níveis de ensino. Contudo este facto é menos perceptível consoante a organização da escola, das suas práticas, clima e a composição do corpo estudantil. Um estudo sobre os efeitos das transgressões realizado por Rutter, Maughan, Mortimore e Outon (1979), em que analisaram doze escolas, encontraram grandes diferenças entre elas. Escolas com alto padrão de delinquência tendem a ter alunos pouco habilitados e pais pertencentes a classes sociais baixas.

7.5. Os Fatores de risco causados por influências situacionais

O meio social em que o jovem se insere poderá ser também um fator a favor das práticas antissociais que constroem o conceito de delinquência juvenil, sendo que o facto de o jovem estar inserido num ambiente social instável, desfavorecido, onde a degradação física e social é uma constante e onde se vivenciam consumos, tráfico, maus tratos, furtos e toda uma vasta gama de comportamentos desviantes e de valores positivos face a criminalidade, poderão ser uma forte fonte de influência para o jovem consumir todos os comportamentos que experiencia (Loeber & Farrington, 2001).

Em suma, são vários os estudiosos deste tema que atribuem o aumento de crimes e da violência as alterações nas condições de vida dos jovens, sobretudo ao aumento da percentagem de crianças e jovens que vivem no limiar da pobreza e que frequentemente estão sujeitas a abusos físicos, psicológicos e sexuais, testemunhos de violência parental e

de atos de violência grave com adultos com quem têm uma relação estreita. Estes autores afirmam que existe uma relação estreita entre fatores da infância e comportamentos antissociais ou delinquentes. A prevenção da delinquência deve incidir sobre entre outros aspetos, a redução dos fatores de risco e a promoção de fatores de proteção.

8.Os Fatores de Proteção

Os fatores de risco e de proteção devem ser entendidos como variáveis independentes, pois podem afetar o comportamento sem que haja, necessariamente, uma complementaridade entre eles (Jessor *et al.*, 1995).

Os fatores de proteção são recursos pessoais ou sociais que atenuam ou neutralizam o impacto do risco (Eisenstein & Souza, 1993).

O desenvolvimento dos estudos sobre fatores protetores tende, atualmente, a enfatizar o processo de formação da *resiliência*, num progressivo abandono das abordagens centradas nos fatores de risco. A ênfase é atribuída aos elementos positivos que levam um indivíduo a superar as adversidades. Esse novo paradigma é certamente otimista, principalmente leva a acreditar que é possível, por meio de ações e programas, promover o bem-estar do adolescente, atuando no fortalecimento e no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais (publicação *al.*, 1998; Bloom, 1996; Assis, 1999; Assis & Constantino, 2001).

Embora as definições de *resiliência* sejam ainda bastante variadas, toda a discussão a respeito desse conceito está relacionada aos fatores ou processos intrapsíquicos e sociais que possibilitem o desenvolvimento de uma vida sadia, apesar de experiências de vida traumáticas.

A compreensão do conceito envolve o entendimento da interação entre a adversidade e fatores de proteção internos e externos ao sujeito, assim como do desenvolvimento de competências que permitam o indivíduo obter o sucesso diante da adversidade (Rutter, 1987; Assis, 1999).

Diante de acontecimentos traumáticos, os elementos de proteção assumem papel facilitador no caminho da construção da resiliência. Os estudiosos têm identificado três categorias de fatores de proteção em crianças e adolescentes resilientes: (a) *individuais*: temperamento que favoreça o sujeito a enfrentar os problemas, autoimagem positiva e a capacidade de criar e desenvolver estratégias ativas na forma de lidar com os problemas. Esses atributos denotam autoeficácia, autoconfiança, habilidades sociais e interpessoais, sentimentos de empatia, controlo emocional, humor e relacionamento com os pares.

Os estudos mostram que existem especificidades de gênero, de idade e de raça nas formas de demonstração da resiliência; (b) *familiares*: que se traduzem em suporte, segurança, bom relacionamento e harmonia com pais e ambiente de relações primárias; (c) *extrafamiliares* ou *ambientais*, quando se referem ao suporte de pessoas significativas e experiências escolares positivas (Emery & Forehand, 1996; Werner, 1996; Assis, 1999; Assis & Constantino, 2001).

A forma como o indivíduo lida com as adversidades, em psicologia, é chamada *coping*, termo que agrega o conjunto de estratégias utilizadas pelas pessoas diante de circunstâncias adversas ou estressantes. O *coping positivo* é construído ao longo do tempo e do processo de crescimento e desenvolvimento individual. Tal como a resiliência, as estratégias de *coping* dependem de atributos individuais, familiares e ambientais para se consolidarem no indivíduo. Uma vez estabelecidas, as estratégias funcionam como importante fator de proteção ao risco, proporcionando resiliência, caso sejam predominantemente ativas no sentido da resolução dos problemas (Garmezy & Rutter, 1988).

Segundo Thornberry (1987), o motivo pelo qual alguns indivíduos se envolvem em comportamentos de risco, como o consumo de drogas ou a delinquência, encontra-se nas variáveis familiares, sociais e psicológicas. Na base dos comportamentos delinquentes estão o grau de ligação aos pais, as crenças e valores não convencionais, falta de compromisso com a escola, associação com os pares desviantes. Thornberry defende que o comportamento desviante é o resultado tanto de uma vinculação débil da pessoa com a sociedade convencional, como de um ambiente social pobre onde o comportamento pode ser aprendido e reforçado.

Em geral, o efeito dos programas de prevenção verifica-se por intermédio do aumento dos chamados fatores de proteção e, simultaneamente, da diminuição de fatores considerados de risco.

A avaliação de inúmeros programas de prevenção, mostra que as intervenções direcionadas para a promoção de competências pessoais e sociais fazem reduzir os comportamentos antissociais. Estes programas definem claramente estratégias de prevenção baseadas na abordagem de fatores de proteção (Catalano et al., 1998).

CAPÍTULO III – A RELAÇÃO ENTRE A ETNIA E A DELINQUÊNCIA

9.A Relação entre a Etnia e a Delinquência

Uma vez abordado aspetos relevantes sobre a delinquência, neste ponto será retratada a questão da relação entre a etnia e a criminalidade. No que concerne as diferenças no crime entre os indivíduos de diferentes raças e géneros, nos EUA, pode verificar-se que no que respeita a prisão por homicídio envolvendo jovens delinquentes, a maior diferença racial foi observada no crime por homicídio (Snyder & Sickmund, 1995). Os referidos autores baseados em investigações descreveram os atributos dos perpetradores em relação a raça e ao género, envolvendo 600 homicídios entre o ano de 1980 e 1997. O grupo de transgressores foi igualmente dividido entre aos indivíduos negros e brancos com muito pouca prevalência das outras raças. As vítimas tendencialmente eram membros ou familiares dos próprios ofensores, tanto do género feminino (49%), como os ofensores do género masculino (34%). O uso de armas de fogo foi mais comum no género masculino (60%) em relação ao género feminino (25%), estas armas de fogo foram mais utilizadas por indivíduos brancos (62%), em relação aos transgressores negros (47%).

Segundo Snyder (1998), num estudo realizado em 1994 sobre a relação entre a etnia e a criminalidade, utilizando os dados do tribunal, constatou que houve um aumento (69%) da participação feminina na delinquência em relação ao género masculino (26%), com uma maior percentagem atribuído aos indivíduos da raça negra (41%), em comparação aos da raça branca (28%). Contudo o referido autor refere que essa participação feminina foi relativamente estável (17% em 1985 e 19% em 1994). O mesmo autor reporta ainda que a percentagem dos jovens negros na delinquência aumentou 29% em 1985 para 34% em 1994.

Leonard, Lind & Hawkins (1958) realizaram um estudo em Philadelphia, em que analisaram 6.086 indivíduos caucasianos e de diferentes etnias concluiu que, por cada subgrupo de raça e género, a delinquência grave foi mais propensa nos que iniciaram precocemente. Os indivíduos da etnia branca do género masculino foram os que mostraram uma maior diferença em ofensas graves entre o início precoce (65%) e o início tardio (30%). A Violência grave foi mais prevalente nos sujeitos negros, do género masculino (77%), com início precoce, contudo metade desta percentagem eram indivíduos que iniciaram tardiamente este comportamento mas que acabaram por exibir comportamentos delinquentes graves. No referido estudo também constataram que a delinquência grave é mais comum no género masculino em relação ao género oposto. A percentagem de indivíduos de género feminino da etnia branca com o início precoce é baixa (18.9%) e mais

instável, em comparação com a alta percentagem de indivíduos da etnia negra e de género feminino com o início precoce (27.9%).

No que concerne a vitimização, as investigações têm demonstrado que existem diferenças de riscos em relação a raça ou etnia, com os indivíduos da etnia africana a serem mais propensos a vitimização em relação aos da etnia branca (Catalano,2006 & Rennison,2002).

Segundo Lauritsen e Rennison (2006), existem diferenças de taxas de Vitimização Violenta entre mulheres negras, brancas e latinas. Em 1995 a taxa de mulheres negras vítimas da violência era de 26.3%, em comparação com a taxa de 18.9% e 15.5% para as mulheres latinas e brancas. Em 2001 a disparidade entre os grupos foi menor, mas ainda assim com o valor significativo para as mulheres negras com a taxa de (28.4%), para as mulheres latinas (26.9%) e para as mulheres brancas (22.4%). O despiste de consistência deste padrão tem suscitado reflexões acerca da causa desta disparidade de vitimização entre estas mulheres de diferentes etnias. A explanação das teorias da oposição defende o cultural versus estrutural. Considera que essa variação está relacionada com questões étnicas e raciais, sendo este o risco para a vitimização, considerado também as diferenças socioeconómicas e condições em que este grupo vive (Lauritsen & Rennison,2006;Hagan & Peterson,1995;Hawkins,1995). As investigações que aproximam as causas favorecem os fatores estruturais (Lauritsen & Rennison; Lauritsen &White,2001;Miller,2008), e as investigações menos extensivas favorecem fatores culturais como causa da disparidade da vitimização (Anderson, 1999;Brunson & Stewart,2006).

Na abordagem sobre a realidade Portuguesa é primeiro necessário reconhecer algumas limitações quanto a informação disponível. Como Ferreira (1998) indica, não é possível aceder a evolução “real” da criminalidade.

Os dados provenientes das autoridades policiais e Ministério da Justiça permitem enquadrar os crimes denunciados, os quais constituem apenas parte do panorama. Ainda assim, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE,2015) o crime contra o património é o crime mais praticado (18,5%). O segundo crime mais praticado é o contra a integridade física (5.3%), a seguir a este, está o crime de roubo de automóveis e veículos motorizados (4%), os outros crimes como os por condução de veículos com a taxa de álcool superior ao estabelecido pela lei ou o de furto/ roubo, são pouco expressivos.

Quanto a distribuição geográfica da delinquência, a grande percentagem dos jovens delinquentes encontra-se concentrada nas zonas de Lisboa e Porto, respetivamente nas zonas urbanas onde se encontra também a relação direta de uma cultura de consumo em expansão o que faz agravar mais a exclusão social deste grupo de indivíduos (Costa, 2001).

O estudo realizado pelos autores Gersão e Lisboa (1994) sobre a delinquência auto revelada aponta para a democratização da delinquência, devido a percentagem de jovens que admitem ter delinquido, essa percentagem é praticamente a mesma em todas as classes sociais. A tendência é a mesma em relação as diversas categorias de ofensas, por isso nenhum comportamento delinquente pode ser considerado exclusivo de uma determinada classe social. Os referidos autores consideram que o comportamento delinquente é bastante frequente entre os jovens independentemente da idade, género ou classe social e estatuto social. Estes autores salientam ainda que a realidade portuguesa não tem que ser considerada como preocupante. As taxas de prevalência não são muito elevadas especialmente no que toca as ofensas mais graves. Quanto a caracterização sociográfica dos jovens delinquentes envolvidos na justiça de menores em Portugal revelam uma predominância quase absoluta de menores oriundos de classes mais pobres (Seabra 2005).

A confirmar esta realidade Gersão (1998) escreve, do que se sabe dos jovens que transgridem a lei penal diz sobretudo respeito aos adolescentes colocados nas instituições de reeducação dos institutos de reinserção social, na sequência das práticas dos crimes. Segundo a referida autora estes jovens são provenientes de famílias pobres e com má situação educativa, com muita frequência pertencentes as minorias étnicas africanas, residentes em bairros degradados, estes jovens são agentes em regra de infrações contra a propriedade. Trata-se de uma ínfima parte, extremamente filtrada e selecionada da vasta gama de adolescentes que infringem a lei.

No entanto para a melhor compreensão da presença de menores estrangeiros no sistema da justiça portuguesa e a relação da etnia e a criminalidade, é considerado o estudo de caso realizado por Pedroso e Fonseca (1999) no tribunal de menores de Lisboa introduzindo a variável Etnia: Segundo os referidos autores na amostra deste processo surgiu um número bastante superior de famílias oriundas dos países de Língua oficial Portuguesa, quando tomado como referência a proporção destas famílias na população de Portugal. As crianças e jovens de origem africana representaram nesta amostra cerca de 30% dos que foram judicializados pelas práticas de factos considerados como crime, em ambos os anos 1989 e 1996. Os jovens de origem africana que praticam atos qualificados

como crime encontram-se concentrados sobretudo junto a capital e seus subúrbios, locais onde maioritariamente se encontram concentradas as famílias e comunidades de imigrantes oriundos dos países africanos da Língua oficial Portuguesa (Seabra 2005).

A criminalidade relacionada com a pertença étnica e/ou o fenómeno da imigração, em Portugal, é um tema que, embora atual e pertinente, tem sido pouco estudado e necessita de dados mais concretos de forma a desdramatizar eventuais culpabilizações e de forma a conhecer-se melhor a realidade, visando a adoção de medidas de prevenção do crime (Guia, 2008). Neste sentido será apresentado de seguida alguns estudos que fazem abordagem da criminalidade e etnia e posteriormente a abordagem da relação entre a delinquência/crime e a imigração.

9.1. A Criminalidade e Etnia

Um dos primeiros autores a desenvolver o trabalho que aborda sobre a questão da etnia e a criminalidade no meio prisional em Portugal é o Semedo Moreira (1999).

Neste trabalho, Semedo Moreira (1999) faz a caracterização sociológica dos reclusos de etnia cigana presentes no sistema prisional em 1998 e a informação engloba os dados pessoais pré-prisionais dos indivíduos, a sua situação criminal e penal, bem como aspetos relacionados com o consumo de estupefacientes e as relações familiares entre reclusos.

Foram encontradas diferenças entre as características sociológicas, criminais e penais dos reclusos de etnia cigana e da restante população reclusa, assim o referido autor defendeu que há um conjunto de traços diferenciadores que extravasam o suporte cultural e que fazem transportar para o interior das prisões e, por isso, dever-se-ia, no seu ponto de vista, pensar na problemática da privação da liberdade de indivíduos pertencentes a minorias étnicas e culturais.

Na tentativa de estimar a proporção de indivíduos de etnia cigana nas prisões no referido estudo, o autor considera que estes representavam 5 a 6 por cento da população reclusa (Semedo Moreira, 1999).

O estudo de filigrana das dinâmicas prisionais, salvaguardando a especificidade étnica existente no panorama prisional português, foi desenvolvido, anos depois, por Cunha (2001, 2005). Tendo como base de investigação o meio prisional feminino, Cunha (2001) deu a conhecer que a categorização raça/ etnicidade pode não explicar por si só as dinâmicas de sociabilidade intra-prisionais, mas acaba por ilustrar como as aceções essencializadoras de raça/ etnicidade constam na realidade intra-prisional.

Mas não é só, a autora demonstra ainda como as dinâmicas desenvolvidas em contexto de bairro, ou seja, extra-muros, são transportadas para a vida intra-muros. Os bairros de onde vêm as reclusas estão ao mesmo nível no que se refere a pobreza e pela inserção numa economia informal, como os mercados de droga locais, e são o palco de um jogo particular entre etnia e classe. As fronteiras existentes entre classe e etnia são cada vez mais críticas, na perspetiva da investigadora, uma vez que a composição desses bairros está evoluindo rumo a uma maior disparidade social. No entanto, essas duas categorias, a de classe e a de etnia, não deixam de figurar nas relações estabelecidas entre as reclusas (Cunha, 2001, 2005).

Corroborando com o estudo do Semedo Morreira, está o estudo desenvolvido por Fonseca e Neto (2006). Estes autores mostraram que o fator etnicidade é importante em meio prisional ao se debruçarem sobre a atitude dos reclusos ciganos e dos reclusos não ciganos face ao ensino recorrente em vários estabelecimentos prisionais portugueses. Nesse mesmo estudo, Fonseca e Neto (2006) evidenciam, a título de exemplo, que o nível de auto-confiança na frequência escolar é maior nos “não ciganos” do que nos “ciganos” (Fonseca e Neto, 2006).

Portanto, tendo como base estes três estudos, Resende (2006) defende que é possível afirmar que há, muito certamente, um *continuum* de preferências e opções individuais/grupais que são transportadas do meio livre para o meio prisional (Resende, 2006). A referida autora tem desenvolvido o seu trabalho no sentido de problematizar os conceitos de raça, etnia, etnicidade e nacionalidade e pô-los em prática no meio prisional, mostrando como as instrumentalizações políticas e académicas que se faz destes conceitos, por uso ou por omissão, acabam por potenciar ou enviesar a forma como se pode estudar e/ou intervir nas instâncias formais de controlo do crime, nomeadamente, a prisional (Resende, 2006).

O estudo mais recente levado à cabo por Cunha (2010) reforça a ligação existente entre três fenómenos: a classe social, as áreas geográficas, (como os bairros sociais urbanos) e a raça/etnia. Postula a autora, que os bairros urbanos, onde se desenvolve a economia retalhista da droga, as categorias raça/etnia e classe interagem. O baixo nível económico acaba por congrega populações etnicamente diversas em uma posição uniforme (Cunha, 2010).

Este estudo salienta que em Portugal, a raça/etnicidade, à semelhança do género – uma vez que a maioria dos estudos desta investigadora se centra em contextos de reclusão

feminina – não determina ou restringe o envolvimento na economia retalhista da droga. Pelo contrário, a economia retalhista da droga tem a dispor uma estrutura de oportunidades ilegal relativamente aberta, quer aos indivíduos pertencentes a minorias étnicas, quer aos que não pertencem.

O mercado baseia-se no tráfico de estupefacientes e tornou-se um dos vetores de nivelamento social e étnico. Esta interação existente extramuros entre a classe e a etnia faz com que, em contexto prisional, elas não sejam categorias críticas de identidade ou organizem as relações sociais. As categorias étnicas como africana, angolana, cabo-verdiana ou cigana são meramente discursivas e deixaram de ser um instrumento de luta de identidades. As relações de vizinhança e de parentesco fazem, hoje em dia, as reclusas partilharem uma identidade estruturada de classe (Cunha, 2010).

Quando se trabalha ou investiga questões étnicas ou a relação entre a etnia e o crime, a condução dos dados tende a levar-nos a compreensão da origem da questão que maior parte das vezes está relacionado com a imigração, há autores que acabam por colocar a ênfase, nos seus estudos, as questões da imigração ou da nacionalidade. Contudo, qualquer investigação mais abrangente que se pretenda desenvolver em Portugal, que tenha como foco a questão da etnia, acaba por ser de difícil materialização, como constata Seabra e Santos (2005), como também atesta Cunha (2010).

Primeiramente porque as estatísticas oficiais portuguesas registam apenas nacionalidades, e não etnias ou fenótipos. Os registos diretos ou indiretos, por parte do Estado, de dados que permitam tais informações são impedidos por lei, de modo a não reforçar estereótipos (Cabecinhas, 2007) ou para evitar a divisão racial da sociedade. Deste modo, a existência de grupos étnicos/raciais não é reconhecida formalmente pelo Estado, que reconhece apenas cidadãos. Os cidadãos portugueses incluem, portanto, sem qualquer especificação étnica, ex-imigrantes que adquiram entretanto a nacionalidade portuguesa. Em segundo lugar, as estatísticas estatais do crime só têm a categoria genérica de estrangeiros, sem distinção entre moradores – se com ou sem documentos – ou visitantes.

Contudo de seguida será feita uma breve abordagem da relação entre a etnia e a criminalidade, segundo a perspetiva teórica de alguns autores.

9.2. A relação entre a imigração e a delinquência/crime

No sentido de perceber quais os fatores que contribuem para a existência de comportamentos delinquentes nos jovens pertencentes as minorias étnicas, para além dos fatores de risco citados no capítulo anterior, será considerado neste ponto a relação entre a imigração e a delinquência.

São várias as teorias que explicam os motivos que levam os indivíduos a imigrarem. Segundo as teorias baseadas nos modelos de atração-repulsão pressupõem que, em ordem a maximizar as vantagens e reduzir o desconforto, o Homem é conduzido a efetuar escolhas racionais em função de determinadas ``pressões``.

Estas pressões, os fatores de repulsão e atração, ``empurram`` os indivíduos do seu local de origem, ``atraindo-os`` para outros locais. Os fatores de repulsão considerados são, fundamentalmente, de ordem económica e incluem: escassez de terras, desemprego, baixos, salários, seca, fome, explosão demográfica. Os fatores de atração constituem alternativas aliciantes aos de repulsão (Ravenstein, 1885).

No modelo macroeconómico a ideia fundamental subjacente à economia das migrações é que, tal como para os bens existe um mercado internacional, também para os recursos humanos existe um mercado de ``imigração``. Neste mercado os indivíduos tomam suas decisões ao escolherem, de entre várias alternativas a sua disposição, aquele destino que maximiza o seu bem-estar. (Charles, 1982; Shaw, 1975)

Segundo a teoria do capital humano, o mercado de imigração não opera ao acaso sobre as escolhas dos indivíduos; a seleção operada não é, portanto, aleatória.

Supõem-se que esta seleção provoca um equilíbrio no mercado ao nível da distribuição dos recursos. A questão do equilíbrio no mercado prende-se diretamente com o impacto económico da imigração nos países de acolhimento. Os defensores desta teoria argumentam que a interação dos imigrantes com a população autóctone no processo produtivo é complementar, adiantando que o impacto dos imigrantes nas oportunidades de emprego e rendimentos da população nacional são muito pequenos (Becker, 1964).

Na perspetiva de (Chiswick, 1990) defensor da teoria capital humano, os imigrantes quando chegam ao país de destino não possuem muitas das qualificações consideradas social e economicamente importantes. Assim, os rendimentos dos imigrantes a sua chegada são tendencialmente inferiores aos de nacionais que ocupam a mesma posição no mercado de trabalho.

Sobre a posição social das minorias étnicas e sobre os imigrantes os estudos dos autores da escola de Chicago deram importantes contributos na medida que muitos estudos atuais são baseados nos estudos efetuados pela escola de Chicago.

“The Polish Peasant in Europe and America” é um grande estudo acerca da vida dos imigrantes polacos, o maior e mais diversificado grupo étnico entre os vários grupos de imigrantes residentes nos subúrbios de Chicago. Ao constatarem que a desagregação na instituição familiar era acompanhada por um elevado índice de criminalidade, Thomas e Znaniecki (1918) puseram em prática um esquema teórico de análise de ação humana. Segundo este esquema, as causas dos fenómenos quer individuais, quer sociais, teriam de ser analisados sob uma perspetiva de dependência recíproca entre a organização social e organização individual. Esta dependência, de certa forma, equacionada com a noção de equilíbrio, pressupunha um ajustamento entre as necessidades individuais e as sociais, ou seja, um ajuste entre as aspirações dos grupos e as alternativas socialmente estruturadas. Segundo os referidos autores, a causa dos comportamentos desviantes observados entre os imigrantes polacos residentes nos bairros degradados de Chicago, estava associado a um processo de desintegração dos mecanismos de coerção social. Segundo Lewi (1977), e fazendo referencia a este mesmo estudo, refere que o índice de criminalidade observado naquele grupo étnico estava ligado às condições sociais de existência (não as características individuais ou genéticas dos membros do grupo) e a crise da instituição familiar, criando comportamentos anómicos.

Esta realidade dos imigrantes polacos residentes nos subúrbios de Chicago pode ser transposta a outros grupos de imigrantes com comportamentos semelhantes de desvio, residentes não só em Chicago como em outras partes do mundo incluindo Portugal, uma vez que as causas podem ser as mesmas.

Outro autor da escola de Chicago que muito contribui para a compreensão dos fenómenos urbanos ligados a minorias étnicas e a imigração designa-se Park. Partindo da noção Darwiniana da teia da vida, Park (1926) defendia que a sociedade humana podia ser entendida como um conjunto de indivíduos e grupos independentes competindo entre si por condições económica, territoriais e espaciais favoráveis. Foi nesta dinâmica dos processos sociais que surge a conceptualização do denominado *race relation cycle*, um esquema que procurava explicar os quatro processos principais que afetavam a história dos grupos e raciais.

Este ciclo caracterizado pela competição, conflito, acomodação e assimilação dos grupos étnicos. Esta conceptualização foi importante para a compreensão das relações raciais, processos relacionados com o comportamento coletivo, com a mobilização e com os enclaves de imigrantes nos mercados de trabalho das sociedades industrializadas.

Para Park (1926) os conflitos sociais existentes entre a população americana e os imigrantes ficavam a dever-se à desigualdade dos respetivos estatutos sociais. Estes conflitos, em muitos casos no conceito de desigualdade de raças, estavam enraizados na crença de uma ameaça aos padrões de ``acomodação social`` prevalecentes. O conceito de ``acomodação social`` designava um tipo de relacionamento intergrupos caracterizado pelo consenso face a determinados aspetos tais como as obrigações, dever, atitudes de referência e ``esferas de ação``. Por outro lado, na medida em que os privilégios se preservavam através da restrição do acesso a determinados estilos de vida, exclusivo dos grupos dominantes, a assimilação social constituía o único processo que permitiria esbater as distâncias sociais, a participação numa vida cultural comum e o acesso a estilo de vida até então reservados exclusivamente a determinados grupos.

As desigualdades sociais existentes nos grupos de minorias étnicas em comparação com o resto da população, que geram frustrações e comportamentos desviados em alguns dos indivíduos pertencentes a grupos étnicos.

Os jovens de origem africana tendem a apresentar comportamentos problemáticos, esta tendência prende-se com o facto de existir uma acumulação e interação diversos fatores de risco (individual, familiar e social) por exemplo, o facto de uma considerável percentagem pertencerem a famílias monoparentais, famílias de baixo nível socioeconómico e educacional.

Associados a estes fatores estão outros como a exposição a pressões específicas como por exemplo: aculturação, discriminação, racismo, intolerância, desenraizamento, preconceitos, etc. (Frasquilho,1996; Carlson,et al., 200; Matos et al.,2003).

As famílias de imigrantes lidam com diversas dificuldades que condicionam, a sua capacidade de afirmação cultural, como o facto de não haver estruturas que possam manifestar as suas especificidades, a imposição de padrões culturais Portugueses, discriminação e carências económicas entre outros.

Khan e Vala (1999), no estudo acerca dos processos de aculturação e de formação da identidade dos jovens de origem africana, identificaram várias estratégias de aculturação, da qual dependem o adequado processo de socialização e integração.

Estas estratégias são quatro, nomeadamente a integração que tem como base a manutenção da integridade cultural do grupo de pertença em sintonia com uma relação positiva com a sociedade de acolhimento; a assimilação passa pela opção de perda de cultura de origem e a adoção das normas e valores da sociedade de acolhimento; a separação, que se processa através da manutenção da cultura de origem, evitando o contacto com outra cultura.

Por fim, a marginalização manifesta-se quando os jovens encaram negativamente tanto a cultura de origem como a de sociedade recetora. Perspetiva-se que muitos dos jovens de etnia africana, filhos de imigrantes ou os designados de imigrantes de segunda geração tenham enveredado por esta ultima estratégia de aculturação.

Segundo Machado (1994), nos grupos étnicos existem profundas clivagens geracionais no interior das famílias que refletem a ausência de referências culturais identitárias comuns, sem que os jovens possam reivindicar nem as identidades dos pais, nem a identidade com a sociedade de acolhimento.

Estes Jovens que nasceram e/ou foram socializados no quadro da sociedade de acolhimento, onde sofreram influências poderosas de contextos como a escola, mas também dos medias, da sociedade ou das suas redes de sociabilidade juvenis. A sua cultura é inevitavelmente, produto disso mesmo, por maior que seja a importância da família e por mais que ela constitua um espaço fechado de produção de cultura de origem.

O autor em causa aborda também a questão da diferenciação de referências entre pais e filhos de imigrantes referindo que a referência dos pais é consideravelmente diferente do dos filhos. Os pais têm como referência os indivíduos que, em circunstâncias semelhantes no país de origem, não imigraram.

Para os filhos os valores do grupo de referência encontram-se mais próximos dos jovens portugueses, logo as expectativas dos filhos são diferentes das dos pais, são mais altas relativamente ao posicionamento social.

O não conformismo dos jovens, filhos de imigrantes africanos, poderá então ter origem, para além dos fatores de risco anteriormente apresentados como ausência de controlo familiar, o desinteresse pela educação escolar, a influência de grupo de pares, também na

ausência de referências identitárias específicas, as quais se distinguem das dos seus pais e ao mesmo tempo são diferente dos jovens da sociedade envolvente do país de acolhimento.

Apesar de serem conhecidas alguns dos fatores que influenciam os comportamentos problemáticos dos sujeitos desta etnia, ainda não foram apresentados os suportes teóricos que estabelecem a relação entre a imigração, etnia e desvio ou a delinquência neste grupo (Khan & Vala, 1999).

Na perspetiva de Park (1926) o processo de socialização e integração dos imigrantes no país de acolhimento é um processo evolutivo pressupunha que, a `` porta de entrada `` para a nova sociedade se efetuava a partir da base da pirâmide da estratificação social e que, com o tempo, os imigrantes adquiririam as qualificações (linguísticas e profissionais) necessárias a melhoria da sua situação económica.

CAPÍTULO IV – DELINQUÊNCIA E JUSTIÇA

10. Delinquência/Criminalidade e Justiça em Portugal

Feita a abordagem sobre a delinquência nas minorias étnicas, torna-se necessário apresentar o enquadramento da delinquência na perspetiva legal ou jurídica.

Os comportamentos que não vão de encontro ao que é esperado ou imposto pela sociedade são encarados como transgressores, o que leva a instabilidade social. Os transgressores sofrem punições que, hoje em dia, permitem a sua reeducação para a reinserção na sociedade.

Ao longo do tempo houve mudanças em relação ao estatuto da criança e do jovem, sendo que nos dias de hoje, a violação dos seus direitos se traduz em sanções jurídicas (Carvalho, 2001).

Mas não foi sempre assim, até ao século XVIII, o crime e a doença mental eram alvo de medidas semelhantes e bastante pesadas. Foi Pinel (1745-1826) que iniciou a primeira tentativa de diferenciar os transgressores com perturbação mental, daqueles que não a possuíam (Nunes, 2010). Foi a partir da primeira metade do século XX que se confirmou internacionalmente a necessidade de estabelecer a diferença entre a criança do adulto a nível legal, criando-se normas jurídicas distintas. O estatuto de criança e jovem foi alterado, passando a usufruir de direitos e deveres específicos.

A transgressionalidade juvenil passou a ser considerada a nível legal, após a criação do sistema de justiça de menores (Ferreira, 1997). A 1 de janeiro de 1911, a proteção de menores em Portugal assumiu uma enorme importância com a publicação do Decreto que criou as Comissões de Proteção. Porém, foi a Lei de Proteção à Infância (LPI) de 27 de maio de 1911, que iniciou a organização de um sistema judicial de proteção às crianças e jovens (Tomé, 2010).

No que concerne à proteção das crianças, Portugal esteve há 100 anos na vanguarda, ao criar, após a implantação da Primeira República, em 1910, a Lei das Tutorias da Infância (LPI), diferenciando a criança do adulto. Foi instituída a primeira Tutoria de Infância, que mais tarde deu origem aos atuais Tribunais de Família e Menores (Abreu, 2010). Esta lei assenta na vertente educativa, preventiva, tutelar e subjetiva. De molde a configurar todas as normas referentes às crianças num único texto legal, foi criada, em 1962, a Organização Tutelar de Menores, abrangendo transgressores ou jovens em risco.

Em 1978 foi efetuada a primeira revisão à lei, abrangendo, a partir daqui, a proteção de todas as crianças com idade inferior aos doze anos, ficando a cargo das comissões de proteção de menores, enfatizando a proteção social ao invés da judicial (Santos, 2004). Em 1996 começou a reforma da Organização Tutelar de Menores, com o propósito de diferenciar os menores considerados vítimas, ou em situações de risco, dos que cometem transgressões tipificadas como crime (Teixeira, 2008). Foram ratificadas três legislações distintas: Legislação sobre Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei relativa aos Processos Tutelares Cíveis e a Lei Tutelar Educativa. A Lei Tutelar Educativa (Lei nº 169/99) dependeu de uma reformulação dos mecanismos legais, levando a uma nova abordagem sobre a delinquência e como intervir (Gaspar, Carvalho & Matos, 2008).

Em 2000, a Organização Tutelar de Menores passa a ser vigorada tendo como base uma ideologia de proteção e tratamento abrangendo a sua aplicação tanto a crianças em risco como a jovens delinquentes. Logo após, foi criada a Lei nº 147/99 – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que abrangia indivíduos até aos 18 anos de idade, ou, em situação de risco em que a intervenção foi iniciada antes dos 18 anos de idade e este solicite a continuidade em acolhimento, pode excecionalmente abranger jovens até 21 anos. Contrariamente a Organização Tutelar, esta lei abrange todos os indivíduos que se encontram e residem em território, possibilitando chegar a todos e garantindo a proteção das crianças/jovens em perigo e ao seu desenvolvimento integral e a promoção dos seus direitos. Esta Lei é aplicada quando o representante legal do menor o coloque em situações de perigo e segurança, formação, educação, saúde ou desenvolvimento, ou em situações em que esse perigo seja resultado de um ação ou omissão de terceiros ou do próprio menor. Com a existência das Comissões de Proteção de Crianças tornou-se possível intervir de imediato retirando o menor de casa, sendo a intervenção do tribunal ou de entidades policiais.

10.1 A legislação de Menores em Portugal

Na lei nº166/99, de 14 de Setembro, consta a aprovação da Lei Tutela Educativa (LTE).

Com uma orientação filosófica de base protecionista reeducativa, a OTM vincava o papel paternalista dos magistrados e demais intervenientes no processo. A intervenção do tribunal tem como objetivo a proteção judiciária dos menores e a defesa dos seus direitos e interesses mediante a aplicação de medidas tutelares de proteção, assistência e educação (Vidal,1998).

O menor em situação de desvio relativamente aos padrões de normalidade é considerado pessoa carecida de proteção e o estado legitima-se, por essa razão, para o educar ou reeducar.

A necessidade de aprofundar a efetivação dos direitos fundamentais do menor, nomeadamente o direito à autodeterminação, levou a crise deste modelo. A inadequação do modelo protecionista deve-se, por um lado, a desatenção que vota aos direitos fundamentais do menor e, por outro lado, a sua comprovada ineficácia numa época em que se questiona o Estado-providência, os seus recursos e propriedades. Mas não só em última análise, aquele modelo radica numa perspetiva empobrecedora da personalidade. Uma perspetiva que vê no menor apenas um cidadão em potência, que o segrega de ordenamento jurídico a pretexto de melhor o proteger, que o guarda a vista de um estado tutor que, não podendo pela natureza das coisas, substituir-se ao seu meio familiar, portanto cria um arsenal de meios paliativos que, em muitos casos, não mais fazem que vigiar burocraticamente o seu crescimento (Rodrigues & Fonseca, 2003).

O modelo da OTM anteriormente apresentado tem sido alvo, desde do meado da década de 80, de inúmeras críticas, estando as mesmas associadas ao facto de esta legislação estar diretamente ligada ao sistema de Estado Providência considerado decadente por inúmeros críticos. Assim os críticos consideram que o modelo em causa não consagra os direitos fundamentais do menor, por um lado, e não responde de forma adequada e eficaz ao aumento da criminalidade juvenil ou seja não garante a segurança da comunidade por outro. Este modelo de proteção é ainda criticado pelo facto de não responsabilizar o menor com comportamento delinquente, partindo da premissa de que hoje se atinge mais cedo o limiar da maturidade (Vidal, 1998). Argumenta-se que a inimputabilidade em razão da idade já não corresponde a uma presunção legal de imaturidade. Ou seja o fato do sujeito ter uma idade igual ou inferior aos dezasseis anos não lhe retira a capacidade de avaliar a ilicitude da sua conduta ou pelo menos de sentir-se culpado quando pratica tais condutas.

No seguimento das críticas a OTM aponta-se ainda ao facto de serem confundidos e postos na mesma categoria, menores rebeldes ou agentes de um crime, o menor desadaptado, o menor abandonado ou em risco (Rodrigues & Fonseca, 2003).

Segundo Pedroso (1998) a análise da evolução da justiça de menores em Portugal demonstra-nos (...) que a unificação dos dois sistemas tem sobretudo como consequência: a

institucionalização dos pobres e das crianças vítimas nos mesmos moldes e instituições que os agentes de fato qualificados como crime; a ineficácia quer da proteção do risco quer das medidas tutelares, não conseguindo evitar o aumento das carreiras criminais juvenis; os processos decorrem sem garantias de defesa dos menores ou dos seus representantes legais.

Na perspectiva dos autores Rodrigues e Fonseca (2003), tudo isto deve-se ao fato de não haver a distinção entre a finalidade da intervenção tutelar de proteção e as finalidades da intervenção tutelar educativa. A intervenção protetora justifica-se quando o exercício de direitos cívicos, sociais, económicos, ou culturais do menor são ameaçados por fatores que lhe são exteriores (incúria, exclusão social, abandono ou maus tratos). A intervenção tutelar educativa deve confinar-se aos casos em que o estado se encontra legitimado para educar o menor, que se tenha manifestado uma situação desviante que torne clara a rutura com elementos nucleares da ordem jurídica, mesmo contra a vontade de quem está investido no poder paternal. Portanto o estado tem, assim o direito e o dever de intervir corretivamente sempre que o menor, ao ofender valores essenciais da comunidade e regras mínimas de convivência social, sempre que revele uma personalidade hostil.

Uma vez apresentados os objetivos que a intervenção tutelar educativa visa alcançar, há que referir em que consiste a LTE, os seus princípios e pressupostos:

A LTE aplica-se a menores com a idade compreendida entre os 12 aos 16 anos, que pratiquem facto qualificado pela lei como crime. Este modelo de intervenção junto dos menores vem substituir o chamado modelo de intervenção (OTM78), em que o menor desviante relativamente aos padrões da normalidade é considerado sujeito carecido de proteção e o estado legitima-se por essa razão em educar (Rodrigues & Fonseca, 2003).

O primeiro princípio da LTE é o da mínima intervenção. Subjacente a este princípio está o respeito pelo direito do menor à liberdade e à autodeterminação e o de, por regra, evoluir no seu ambiente socio familiar natural, sem constrangimentos por parte de outrem ou do Estado.

O primeiro pressuposto é o da existência de uma ofensa a bens jurídicos fundamentais, que são considerados pela lei como crime.

O segundo pressuposto, sendo a finalidade da intervenção tutelar a educação do menor por direito e não a retribuição pelo crime, não poderá aplicar-se medida tutelar sem

que se conclua, em concreto, pela necessidade de corrigir a personalidade do menor no plano do dever ser jurídica manifestada na prática de fato.

Porque a intervenção tutelar educativa não visa a punição, só deve ocorrer quando a necessidade de correção da personalidade subsistir no momento da aplicação da medida. Ainda no plano dos princípios a idade mínima para a intervenção tutelar é a partir dos doze anos de idade, abaixo desta idade, as condições psicobiológicas do menor exigem uma intervenção que não seja com o sistema da justiça (Rodrigues & Fonseca, 2003).

Entre as medidas aplicáveis, o tribunal escolhe a menos grave, só aplicando outra quando esta se revela inadequada ou insuficiente. Determinada a medida, o tribunal fixa o tipo de execução que represente a menor interferência na autonomia de decisão e de condução de vida do menor e possa suscitar a sua maior adesão e a maior adesão dos seus pais, representantes legais ou pessoas que têm a sua guarda de facto.

10.2. Medidas Tutelares Não Institucionais

Dentro das Medidas Tutelares encontramos as Institucionais e as Não Institucionais, que são sempre acionadas quando o menor pratica um ato qualificado como crime pelo código penal. O objetivo destas medidas é a não estigmatização do menor, a reeducação ou educação do jovem e a sua inserção de forma digna e responsável na comunidade. Embora que aplicadas quando o menor comete atos que sejam qualificados como crime pela lei e que de igual forma exijam uma intervenção, são as medidas não institucionais, as que melhor fomentam a responsabilização do jovem, permitindo uma melhor inserção do mesmo e não o seu afastamento na comunidade (Lúcio et al., 2001).

Dentro das medidas não institucionais a menos grave é a medida de admoestação, que consiste na advertência ou “ralhete” feito pelo juiz ao menor aquando da realização do ato ilícito. Outras medidas é a privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores. A medida adequada a reparação dos ofendidos, consiste no menor apresentar desculpas ao ofendido, compensar economicamente o ofendido no todo ou em parte, pelo dano patrimonial ou executar atividade ao favor do ofendido.

No que diz respeito a medida de realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade, comporta ao menor entregar uma determinada quantia ou exercer atividade em benefício de entidades de fins ou não lucrativos. Para além destas, é ainda

possível, a medida de imposição de regras de conduta, tendo como objetivo, criar ou fornecer condições para o menor se adequar as normas e valores jurídicos essenciais da vida na sociedade, podendo ser impostas medidas tais como não frequentar certos locais, não consumir bebidas alcoólicas, não acompanhar determinadas pessoas.

Pode ainda a medida consistir na imposições de obrigações, envolvendo o menor a frequentar um estabelecimento de ensino submetendo o controlo de assiduidade e aproveitamento, frequentar centros de formação profissional, programas de tratamento medico, medico-psiquiátrico ou médico-psicológico. Outra modalidade não institucional, abrange a frequência em programas formativos, onde é exigido ao menor a participação em programas de ocupação de tempos livres, educação sexual, educação rodoviária. Por último, a medida do acompanhamento educativo que consiste na execução de um projeto educativo pessoal que abrange as áreas de intervenção fixadas pelo tribunal.

10.3.Medidas Institucionais

Quanto as medidas institucionais, estas implicam técnicas de reinserção social, estabelecimento de planos e estratégias de inserção, podendo ser aplicadas de três formas ou regimes: Aberto, Semiaberto e Fechado.

Os jovens internados em regime Aberto e Semiaberto têm uma duração mínima de três meses a o máximo de dois anos; quanto ao regime fechado o mínimo é de seis meses e o máximo dois anos, e em casos excecionais o limite máximo é de três anos, estes são aplicados quando o menor tiver praticado fato qualificado como crime que corresponde a pena máxima aplicável de prisão superior a oito anos, ou quando o menor comete dois ou mais fatos qualificados como crimes contra pessoas a que correspondem à pena máxima. A execução da medida tutelar pode prolongar-se até aos 21 anos, momento em que termina obrigatoriamente.

CAPÍTULO V – ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

11.Estratégias de Prevenção dos Comportamentos Delinquentes

Desde sempre e até aos nossos dias, a sociedade é e foi um reflexo dos jovens que nela se inserem. Eles são uma criação da sociedade onde estão inseridos. Provêm de uma sociedade culturalmente heterogénea, marcada pela discriminação, desigualdades económicas e sociais, e existência de sistemas culturais diferenciados.

São muitos os fatores que conduzem ao comportamento antissocial, fatores estes que já foram abordados no capítulo anterior. Neste capítulo este tema será abordado de forma breve, de modo a dar seguimento ao verdadeiro conteúdo reservado à esta parte do trabalho que é a prevenção dos comportamentos delinquentes.

Alguns fatores individuais, a disfunção familiar e o abandono escolar, associados à pertença de grupos de pares consumidores de droga, residência em áreas problemáticas e a fraca supervisão parental contribuem para as perturbações de comportamento.

Alguns fatores individuais como deficiências ao nível cognitivo, verbal, dificuldades de aprendizagem, a baixa autoestima, depressão, ansiedade e abuso de substâncias podem conduzir aos comportamentos antissociais (Mash & Wolfe,2002).

Segundo Lahey Waldman e McBurnett (1999) as diferenças individuais no comportamento antissocial podem ser explicadas através de um único constructo que é a tendência antissocial, estas diferenças variam a nível de temperamento e competências cognitivas, cada uma destas com as suas influências genéticas e ambientais. As dimensões de temperamento incluem oposição, evitamento do prejuízo e frieza. A oposição constitui um dos fatores que contribui mais fortemente para o comportamento antissocial, especialmente quando este se manifesta nos primeiros anos de vida. O evitamento de prejuízo, segundo os referidos autores, baixos níveis de evitamento de prejuízo predispõe o sujeito para o comportamento antissocial. Em relação a frieza, traduz-se numa dimensão caracterizada por traços como a falta de simpatia pelos outros, egoísmo, diminuição de sentimentos de culpa, reduzida necessidade de ter amigos ou a aprovação social. Em casos extremos, a frieza pode incluir o prazer pelo domínio, intimidar, envergonhar e magoar os outros.

Estas múltiplas dimensões do temperamento parecem combinar-se aditivamente ou interactivamente para influenciar o risco do comportamento antissocial. Os autores consideram a hipótese de diferentes combinações destas três componentes do

temperamento predisponem os jovens para diferentes padrões de comportamento antissocial.

O aparecimento e a continuidade de numerosos comportamentos patológicos (especialmente perturbações de comportamento) se encontram fortemente associadas a qualidade das relações dos adolescentes com os grupos de pares. Esta relação obedece não só a necessidades educativas e sociais, mas também a motivações pessoais (Braconnier & Marcelli, 2000). A associação a grupo de pares desviantes, onde predominam os mais variados comportamentos antissociais como roubos, furtos, tráfico de drogas, consumos, posse de armas, violência, é um fator que explica a ampliação da prática criminal aos jovens que integram estes grupos. Segundo Moffitt & Caspi (2001) um dos preditores mais importantes no surgimento de comportamentos antissociais na adolescência é a associação da criança com os comportamentos antissociais precoces a grupos de pares.

Os problemas familiares parecem ser também preditor mais forte dos comportamentos antissociais (Patterson et al., 2000). Práticas parentais ajustadas são muito importantes na prevenção ou redução de comportamentos antissociais,

A escola, bem como a família e dos grupos de pares constituem um dos contextos de socialização mais importante. Alguns dos fatores associados a escola encontram-se também aliados ao ajustamento ou desajustamento dos jovens. Em relação a associação entre o comportamento antissocial e a escola, está relacionado com fatores como a falta de clareza e consistência ou reforço das regras escolares, fraca ligação com a escola, fraco desempenho escolar e o insucesso escolar (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009).

Os autores Gottfredson, Sealock & Koper, (1996) referem que um dos fatores comprovados no estudo como sendo causal, é o desempenho escolar. Vários estudos têm mostrado que os alunos com insucesso escolar apresentam maiores níveis de comportamentos antissociais.

Os avanços recentes na investigação ao nível médico e psicológico conduziram a uma nova forma de abordagem da saúde, centrada nomeadamente, no modelo biopsicossocial. Este modelo contextualiza a saúde e a doença como sendo produtos de uma combinação de fatores, incluindo as características biológicas do indivíduo (predisposição, genética, género, idade, raça etc.), fatores comportamentais (estilo de vida, stress, crenças de saúde) e fatores sociais (família, escola, suporte social, cultura, comunidade) (WHO, 2001). Deste modo a prevenção deve considerar todos estes contextos.

12.1. Tipos de prevenção

A prevenção no que concerne ao sector da saúde está enquadrada no modelo que preconiza um contínuo nos cuidados e abordagem aos indivíduos. Centra-se na alteração dos comportamentos e das práticas pessoais e sociais, no sentido da promoção da saúde individual e coletiva. No que se refere ao conhecimento científico, a prevenção ganhou um grande impulso nos países ocidentais nas últimas duas décadas, o resultado traduziu – se num aumento da qualidade da conceptualização e eficácia das intervenções desenvolvidas (Albee, 1996).

A prevenção ou intervenção preventiva tem como pressuposto o fornecimento aos indivíduos e/ou a grupos específicos conhecimentos e competências necessárias para lidarem com o risco associado ao consumo de substâncias Psicoativas e outros Comportamentos desviantes (CAD). Tem a sua ação sobre os contextos diminuindo a presença de fatores facilitadores da instalação dos supracitados comportamentos ou promovendo o desenvolvimento de fatores de proteção. As estratégias preventivas destinam-se a população geral, a subgrupos e a indivíduos e aplicam-se nos domínios do indivíduo, da família, da escola e da comunidade (IOM, 1994/2009).

Nesse sentido, a prevenção e a promoção da saúde, em particular da saúde mental, devem contemplar a avaliação da presença de fatores protetores/indicadores positivos para além dos indicadores de risco e de doença (Jessor, Turbin & Costa, 1998; Iglesias, 2002; Substance Abuse and Mental Health Services Administration [SAMHSA], 2002; Keyes, 2006; World Health Organization [WHO], 2004).

A tipologia clássica, que está ligada ao modelo da saúde pública, aponta três tipos de prevenção: primária, secundária e a terciária (Caplan, 1964). Para além das diferenças de natureza qualitativa que separam estes três tipos de intervenção, a distinção entre estes três tipos de intervenção preventiva, recai sobre a definição, mais ou menos explícita, de uma dimensão temporal. Assim a prevenção primária poderia ser caracterizada como um tipo de prevenção que procederia a manifestação de um determinado acontecimento desfavorável; enquanto que a prevenção secundária teria lugar pouco tempo depois de se terem manifestado os primeiros sinais de um determinado problema; a prevenção terciária ocorreria muito tempo depois de o problema se ter manifestado (Negreiros, 1998b). De seguida será feita uma descrição mais pormenorizada das principais características destes três tipos de prevenção.

12.1.A Prevenção Primária

A prevenção primária tem lugar antes do problema se manifestar, em que o objetivo principal é a criação de condições básicas de desenvolvimento e adoção de comportamentos de saúde, nomeadamente, ao nível físico (melhor alimentação, possibilidade de exercício físico etc.), ao nível psicossocial (estimulação precoce da natureza cognitiva e emocional por parte da relação interpessoal) e ao nível cultural (modelando a expectativa dos outros em relação a cada sujeito tendo em conta o seu estatuto social).

12.2.A Prevenção Secundária

A prevenção secundária ocorre quando o problema já teve lugar e tem como objetivo principal reduzir a taxa de problemas psicológicos e educacionais da população e impedir a evolução de processos de desajustamento psicológico e educacional, detetados numa fase precoce.

11.3.A Prevenção Terciária

A prevenção terciária tem por objetivo trabalhar a inclusão do sujeito ou grupo, corrigindo os efeitos comunitários já criados por situações de descompensação psicológica e educacional, modificando as atitudes disfuncionais da sociedade (exclusão social etc.) e intervir junto dos grupos de risco.

Segundo a classificação feita por Gordon (1987), existem três modalidades de intervenção preventiva, baseadas no reconhecimento de que a população alvo das intervenções pode ser diferente e apresentar deferentes tipos e níveis de risco. As modalidades das intervenções são:

- a) Intervenções preventivas universais;
- b) Intervenções preventivas seletivas;
- a) Intervenções preventivas precoces/indicadas.

12.4.As Intervenções Preventivas Universais

As intervenções preventivas universais são aplicadas ao conjunto da população. Algumas destas intervenções têm como objetivo a promoção da saúde mental em geral,

outras têm objetivos mais específicos como a prevenção de problemas de comportamento, ansiedade, depressão ou abuso de substâncias.

12.5.As Intervenções Preventivas Seletivas

As intervenções preventivas seletivas são dirigidas ao conjunto de indivíduos ou segmentos da população geral com características específicas identificadas como de risco acrescido de desenvolvimento de perturbações emocionais e de comportamento. Nos últimos anos esta modalidade de intervenção foi aplicada a um leque variado de grupos de alto risco, tendo como principal grupo alvo os pais e as famílias que são confrontadas com grandes transições de vida e /ou situações de alto risco.

12.6.As Intervenções Preventivas Indicadas

As intervenções preventivas precoces/indicadas têm como população alvo sujeitos que manifestam já uma determinada problemática. A intervenção tem como pressuposto a identificação de sintomas iniciais de uma determinada perturbação como objetivo quebrar a trajetória típica no desenvolvimento de varias formas de psicopatologia que inclui as perturbações do comportamento, a depressão, a ansiedade, os comportamentos de risco ou outra problemática.

12.7.Prevenção Ambiental

Nos últimos anos foi desenvolvida outra abordagem de prevenção, designada Prevenção Ambiental, tem como objetivo a alteração das normas sociais, através de estratégias globais que intervêm ao nível da sociedade e dos sistemas sociais. Estas estratégias preconizam a transformação dos ambientes culturais, sociais, físicos e económicos, que interferem com as escolhas individuais do uso de substâncias psicoativas. Neste âmbito, inserem-se medidas legislativas nacionais e internacionais relativas ao consumo e venda de substâncias psicoativas ilícitas e lícitas, como por exemplo, a taxação fiscal de produtos como o álcool e o tabaco, a exposição a mensagens publicitárias, o controlo da idade de venda dos mesmos ou ainda medidas em contextos particulares, como o meio escolar, que regulamentam o seu uso para toda a comunidade escolar (alunos, professores, profissionais e responsáveis pelos alunos) (EMCDDA, 2011).

É de frisar que o carácter específico ou inespecífico da intervenção, enquanto abordagem focada exclusivamente nos problemas resultantes dos comportamentos aditivos ou numa abordagem mais ampla e integrada que vai ao encontro de aspetos comuns a outras expressões de mal-estar como as perturbações do comportamento alimentar, o

desenvolvimento de comportamentos violentos ou de bullying, a adoção de comportamentos sexuais de risco, os processos de isolamento e depressão e ao limite do risco de suicídio. É frequente a separação artificial das abordagens preventivas mas a procura de respostas integradas vem sendo cada vez mais uma necessidade face às exigências de racionalização de recursos e à necessidade de evitar uma sobrecarga de mensagens dirigidas ao mesmo grupo sujeito (EMCDDA, 2011).

13. Os contextos da prevenção

A intervenção torna-se mais eficaz, se efetuada numa perspetiva ecológica, envolvendo o sujeito, à família, escola, grupo de pares, instituições governamentais, instituições privadas, órgãos de comunicação social e políticas governamentais (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009).

Na perspetiva de Foucault (1996), o estado não é o único que detém o poder sobre as pessoas, mas todas as instituições, entre elas: as classes dominantes, a família e a escola.

Segundo Costa e Porto (2008) é importante e urgente trabalho de prevenção da delinquência juvenil envolvendo a família, a escola e a sociedade. Considerando que o ser humano não pode ser visto como algo isolado, pois vive, cresce e se desenvolve dentro de um contexto interativo e dinâmico, onde a escola assume um papel importante, devendo ser mais uma das unidades que formam o processo de socialização do homem, juntamente com a família e a comunidade, essas instituições acabam por fazer um trabalho interligado e de extrema importância no desenvolvimento do ser humano. Daí a necessidade de se desenvolver técnicas de intervenções específicas por meio de políticas públicas eficazes, juntamente com cada uma das unidades socializadoras de forma a prevenir a delinquência juvenil.

A eficácia da prevenção da delinquência juvenil irá, assim, depender da elaboração de estratégias que tomem em consideração os diferentes fatores de risco inerentes aos vários domínios psicossociais previamente examinados, procurando atenuar os efeitos negativos desses fatores de risco ou promovendo o desenvolvimento dos fatores de proteção (Mulvey *et al.*, 1993; Welsh, 2005).

De uma forma geral, os programas de prevenção da delinquência juvenil têm sido aplicados em três contextos diferentes: a escola, a família e a comunidade.

Tendo por base estes três sistemas, serão de seguida descritas algumas das respostas, associadas a cada um dos contextos acima citados, as quais tem como objetivo principal a redução da probabilidade de ocorrência da delinquência juvenil.

13.1. Abordagem centrada na Escola

As estratégias de prevenção centradas na escola podem ser especialmente eficazes, na medida que muitos dos fatores de risco da delinquência, estão associadas a escola, como, o insucesso escolar, o abandono escolar, o fraco envolvimento na escola, a associação aos pares delinquentes e as transições ligadas a mudanças de escola (Dematteo & Marczyk, 2005).

Alguns dos programas orientados para a prevenção da delinquência nas escolas incluem programas centrados na aprendizagem de competências sociais (Bierman & Greenberg, 1996), programas de intervenção sociocognitivo destinados a correção de distorções cognitivas presentes nas crianças agressivas (Lochman & Wells, 1996) e programas orientados a modificação de certas características do ambiente escolar (Loeber & Farrington, 1998).

Ao nível da intervenção, uma das modalidades de intervenção escolhida pelos especialistas é o treino cognitivo-solução de problemas por ser considerado eficaz, modalidade essa que de seguida será sumariamente descrita.

Treino Cognitivo- Solução de Problemas

(Cognitive Problem- Solving Skills Training- PSST)

O Treino Cognitivo- Solução de Problemas (*PSST*) tem como foco as deficiências e distorções cognitivas existentes nas crianças e jovens com perturbação de comportamento em situações interpessoais (Mash & Wolfe 2002)

O principal pressuposto da *PSST* é o de que as perceções e avaliações que as crianças fazem dos acontecimentos que as rodeiam desencadeiam respostas violentas e antissociais, as quais têm origem numa diversidade de distorções e deficiências nos seus processos cognitivos e de processamento de informação.

Segundo esta abordagem as crianças com comportamentos violentos apresentam distorções já nos estádios iniciais de processamento de informação, que resultam, por exemplo, num enviesamento na evocação de sinais sociais, lembrando-se mais facilmente de sinais hostis (tom de voz, expressão facial) do que de sinais não hostis (Lochman *et al.*,

Lochman & Wells,1996). Quando chega a fase interpretação estas distorções persistem uma vez que as crianças violentas atribuem mais intenções hostis aos pares e adultos do que as crianças não agressivas.

Outras deficiências notáveis têm sido identificadas ao nível das competências de tomadas de decisões em crianças agressivas, verificando-se, por exemplo, que estas crianças desenvolvem menos soluções para um dado problema social comparativamente com as crianças não agressivas. Na fase das respostas, as crianças violentas optam por respostas violentas por terem a crença de que o seu comportamento levará ao fim do comportamento agressivo dos outros.

De uma forma geral, as principais distorções verificadas nas crianças com problemas de comportamento incluem:

- a) Tendem a engendrar menos soluções alternativas para a resolução de problemas interpessoais;
- b) Tendem a focalizar nos objetivos finais (ignoram as etapas intermedias para os atingir);
- c) Uma tendência para reconhecer menos consequências associadas aos seus comportamentos antissociais;
- d) Têm dificuldades em compreender as causas dos comportamentos das outras pessoas;
- e) Têm uma tendência a menor sensibilidade aos conflitos interpessoais.

O foco de intervenção da *PSST* consiste, desta forma, em desenvolver competências cognitivas e de resolução de problemas suscetíveis de desencadear mudanças no funcionamento das crianças das quais resultam padrões de comportamento social mais adaptativos. As subcompetencias mais importantes a serem trabalhadas podem incluir, a capacidade de conceber soluções alternativas para problemas interpessoais; identificar meios para alcançar determinados fins; compreender causas de comportamentos dos outros (pensamento causal); identificar possíveis consequências para as suas ações (pensamento consequencial); analisar situações a partir da perspetiva do outro (tomada de perspetiva); manifestar sensibilidade em relação aos problemas de natureza interpessoais (Brewer *et al.*,1995;Bierman & Greenberg,1996; Lochman &Wells,1996; Mash &Wolfe,2002).

Para o alcance destes objectivos, o terapeuta recorre a diferentes procedimentos, incluindo a modelagem e treino, *role-play*, reforço e punição ligeira, de

forma a auxiliar a criança a descobrir diferentes formas de interagir numa situação social. A criança aprende, de igual modo, a avaliar a situação, a identificar as suas reações e comportamentos, a alterar as suas atribuições acerca dos motivos das outras crianças, bem como a ser mais sensível aos sentimentos dos outros. Adicionalmente ela aprende a antecipar a reação dos outros e a encontrar soluções adequadas para os seus problemas sociais (Dishion & Patterson, 1992; Mash & Wolfe, 2002).

No entanto, não é claro se a alteração destas cognições é responsável pela melhoria dos comportamentos e se as alterações no processo cognitivo ainda que verificadas sejam suficientes para causar mudanças de comportamento (Dodge, 1989).

13.2. Abordagens centradas na família

As estratégias de prevenção centradas na família constituem uma modalidade essencial de prevenção da delinquência juvenil. A importância destas estratégias decorre do conhecimento das influências negativas dos fatores de risco familiares na ocorrência dos comportamentos delinquentes. As intervenções baseadas na família são de um modo geral classificadas como «centradas nos pais» ou de «apoio familiar» (Mulvey *et al.*, 1993). As abordagens centradas nos pais procuram ajuda-los a identificar sinais de delinquência juvenil, facilitando a aprendizagem de competências nos pais para fazer face eficazmente aos problemas de comportamento que possam surgir e promover um funcionamento social adaptativo na criança (por exemplo, capacidade de resolução de conflitos, promover a comunicação na família etc.).

As intervenções de apoio à família visam proporcionar serviços de apoio social aos pais, sobretudo às famílias de estratos socioeconómicos desfavorecidos. Esses serviços sociais podem incluir assistência médica, social e psicológica às famílias, contribuído para a redução de diversos fatores de risco da delinquência juvenil associados a este contexto mas que se reflete em outros contextos.

Ao nível da intervenção, a literatura aponta o treino de gestão parental e o tratamento multi-sistémico como às modalidades mais indicadas pela eficácia das mesmas.

Treino Gestão Parental

(Parent Management Training-PMT)

O Treino de Gestão Parental (*PMT*) tem como objetivo ensinar aos pais novas competências, para fazer face aos problemas de comportamento da criança (Mash & Wolfe 2002). Esta estratégia de intervenção tem como base teórica os resultados de

investigação que apontam para a existência de défices fundamentais ao nível de competências educativas específicas nos pais em que os filhos apresentam comportamentos agressivos. Outro fundamento teórico subjacente esta abordagem é a de que a base da perturbação de comportamento se encontra na interação desadequada entre pais e filhos que se apresentam, em parte, responsáveis pela produção e manutenção dos comportamentos violentos. Considerando estes aspetos os referidos autores acreditam que se houver uma melhoria da forma de interação entre pais e filhos melhora-se o comportamento da criança.

O *PMT* tem muitas variações, tais como treino individual/ treino em grupo, treino na clínica/ treino em casa, utilização de situações de vida/ utilização de material áudio. Esta estratégia de intervenção apresenta várias vantagens, sobretudo no que se refere a eficácia a curto prazo na produção de alteração de comportamento dos pais e da criança, apresentando os indivíduos que aderem ao tratamento uma melhoria de 80% em relação a aqueles que não o fazem. A redução da perturbação do comportamento na criança está também ligada a uma diminuição de stresse e da ansiedade nos pais.

Tratamento Multi-Sistémico

(Multisystemic Treatment-*MST*)

O Treino Multi-Sistémico (*MST*) é uma estratégia de intervenção que é aplicada no sistema familiar e enfatiza a interação social. A forma como as crianças geralmente interagem reflete as relações familiares possivelmente disfuncionais (Henggeler,1996).

O *MST* conceitualiza os problemas de comportamento na criança no âmbito de uma rede de sistemas sociais, incluindo a família, a escola, a comunidade e o grupo de pares. Os comportamentos antissociais são resultado ou podem ser mantidos devido a interação com ou entre alguns destes sistemas (Henggeler,1996).

Esta abordagem ao ser posta em prática deve envolver os membros da família, da escola, o grupo de pares e de um modo geral elementos da comunidade onde o adolescente está inserido.

Segundo as investigações realizadas por Henggeler (1996,1999) mostram que a *MST* é eficaz em crianças com perturbação antissocial e comportamentos violentos, tendo o autor verificado também uma diminuição na delinquência e na agressão a colegas e melhorias ao nível da relação familiar.

Um dos motivos que podem estar ligados a eficácia desta abordagem deve-se ao facto de o tratamento ajudar na redução a associação a grupos de pares transgressores e a diminuição

da taxa de adolescentes que se envolvem em comportamentos delinquentes (Mash & Wolfe 2002).

13.3. Abordagem centrada na comunidade

A abordagem de prevenção da delinquência juvenil centrada na comunidade são estratégias que procuram aumentar a capacidade de organização da comunidade, promovendo o desenvolvimento de atividades construtivas e que reforçam a coesão e o envolvimento dos jovens (Dematteo & Marczyk, 2005). Estas intervenções potenciam, assim, a utilização de recursos já existentes na comunidade (por exemplo, centros recreativos, clubes etc.) ou introduzem novas atividades que podem ser desenvolvidas no âmbito das atividades quotidianas dos jovens. Deste modo, a integração dos programas na comunidade tem a vantagem de interligar a aprendizagem de comportamentos pró-sociais com as situações do quotidiano do jovem, em vez de ser promovida em contextos especiais e mais restritos (Kazdin, 1996).

No que concerne a intervenção, a literatura aponta o tratamento multi-sistémico como uma das modalidades mais indicadas pela sua eficácia.

14. Programas Nacionais de Prevenção da Delinquência Juvenil e da exclusão social na população jovem.

No âmbito dos princípios contidos nas abordagens de intervenção acima citados tem sido desenvolvidos em Portugal alguns programas dirigidos à prevenção da Delinquência Juvenil e exclusão social. Entre estes programas destaca-se o programa Escolhas promovido pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e Social (ACIDIS) e o programa de intervenção GPS – *Gerar Percursos Sociais Um Programa de Prevenção e Reabilitação para Indivíduos com Comportamento Antissocial*.

14.1. Programa Escolhas

No que diz respeito ao programa Escolhas, foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro, e, posteriormente, renovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 de abril, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, de 26 de junho, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009, de 23 de julho. Reconhecendo a importância fundamental do Programa Escolhas no domínio da inclusão social.

O Programa Escolhas tem como objetivo promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, considerando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. O Programa Escolhas organiza-se de acordo as seguintes áreas estratégicas de intervenção:

- a) Inclusão escolar e educação não formal;
- b) Formação profissional e empregabilidade;
- c) Dinamização comunitária e cidadania;
- d) Inclusão digital;
- e) Empreendedorismo e capacitação.

Os projetos incidem sobre os participantes diretos e indiretos. Por participantes diretos entendem-se os públicos prioritários do projeto, nomeadamente aqueles com uma maior incidência dos riscos de exclusão e sobre os quais deverá incidir um acompanhamento mais regular. Por participantes indiretos são considerados os públicos expostos a riscos mais reduzidos.

São participantes diretos do Programa Escolhas as crianças e jovens, entre os 6 e os 24 anos, provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, nomeadamente descendentes de imigrantes e comunidades ciganas, que se encontrem numa ou mais das seguintes situações: em absentismo escolar; com insucesso escolar; em abandono escolar precoce; em desocupação; com comportamentos desviantes; sujeitos a medidas tutelares educativas; sujeitos a medidas de promoção e proteção.

São participantes indiretos do Programa Escolhas as crianças e jovens que não se enquadrem nas características definidas anteriormente, ou que, enquadrando-se, a incidência seja menor do que nos participantes diretos, bem como os familiares de todos os participantes, numa lógica de responsabilização no processo de desenvolvimento pessoal e social. Consideram-se, ainda, participantes indiretos, outros públicos-alvo (designadamente professores, auxiliares, técnicos, empresas, entre outros), desde que as atividades previstas não se afastem dos objetivos prioritários do Programa e sejam fundamentadas no diagnóstico de necessidades.

Podem candidatar-se a Programa Escolha entidades públicas e privadas que evidenciem corresponder a uma vocação de intervenção junto dos participantes do

Programa Escolhas e que disponham de competências específicas relevantes para as atividades propostas.

14.2.Programa GPS

Relativamente ao programa GPS, a aplicação deste Programa de Prevenção e Reabilitação para indivíduos com comportamento antissocial, em todos os centros educativos e em 10 estabelecimentos prisionais de Portugal (Continente e Ilhas), demonstrou ter efeitos significativos na reabilitação e reinserção social eficaz de agressores e delinquentes.

Este programa foi desenvolvido, por cientistas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC) para uma intervenção dirigida aos jovens em risco na Região Autónoma dos Açores. Foi implementado no âmbito do projeto de investigação GPS – Gerar Percursos Sociais, por uma equipa de investigadores da mesma faculdade em parceria com a Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais do Ministério da Justiça. Visava avaliar o impacto de uma intervenção focada na diminuição do comportamento agressivo e na regulação emocional (autocontrolo emocional) de indivíduos delinquentes.

Ao longo de três anos e meio, os profissionais trabalharam com dois grupos constituídos por 150 agressores juvenis (menores a cumprirem medida tutelar educativa de internamento) e por 300 reclusos adultos do sexo masculino.

A intervenção incidiu sobre cinco fases. Os investigadores começaram por apostar na promoção de competências de comunicação humana e de relacionamento interpessoal (aprender a dizer não, a pedir ajuda, a pedir desculpa, etc.). Posteriormente, foi trabalhado o processamento de informação disfuncional e a natureza e função das emoções básicas (raiva, tristeza, alegria, culpa e medo) e, por fim, foi abordada a mudança da visão que estes indivíduos têm de si próprios (sentimento de inferioridade e de diferença que impedem o desenvolvimento de um estilo de comportamento mais prossocial).

Segundo Daniel Rijo, investigador do Centro de Investigação do Núcleo de Investigação e Intervenção Cognitivo-Comportamental da UC, a implementação do GPS revelou um forte impacto positivo nas variáveis estudadas. «Os menores registaram uma melhoria significativa no controlo da raiva e no autocontrolo emocional e, no final da

intervenção, mostraram um estilo de pensamento prossocial (leitura mais realista das situações interpessoais). Quanto aos adultos, verificou-se uma descida muito acentuada nos níveis de ansiedade e depressão e uma redução dos sentimentos de desconfiança e de paranoia».

O GPS é um programa de intervenção que tem como objetivo proporcionar o incremento das relações e de conhecimento dos indivíduos sobre si próprio e sobretudo o conhecimento acerca dos outros, permitindo em última análise a contribuição para a desconfirmação de crenças negativas acerca dos outros e reforçar o estabelecimento de relações funcionais que poderão ser responsáveis por uma menor proeminência de ideação paranoide (Carvalho, 2008).

A paranoia é um sintoma encontrado em diversos diagnósticos e sendo um estilo cognitivo que o indivíduo usa para lidar com o mundo social encontra-se muito presente na população reclusa. Como tal um dos objetivos do programa GPS é a verificação da eficácia do referido programa na redução/flexibilização da paranoia nos reclusos intervencionados, visto que à Perturbações de Personalidade em contexto prisional é alarmante, e apontam para a necessidade de uma intervenção precoce, nomeadamente dado o carácter desenvolvimental das Perturbações de Personalidade – sobretudo da Perturbação Antissocial de Personalidade.

Um dos investigadores do estudo em causa, Daniel Rijo, concluiu que o foco da intervenção deve incidir sobre a necessidade e utilidade da inserção e generalização dos programas psico educativos nos planos de reabilitação de agressores e delinquentes. Afirma que este tipo de intervenções revela-se capaz de produzir melhorias no seu funcionamento psicológico e no seu estilo de comportamento. Constituem, sem dúvida, uma mais-valia para o cumprimento da finalidade das penas que visam a reabilitação e a reinserção social eficaz.

Conclusão

Para que o jovem possua um percurso salutar e normativo, deverá possuir fatores protetores que o inibam das práticas antissociais que englobam o conceito de delinquência juvenil. Assim, um ambiente social e familiar funcional, onde se privilegiem as boas relações afetivas e as normas positivas, bem como a convivência com grupos de pares normativos e a envolvimento e participação prossocial na escola e na restante comunidade envolvente são fatores que afastam o jovem do mundo desviante. A nível individual é

fundamental que o jovem possua competências sociais e relacionais positivas, bem como elevadas capacidades cognitivas e intelectuais, atitude intolerante face a comportamentos violentos e um temperamento resiliente, uma forte autoestima e autonomia, que permite o indivíduo ultrapassar positivamente situações hostis que vivenciou.

PARTE EMPÍRICA

15. Legitimação

Após a revisão bibliográfica, das teorias explicativas, dos fatores de risco e proteção associados, do trabalho realizado ao nível da perspetiva jurídica e das diversas abordagens preventivas relativamente à delinquência juvenil em Portugal, o próximo capítulo tem como objetivo a apresentação de um programa de intervenção face à marginalização junto dos jovens da escola EB 23 (Escola Mário de Sá Carneiro) situada na Freguesia de Camarate.

A fase da adolescência é marcada por diversas crises e/ou perdas: a crise existencial, a instabilidade afetiva, emocional, a indiferença, os problemas relativos à autoimagem, os conflitos de género, a procura da identidade, os conflitos com a família, entre outras angústias e mal-estares (Strech, 2006). Esta crise situa-se entre dois polos importantes: a dependência (protecção) e independência (autonomia), caracterizando-se por contradições, confusões, ambivalências, conflitos com os progenitores e com a função parental e de procura de identidade e autonomia (Silva, 2004). Nesta fase o jovem procura junto de grupos de pares a sua identidade, onde estabelece interações e passa a ter outros modelos de referência (Braconnier & Marcelli 2000; Kammerer, 1992).

O choque emocional ou a desorganização pubertária que caracteriza o jovem nesta fase poderá engendrar e originar perturbações de comportamentos e de condutas que são frequentes durante este período da vida (Negreiros, 2001; Almeida, 1987; Tyrode & Bourcet, 2000).

A delinquência enquanto fenómeno multideterminado pode ser originada, como revisto ao longo da introdução teórica da presente dissertação, por fatores de diversa ordem (biológico, psicológico e/ou social) com implicações ao nível dos comportamentos, atitudes, interações, pensamentos, emoções, crenças e expetativas (Simões, 2007).

Os fatores de risco individuais, familiares e sociais são preditores de comportamentos desviantes e a acumulação destes fatores acresce o risco da adoção destes comportamentos e a continuidade dos mesmos. Como também já foi citado no primeiro capítulo as crianças e jovens oriundos de minorias étnicas encontram-se expostos a um conjunto de diferentes fatores de risco que contribuem para uma maior probabilidade de virem a desenvolver comportamentos problemáticos.

De facto, as famílias oriundas das minorias étnicas africanas são famílias que apresentam taxas mais elevadas de monoparentalidade, maior dimensão dos agregados

familiares, baixos níveis educacionais e sócio económicos, aos quais se encontram associadas dificuldades ao nível das competências parentais e outras disfuncionalidades familiares. Os jovens de origem africana apresentam igualmente taxas mais elevadas de insucesso e abandono escolar, problemas de integração escolar e social, refugiando-se muitas vezes na adoção de comportamentos adaptativos às regras e normas subculturas juvenis que marcam as identidades destes grupos minoritários. Associados a estes fatores, encontram-se outras problemáticas como a exposição a pressões específicas como por exemplo aculturação, discriminação, racismo, intolerância, desenraizamento, preconceitos, etc.

Em geral, o efeito dos programas de prevenção verifica-se por intermédio do aumento dos chamados fatores de proteção e, simultaneamente, da diminuição de fatores considerados de risco.

Atualmente os estudos sobre o combate aos comportamentos desviantes tendem a enfatizar o processo de formação da *resiliência*, num progressivo abandono das abordagens centradas nos fatores de risco. A ênfase é atribuída aos elementos positivos que levam um indivíduo a superar as adversidades. Esse novo paradigma é certamente otimista, principalmente leva a acreditar que é possível, por meio de ações e programas, promover o bem-estar do adolescente, atuando no fortalecimento e no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais (Bloom, 1996; Assis, 1999; Assis & Constantino, 2001).

A *resiliência* está relacionada aos fatores ou processos intrapsíquicos e sociais que possibilitem o desenvolvimento de uma vida sadia, apesar de experiências de vida traumáticas. A compreensão do conceito envolve o entendimento da interação entre a adversidade e fatores de proteção internos e externos ao sujeito, assim como do desenvolvimento de competências que permitam o indivíduo obter o sucesso diante da adversidade (Rutter, 1987; Assis, 1999).

A forma como o indivíduo lida com as adversidades, em psicologia, é chamada *coping*, termo que agrega o conjunto de estratégias utilizadas pelas pessoas diante de circunstâncias adversas ou estressantes. O *coping positivo* é construído ao longo do tempo e do processo de crescimento e desenvolvimento individual. Tal como a resiliência, as estratégias de *coping* dependem de atributos individuais, familiares e ambientais para se consolidarem no indivíduo. Uma vez estabelecidas, as estratégias funcionam como importante fator de proteção ao risco, proporcionando resiliência, caso sejam

predominantemente ativas no sentido da resolução dos problemas (Garmezy & Rutter, 1988).

Trata-se de abordagens com o objetivo a prevenção de comportamentos antissociais por reconhecerem o valor preditivo da agressividade, sobretudo as que se manifestam precocemente, no comportamento antissocial e criminal futuramente (Negreiros, 2001).

As bases conceptuais destas abordagens são originárias de duas orientações teóricas diferentes. A primeira consubstancia-se numa perspetiva geral que tende a enfatizar a importância de certas competências cognitivas, sociais e comportamentais na adaptação. Subjacente a esta perspetiva está o pressuposto segundo o qual os comportamentos antissociais não são ativados somente por acontecimentos externos mas sobretudo pela forma como estes acontecimentos são idiossincraticamente percebidos e cognitivamente processados.

Deste modo, destaca-se a importância dos processos cognitivos para a compreensão e resolução de conflitos interpessoais e promoção de comportamentos pró-sociais. O conjunto dos pressupostos teóricos ligados à esta perspetiva tem recebido a designação de «modelo cognitivo de pensamento pró-social» (Ross & Fabiano, 1995; Garrido, 1993).

Este tipo de abordagem de intervenção inclui uma vasta diversidade de atividades e estratégias de intervenção na qual a linha comum consiste, no entanto, em promover e a aprendizagem de competências consideradas importantes na execução de tarefas tão importantes na adaptação e na promoção do comportamento pró-social.

CARTOGRAFIA

16. Cartografia do Programa

16.1. Objetivos gerais

Este programa tem como objetivo geral a prevenção dos comportamentos transgressivos dos jovens entre os 12 aos 16 anos de idade da escola, EB23 (Escola Mário de Sá Carneiro) da Freguesia de Camarate, através do desenvolvimento de um programa de promoção de competências pessoais e sociais e uma intervenção na área da educação perenal com os pais.

16.2. Objetivos específicos

- Amplificar a adesão do grupo-alvo às atividades preventivas;
- Desenvolver competências pessoais e motivacionais, reforçando a autoestima, a autoconfiança, a comunicação e a assertividade;
- Desenvolver competências sociais, dotando os jovens de medidas inclusivas, sentimentos de pertença e regras de conduta;
- Adiar o início das condutas transgressivas;
- Desenvolver outras competências, que possibilitem ao jovem aumentar a sua *resiliência* e resistência a uma conduta transgressiva (regulação emocional e autocontrolo, resolução de problemas e tomada de decisão).
- Promover o envolvimento e motivação para os objetivos da escola;
- A sensibilização dos pais para as mudanças (físicas, psicológicas e hormonais) inerentes a adolescência;
- Promover a gestão adequada das referidas mudanças,
- A promoção de um maior envolvimento dos pais nas atividades dos filhos.

16.3. População-alvo/destinatários

O programa foi concebido para adolescentes com idades compreendidas entre os doze e os dezasseis anos com comportamentos problemáticos, pertencentes a minorias étnicas na Escola EB 23mas especificamente na Escola Mário de Sá Carneiro na freguesia de Camarate mas, apesar de ser desenhada para esta comunidade, pode ser adaptado para outras comunidades com problemáticas semelhantes. O total de alunos participantes 35 jovens, com idades compreendidas entre os dez e os dezasseis anos, pertencentes à 5^o, 6^o e 7^o anos de escolaridade, das cinco turmas de cursos vocacionais. A falta de conhecimentos sobre diversas problemáticas como consumos de substâncias, sexualidade, saúde e higiene pessoal entre outras problemáticas, ditou assim, a necessidade de criação de um programa de desenvolvimento de competências pessoais e sociais nestes adolescentes, a participação no programa é voluntária.

14.4. Contexto de intervenção: enquadramento geral e área geográfica

O presente programa será desenvolvido na escola EB 23 do Agrupamento de Escola D. Nuno Álvares Pereira na Freguesia de Camarate. De acordo com os dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), e tomando como referência o recenseamento de 2011, Camarate apresentava 19789 moradores em 2011. No que respeita ao grau de escolaridade da população, mais de 30% da população desta freguesia atingiu apenas o 1^o ciclo do ensino básico (33%), sendo que cerca de 11% da população atingiu o segundo ciclo, cerca de 18,5% o terceiro ciclo e 16,5% o ensino secundário. Relativamente à taxa de analfabetismo, a média é de 5,9%, tendo havido um decréscimo de 2,4% de analfabetos entre 2001 a 2011. No que se refere à taxa de desemprego, Camarate apresentava em 2011, a taxa de 17,4% de desempregados.

No que concerne ao consumo de Substâncias Psicoativas na população Jovem, de acordo com os dados do inquérito em meio escolar (SICAD, 2011), verificou-se que o Concelho de Loures apresenta maiores prevalências de consumo para maioria das substâncias comparativamente à média nacional e à média para a região da Grande Lisboa, com particular relevância para a população do Ensino Básico sendo as drogas mais utilizadas são tabaco e bebidas alcoólicas. Esta tendência não se verifica no Ensino Secundário para o consumo de tabaco, álcool, cocaína, heroína, e LSD onde as prevalências são ligeiramente inferiores à área da Grande Lisboa.

Fazendo referencia a crianças e jovens em risco, segundo os dados da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, no ano de 2012 existiam 1512 processos processo ativos no Concelho de Loures. Destes processos 898 correspondem a processos transitados e 614 a novos processos.

No que diz respeito às famílias apoiadas pelo Rendimento Social de Inserção (RSI) de acordo com os dados fornecidos pela Câmara Municipal de Loures, no ano de 2011, foram apoiadas por este programa 2248 famílias no Concelho de Loures.

O Agrupamento de Escola D. Nuno Álvares Pereira, na qual está inserida a escola EB 23 (Escola Mário de Sá Carneiro), é uma escola TEIP (Território de Prevenção Prioritária). No ano letivo 2014/15 e no que concerne ao 2º ciclo, estavam inscritos nesta escola 427 alunos. A taxa de retenção neste ciclo de ensino foi de 27,9%, a percentagem de alunos em risco de abandono escolar foi de 0,5% e a percentagem de alunos beneficiários do SASE por terem insuficiência económica foi de 47,8%.

Relativamente aos alunos do terceiro ciclo, o número de alunos inscritos foi de 596 alunos, a taxa de retenção foi de 22,2%, a percentagem de alunos em risco de abandono escolar foi de 1,0% e de alunos beneficiários de SASE foi de 34,6%. Esta escola contém cinco turmas que abrangem medidas alternativas de educação e formação ou seja cursos vocacionais que visam ajudar os adolescentes a orientarem-se profissionalmente. Os alunos que fazem parte destas turmas por norma são alunos com carreira estudantil marcada por retenções, abandono provisório ou risco de abandono e insucesso escolar.

De realçar a heterogeneidade étnica da população escolar destas escolas, sendo que nos diferentes níveis de ensino cerca de 25% dos alunos são de origem Africana e existindo 3 das escolas do 1º ciclo onde cerca de 25% dos alunos são de origem Cigana. A precaridade económica das famílias dos alunos que frequentam as escolas da freguesia de Camarate encontra-se traduzida nos dados referentes aos alunos beneficiários de SASE e reforço alimentar, sendo que cerca de 50% dos alunos beneficiam do escalão A do SASE e cerca de 20% dos alunos do escalão B. Ainda cerca de 20% dos alunos do Agrupamento de Escolas de Camarate encontram-se abrangidos pela medida de reforço alimentar.

16.5. Apresentação do programa

Tomando em consideração as premissas acima referidas, pensou-se na elaboração de um programa de intervenção baseado no desenvolvimento de competências pessoais e sociais que capacitam o adolescente a obtenção de *resiliência* e que possam ensinar-lhes

estratégias de *coping* de forma a fazerem face as adversidades. Estas atividades permitem desenvolver e reforçar competências, que permitirão a redução do efeito das situações de risco, e irão promover situações de proteção em relação à exclusão social, na adolescência e adultícia.

Segundo Moreira (2005), a prevenção seletiva é dirigida a pessoas que se encontram numa situação de risco acrescido, em relação à restante população. Neste grupo, é visível a situação de risco acrescido, pela fase de desenvolvimento em que se encontram (adolescência) e pelas características dos jovens, assim como pelo contexto social em que estão inseridos, estando em contacto diário com a exclusão social. Os objetivos do programa e as características do grupo alvo e da comunidade em que se inserem permitem caracterizar esta intervenção como uma prevenção seletiva, não deixando de ser primária

A designação “**Integrar**”, atribuído ao programa, está relacionada com a dificuldade de integração social que se verifica nos grupos de minorias étnicas por diversos motivos, daí esta designação ao programa que visa ensinar estratégias para uma melhor integração.

O programa é composto por duas vertentes, uma das vertentes é orientada aos jovens e a outra orientada aos pais. O programa será composto por vinte e oito sessões distribuídas em quatro unidades, cada unidade é composto por sete sessões das quais, cinco das sessões são orientadas aos jovens e duas das sessões orientadas aos pais.

A unidade I é designada de “Eu Consigo”, é composto por sete sessões, o objetivo consiste em trabalhar competências pessoais, a autoestima, a autoconfiança, a inteligência e controlo emocional, a comunicação verbal e não verbal e gestão de conflitos.

A unidade II é designada de “ser Altruísta”, é composto por sete sessões, o objetivo consiste em trabalhar competências sociais tais como: a empatia, dar e receber cumprimentos, fazer perguntas, o respeito as regras de sala de aula, o respeito aos colegas, pais, professores e outros funcionários da escola, ajudar as pessoas noutros contextos para além da escola, esta unidade baseia-se no pressuposto teórico de que os indivíduos que apresentem comportamentos antissociais não possuem competências necessárias para funcionarem adequadamente em termos interpessoais. Embora as competências variem em função de cada indivíduo, idade e situação social (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). Nesta mesma unidade foi ainda abordado as consequências dos comportamentos transgressivos na perspetiva jurídica com a colaboração da entidade Escola segura.

A unidade III cuja designação é “A prática saudável”, visa abordar a importância da higiene e saúde oral, sobre a prática de sexo seguro, os perigos das substâncias aditivas, em

que as sessões foram desenvolvidas com a colaboração de entidades como A saúde Escolar (sessões sobre a sexualidade); A DICAD (sessões sobre os comportamentos aditivos).

A unidade IV tem a designação de “ Eu sou o que quero ser”, visa avaliar as competências pessoais e sociais adquiridas através da aplicação dos conhecimentos adquiridos em situações especificamente criadas para o efeito.

As sessões do programa decorrerão uma vez por semana, as quartas-feiras, com a durabilidade de hora e meia das 17:00 às 18:30h, distribuídas ao longo de sete meses durante o ano letivo, através da equipa técnica.

Para a realização dos acima referidos objetivos, o modelo de aprendizagem deve iniciar pela instrução, será explicado ao adolescente o trabalho a desenvolver e qual o objetivo e de que maneira aumentará a sua eficácia interpessoal; de seguida, faz-se o modelamento, onde, através do comportamento do técnico, ou de outros modelos, são mostrados aos adolescentes os resultados prováveis de respostas adequadas ou inadequadas, que podem surgir em situações sociais, orientando para os recursos disponíveis a lidar com estas situações; posteriormente, o adolescente terá de praticar. Utiliza-se o *role-play*, onde é encenado uma situação interpessoal, em que o adolescente demonstra os conhecimentos adquiridos. Após esta encenação, discutem-se os progressos e quais os aspetos a melhorar, sempre proporcionando um reforço positivo pela aquisição das novas aptidões (Del Prette & Del Prette, 2003); seguidamente faz-se a troca de papéis, onde o jovem encenará o papel daquele que causa maiores dificuldades de relacionamento interpessoal. Aqui ele perceberá que, por norma, uma resposta socialmente correta não desperta conflito ou agressividade, e que as respostas apropriadas têm uma maior probabilidade de alcançar os objetivos desejados. O adolescente deve se reforçado positivamente pelo técnico, na forma de elogio, sempre que uma aptidão é devidamente alcançada. Devem também ser salientados os aspetos a melhorar, de modo a que o adolescente esteja em contínua evolução (Gouveia, 1986).

Apesar do programa ter sido desenhado para os adolescentes e porque a família tem um papel central no processo de socialização dos adolescente, será igualmente realizado algumas seções dirigidas aos pais, nestas seções os temas vão no sentido de orientar os pais para, promover o desenvolvimento de praticas parentais adequadas, promover a sensibilização e a gestão de mudanças físicas, psíquicas e hormonais na adolescência, promover o envolvimento dos pais nas atividades dos filhos (promover a educação parental).

16.6. Identificação do consórcio

As atividades do programar “*Integrar*” serão realizadas no espaço cedido pela própria Escola Secundária EB23 que, sendo como já foi referido, uma escola TEIP, dispõe de um conjunto de recursos e respostas dirigidas para a uma minimização do impacto dos fatores de risco sociais económicos e culturais no percurso escolar das crianças e jovens. Deste modo a própria escola dispõe de um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família que conta com a colaboração de uma psicóloga e uma técnica de serviço social; o reforço das horas curriculares de Matemática e Língua Portuguesa; o apoio ao estudo; o desenvolvimento de atividades ocupacionais com o apoio dos animadores da escola.

O Gabinete de Orientação de Alunos “GOA” dirigido para a problemática da indisciplina e que proporciona o acompanhamento dos alunos que apresentam comportamentos de indisciplina e que são colocados fora da sala de aula como medida contentora destes comportamentos.

Além do apoio destes Gabinetes, elencamos as seguintes instituições parceiras e respetivos contributos:

- O Centro Social e Paroquial Nune Alves Pereira para o apoio social às famílias;
- Câmara Municipal de Loures (divisão de saúde),
- Centro de Saúde de Camarate através da equipa de Saúde
- Escola Segura
- DICAD – Divisão de Intervenção em Comportamentos aditivos

16.7. Constituição da equipa

O programa “*integrar*”, terá como equipa uma psicóloga da área forense e da exclusão social, uma psicóloga e um animador do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família sendo que deverão estar aptas para dar respostas, formação e orientação ao longo das sessões, e a colaboração dos seguintes parceiros do consórcio de acordo com os seguintes contributos:

- O Centro Social e Paroquial Nune Alves Pereira para o apoio social às famílias;
- Câmara Municipal de Loures (divisão de saúde), na colaboração nas sessões relacionadas com a promoção da saúde;

- Centro de Saúde de Camarate através da equipa de Saúde Escolar a colaboração nas sessões relacionadas com a promoção da saúde;
- Escola Segura para a realização das sessões sobre enquadramento legal dos comportamentos transgressivos
- DICAD – aditivos para o desenvolvimento das sessões sobre os riscos dos comportamentos aditivos

16.8.Duração/Calendarização

O programa terá início em Novembro e terminará em Junho, com interrupções nas férias escolares, assinaladamente, no Natal e na Páscoa. As sessões serão desenvolvidas, uma vez por semana, com o grupo, e individualmente, mediante necessidade dos jovens. O atendimento individual será nas salas do Serviço de Psicologia, em horário a indicar.

16.9.Avaliação do programa

Aquando da elaboração de um programa, é essencial a avaliação do mesmo, de modo a perceber se os objetivos estão a ser cumpridos e se o grupo alvo está a ser recetivo á nossa intervenção; se as atividades foram realizadas; se o tempo de execução das atividades foi o previsto; se os recursos utilizados foram os inicialmente planificados e qual a adesão e reação da população/ parceiros da atividade (avaliação de processo) e por último verificar a ocorrência de resultados e se os mesmos podem ser atribuídos à intervenção (avaliação de resultado).

A avaliação do presente programa é composta por dois momentos: Avaliação Processual, que procurará avaliar se o número de técnicos presentes nas sessões do programa é adequado; o número dos participantes, sua adesão e assiduidade a partir do preenchimento da folha de registo das sessões e das reuniões periódicas de avaliação da equipa técnica . Também terá em conta a própria avaliação dos participantes no que respeita ao funcionamento do programa (metodologias utilizadas, conteúdos, técnicos, satisfação, contributos) através da aplicação de um questionário de avaliação construído para o efeito.

No segundo momento, temos a avaliação de resultados, em que o objetivo avaliar o nível de informação adquirida sobre as diferentes temáticas abordadas bem como as competências pessoais e sociais adquiridas, a partir de um questionário aplicado aos jovens às famílias e aos professores (Pré e pós teste).

16.10 Avaliação externa

A avaliação externa será feita pela Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

17. Conclusão

Como já foi referido anteriormente, adolescência é marcada pelo período em que a criança se encontra a crescer e a fortalecer. De acordo com Almeida (1987), é um dos períodos mais agitados da vida humana. Este período marca o despoletar de um conjunto de transformações físicas, psíquicas, cognitivas e hormonais que em combinação e interação resultam numa série de transformações comportamentais, é necessário que os pais ou educadores tenham o conhecimento destas transformações, para uma adequada gestão dos conflitos que daí possam surgir e evitar as possíveis continuidades de comportamentos transgressivos e perturbações de comportamentos ou a delinquência.

A delinquência é um fenómeno multideterminado podendo ser originada por fatores de diversas ordens (biológico, psicológico e social) com implicações ao nível dos comportamentos, atitudes, interações, pensamentos, emoções, crenças, expectativas (Simões, 2007; Redondo & Andrés-Pueyo, 2007). Segundo a literatura, o conceito de delinquência, pode ser visto de acordo com diferentes perspetivas teóricas, desde aquelas que enfatizam aspetos sociais, económicos, até às que enfatizam aspetos individuais como a predisposição do indivíduo a comportamentos desviantes. Devemos ainda considerar os fatores de risco e de proteção, sendo que os fatores de risco e de proteção devem ser entendidos como variáveis independentes, pois podem afetar o comportamento sem que haja, necessariamente, uma complementaridade entre eles (Jessor *et al.*, 1995).

Os fatores de risco são todos aqueles que fazem aumentar o risco de ocorrência dos comportamentos problema, desde início, frequência, persistência, ou duração das ofensas (Farrington, 2002). De acordo com Eisenstein e Souza (1993), o risco é a probabilidade da ocorrência de algum acontecimento indesejável. Fatores de risco são elementos que aumentam a probabilidade de desencadear um acontecimento indesejado, não sendo considerados necessariamente o fator causal. Os fatores de risco podem ser de varias ordem social, familiar, escolar, a associação a pares desviantes etc.

Os fatores de proteção são recursos pessoais ou sociais que atenuam ou neutralizam o impacto do risco (Eisenstein & Souza, 1993).

A intervenção adequada é dirigida aos programas de prevenção, direcionados para a redução de fatores de risco e a promoção de fatores de proteção, como por exemplo a promoção de competências pessoais e sociais. Estes programas definem claramente

estratégias de prevenção de comportamentos antissociais, baseadas na abordagem de promoção de fatores de proteção (Catalano et al.,1998).

No que concerne a relação entre a etnia e a delinquência, segundo os dados pesquisados, os motivos que influenciam os indivíduos destas etnias a adoção de comportamento desviante, é a existência, acumulação, combinação e interação de diversos fatores de risco (individuais, familiares e sociais),que faz com que estes grupos estejam mais vulneráveis e mais propensos a adoção de comportamentos desviantes.

Em relação ao programa *“integrar”* foi com grande responsabilidade que este programa foi encarado e concluído, atendendo ao desafio que representa, quando consideramos as características da população-alvo a que se destina. A criação e aplicação de programas de prevenção é uma das áreas de intervenção da Psicologia Forense e da Exclusão Social. Um considerável número de programas desta área social intervém na adolescência, uma vez que os jovens são o futuro da nossa sociedade. No entanto, não deve ser descurada a aplicação de programas noutras faixas etárias, como na primeira infância, uma vez que isso possibilitaria apenas a necessidade de programas de manutenção de bons comportamentos, em vez de prevenção secundária, como muitas vezes acontece.

Este programa procurou intervir não apenas junto aos adolescentes, mas primou também pela intervenção junto da população que coabita com estes jovens, nomeadamente os familiares diretos, bem como os professores e outros técnicos da escola. Esta intervenção conjunta será uma mais-valia, visto que uma inclusão não se pode trabalhar só com o adolescente, pois caso este habite com pessoas excluídas, a sua mentalidade rapidamente voltará ao ciclo habitual, se a família não for alvo de intervenção, no seu todo. A participação e o envolvimento dos professores e outros técnicos da escola é muito importante para a concretização dos objetivos deste projeto, considerando que estas pessoas são figuras de referência, que convivem diariamente com os jovens, transmitindo-lhes valores, normas, boas práticas e, muitas vezes carinho e atenção, que os nossos jovens precisam e que muitas vezes escasseia no ambiente familiar. Daqui advém a pertinência da aplicação do programa em contexto escolar, pois trata-se de um local de fácil e rápido acesso aos jovens.

Acredita-se que com implementação de programas de intervenção psicoinclusiva poderá contribuir para uma melhor integração social dos nossos jovens e futuros adultos,

concorrendo para o combate da transgressionalidades e da delinquência e promovendo a não exclusão social destes indivíduos.

Referências Bibliográficas

A & M.R yarrow (Eds), *Development of antisocial and prosocial behavior* (pp.399-3849). New York; Academic Press.

Abreu, C.; Carvalho, I. & Ramos, V. (2010). *Proteção, Delinquência e Justiça de Menores – Um Manual Prático para Juristas... e não só....* Lisboa: Edições Sílabo.

Adolescentes.

Almeida, F. & Paulino, M. (2012). *Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses.* Lisboa: Pator – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.

Almeida, J. (1987). *Adolescência e Maternidade.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Alport,G.W.(1937), *Personality: A psychological interpretation*, Nova Iorque ,Holt.

Asis SG 1999. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta.* Fiocruz, Rio de Janeiro.

Assis SG & Constantino P 2001. *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro.* Fiocruz, Rio de Janeiro.

Bandura, A, (1973). *Agression: A social learning analysis.* Englewood cliffs,NJ: Prentice-Hall.

Bandura, A. (1977). *Social learning theory.* Englewood cliffs, NJ; Prentice-holl.

Becker (Howards.), *Outsiders*, Free Press, 1963.

Bloom B 1996. *The home environment and social learning.* San Francisco, Jossey-Bass. Butts,J.A.,& Snyder, H. N.(1997,September).*The youngest delinquents: Offenders under age 15.*OJJDP Bulletin.US. Department of justice, Cabot, R.C. (1940). *A long-term study of children.*

Blumstein, A., Cohen,J. Roth, J.A.,& Visser, C.A.(1986). *Criminal careers and ``career criminals``* (vol.2) Washington, DC: National Academy Press.

Born. M, (2005), *Psicologia da Delinquência*, Lisboa. Editora Climepsi.

Bowlby,J.(1951).*Maternal care and mental health*. Geneva, Switzerland. World health organization.

Braconnier, A. & Marcelli, D. (2000). *As Mil Faces da Adolescência*, Climepsi Editores. Cabecinhas, R. (2007), *Preto e Branco*. A naturalização da discriminação racial, Porto: Campo das Letras.

Cattel,R.B. (1950), *Personality*, Nova Iorque, Mc graw.

Clarke,R.V.,& Cornish,D.B.(1985).Modelling offenders decisions: A framework for research and policy .In M. Tonry & N.Morris (Eds), *crime and justice* (vol.6, pp.147-185). Chicago: University of Chicago press.

Cloward e Ohlin, *Delinquent and Opportunity*, Free Press.

Cohen (Albert), *Delinquent Boys*, Free Press 1955.

Cohen,L.E.,& Felson,M. (1979). Social change and crime trends: A routine activity approach. American sociological Review,44, 488-608.

Crosnoe, R. - High school's curriculum track and adolescent association with delinquent friends. *Journal of adolescent research*, 17(2) (2002) 143-167.

Cunha, M. I. (2001), *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*, Dissertação de doutoramento, Braga: Universidade do Minho.

Cunha, M. I. (2010), “*Race, Crime and Criminal Justice in Portugal*”, in A. Kalunta-Crompton (Ed.), *Race, Crime And Criminal Justice: Internacional Perspectives*, New York: Palgrave MacMillan, pp. 144-161.

Cunha, M. P. da (2005), “*Les gitans, la prison et le quartier: d'une relation spécifique devenue le modèle ordinaire*”, *Études Tsiganes*, nº 21: pp. 34-47.

Cusson, M. (1990).*Croissance et Décroissance du crime*. Paris: Presses Universitaires de France.

de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

Downey, G.,Lebolt,A. Ricon,C.Freitas,A.L-*Rejection sensitivity and children 's interpersonal difficulties*. Child development, 69 (4), (1998) 1074-1091.

Durkheim,E, (1991), *Le suicide*. Etude de sociologie, Paris, Puf.

- Eisenstein, E. & Souza, R. P. de. (1993). *Situações de risco à saúde de crianças e*
- Emery RS & Forehand R 1996. Parental divorce and children's well-being: a focus on resilience, pp. 64-99. In LR Haggerty, N Sherrod, N Garmezy & M Rutter M (eds). *Stress, risk and resilience in children and adolescents: process, mechanisms and interventions*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Evaristo Fernandes (1990). *Psicologia da adolescência e da relação educativa*. Edições ASA.
- Eysenck, H. j. (1977), *crime and personality* (3rd ed). London: Routledge & Kenjan Paul.
- Eysenck, H. j. (1953), *The structure of human personality*, Nova Iorque, Wiley
- Farrington, D.P. (1986b). Stepping-stones to adult criminal careers. in D. Olweus, J. Block,
- Farrington, D.P. (1992b). Explaining the beginning, progress and ending of antisocial from birth to adulthood. In J. McCord (Ed.), facts, frameworks and forecast: *Advances in criminological theory* (vol.3 pp.253-286). New Brunswick, NJ; Transaction publishers.
- Farrington, D.P. (1993c). *Motivations for conduct disorder and delinquency*. Development and psychopathology, 5, 225-241.
- Farrington, D.P. (2001). *Prevenção centrada no risco*. Infância e juventude, 3, 9-29.
- Ferreira, Esteves (1998), *Crime e Insegurança em Portugal*. Padrões e Tendências, 1985-1996, Oeiras, Celta Editora.
- Ferreira, P. (1997). *Delinquência Juvenil, Família e Escola*. *Análise Social*, 32 (4-5), 913-924.
- Ferreira, Pedro Moura (2000), *Controlo e Identidade: A não conformidade durante a adolescência*; *Sociologia Problemas e práticas*, nº 33, pp.55-85.
- Fertinger, I. (1964), Behavior support for opinion change. *Public opinion quarterly*, 28 404-417.
- Filleule, R. (2001), *sociologie de la délinquance*, Paris, Puf.

Fischer,D.G.(1984). *Family size and delinquency*. Perceptual and Motor Skills, 58,527-534.

Fonseca, C., Neto, F. (2006), “*Atitudes dos reclusos ciganos e não ciganos face ao ensino recorrente*”, Psicologia, Educação e Cultura, 10(2), pp. 329-352.

Foshoe, V., e Bauman, K.E. (1992). Parental and peer characteristics and modifiers of the bond. Behavior relationship: An elaboration of control theory. *Journal of health and social behavior*,33, 66-76.

Foucault, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga

Garnezy N & Rutter M 1988. *Stress, coping and development in children*. McGraw-Hill, NovaYork.

Gaspar, M., Carvalho, M, & Matos, M. (2008). Representações da delinquência em adolescentes. In Matos, M. (Eds), *Comunicação, Gestão de Conflito e Saúde na Escola* (pp.377-396),(4ª edição). FMH Edições

Gottfredson, D.C., Sealock, M. D. & Koper, C.S. - Delinquency. In R.J. Diclemente, W.B.Hansen &L.E. Ponton(Eds) *Hanbook of adolescent health risk behavior*. New York: Plenum press, 1996.pag.259-288.

Gottfredson, M., & Hirschi,T.(1989). A proposity event theory of crime, in W.S.Lanfer & F.Adler (Eds)., *Advances in criminological theory*, vol.1(pp.57-68).New Brunswick, NJ; Transaction publishers.

Gottfredson, M.R., & Hirschi,T.(1990).*A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Haim, A. (1969). *Les Suicides D´adolescents*. Paris: Payot.

Hansenne, M. (2003), *Psicologia da personalidade*, Lisboa, editora Climepsi.

Hawkins,J.D. (19779), *Delinquency and crime*: current theories.

Herpin (Nicolas).*Sociologia Americana*: Edições Afrontamento 1982.

Hirschi,T,& Hindelang, M.J.(1977). *Intelligence and delinquency*: A revisionist review. American sociological Review, 42,571-587.

<http://www.orientatejo.pt/2013/10/23/gps-gerar-percursos-sociais-programa-de-intervencao-da-uc-melhora-a-reabilitacao-de-jovens-e-adultos-delinquentes/>

<https://app.box.com/s/048b96f72599ed6076de>

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes

<https://psicologado.com/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/adolescencia-e-formacao-da-identidade-em-erik-erikson>

Jessor R, Bos JV, Vande1995. *Protective factors in adolescent problem behavior:*

Jessor, R,& Jessor ,S.L.(1977), *Problem behavior and psychosocial development*. New York; Academic Press.

Kammerer, P. (1992). *Delinquance et narcissisme à l'adolescence*. Paris: Collection Païdos/Adolescence.

Kaplan, H. B, & Mason,W.Alex (2001).Self-esteem and delinquency revisited (again), *jornal of youth and adolescence*; Feb 2001;30,1; Abi/inform complete pag 83.

Kasen,S .,Cohen,P.& Brook,J.S.- A dolescent school experiences and dropout, adolescent pregnant, and young adult deviant behavior; *Journal of adolescent research*, 13(1) (1998) 49-72.

Le Blanc,M. e Fréchette, M. (1989) (a). *Male Criminal Activity from childhood thought youth: Multilevel and Development perspectives*. NewYork: Springer –verlag.

Le Blanc,M. e Fréchette, M.(1987), *Délinquance et délinquant*, Gaetan Morin, Paris.

Lerner,R.M.(1986).*Concepts and theories of human development*. New York: Randon House.

Loeber,R.(1987).*Behavioral precursors and accelerators of delinquency*: in W . Buikhuisen &S.A. Mednick (Eds.). *Explaining criminal behavior* (pp.51-67).Leiden: Brill.

Loeber,R.,& Stouthamer-Loeber,M.(1986). *Family factors as correlates and predictors of juvenile conduct problems and delinquency*. In M. Tonry & N.Morris (Eds), *crime and justice* (vol.7, pp.29-149). Chicago: University of Chicago press.

Lúcio, Á., Sá, T., Caetano, M., Lucas, A. & Silva, F. (2001). *Marginalidade, Risco e Delinquência*. (1ª ed.). Caldas da Rainha: Livraria Nova Galáxia.

McCord,J.(1979).Some child-rearing antecedents of criminal behavior in adult men. *Journal of personality and social psychology*, 37, 1477-1486.

Merton, R.K. (1958), «*Social structure and anomie*» American sociological Review,3, pp.672-682.

Merton, R.K. (1968),«*Social theory and social structure*, Nova Iorque, free press.

Mischel,W.Shoda,Y, & Rodrigues, M.L.(1989).*Delay of gratification in children*.Scienc,244, 933-938.

Moderator effects and developmen rryn J, Costa FM & Turbin MS tal change. *Developmental Psychology* 31, (6):923-933.

Moffit, T.E. (1983) the learning theory model of punishment: Implications for delinquency deterrence. *Criminal justice and behavior*, 10,131-158.

Moffitt, T.E. (1993). *Adolescence-limited and life-course persist antisocial behavior*: A developmental taxonomy. *Psychological review* .100, 674-701.

Moffitt, T.E. (1997).Adolescence. Limeted and life course- persistent offending: A complementary pair of developmental theories. In T.P. Thorberry(Ed). *Advances in criminological theory: vol.7. Developmental theories of crime and delinquency* (pp.11-54).New Brunswick, NJ; Transaction publisheMatza, D. (1964), *Delinqueny and drift*, Nova Iorque,Wiley.

Moita, V. (1985). *Identidade, identificação e delinquência*: Contributos para uma compreensão psicológica e clínica da agressão e do comportamento delinquente. *Infância e Juventude*, 2, 25-52.

Munist M, Santos H, Kotliarenco M, Ojeda E, Infante F & Grotberg E 1998. *Manual de identificación y promoción de la resiliencia en niños y adolescentes*. OPS/OMS/Fundación Kellog, Washington.

Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis Trajetórias, intervenções e prevenção*. Lisboa Editorial Noticias 2001.

Negreiros, J. (2001). *Delinquências juvenis: Trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto: LivPsic.

Newson,J.Newson, E.,&Adams,M.(1993). *The social origins of delinquency*. *Criminal behavior and mental health*, 3, 19-29.

Nunes, L. (2010). *Análise Biográfica do Estilo de Vinculação e da Personalidade em Indivíduos com História de Abuso de Substâncias e Condutas Delinquentes*. Tese de Doutoramento não publicada. Universidade Fernando Pessoa. Porto.

Nye F.I. (1958). *Family relationship and delinquent behavior*. New York Wiley.

Patterson, G R, Capaldi, D. M, & Bank, L. (1991). An early stater model for predicting delinquency. In D.J. Pepler & k. H. Rubin (Eds), *the development and treatment of childhood aggression* (pp.139-168).Hillsdale. NJ: Lawerence Erlbaum.

Patterson,G., Debaryshe, B.,& Ransey, E.-Developmental perspective on antisocial behavior In W. Craig (Ed.),*childhood social development essential reading*. Malden: Blackwell, 2000.

Patterson,G.R.; De Barysche,B.B.,Ramsez,E.(1989),«A developmental perspective on antisocial behavior », American Psychologist, 44(2),pp.329-335.

Petrópolis, RJ: Vozes. Freire, Paulo. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

Pierre Galimard- *A criança dos 6 aos 15 anos* (psicologia e pedagogia) 1979 Moraes Editora.

Pinatel,J.(1987), *Le phénomène suicidaire*, Dunod, Paris.

Poiares, A. (2008). *Justiça, Exclusão Social e Psicologia ou Estranhas Formas de Vida*. In ARS IV DINCANDI, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves, vol. 1, Boletim da Faculdade de Direito da universidade de Coimbra. Coimbra: Coimbra Editores, p.967-982.

Power, M.J, Alderson, M.R., Plillipson, C.M., Shoenberg, E., & Morris J.N. (1967).*Delinquent schools?* New society 10, 542-543.

Reiss. A.J. (1988).Co-ofefending and criminal careers. In M. Tonry & N. Morris (Eds), *crime and justice* (vol.10.pp.77-170).Chicago: University of Chicago press.

Resende, C. (2006), “*Raça, Racismo e Etnicidade: Conceitos pouco visíveis num contexto pouco visível*”, Actas do VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Robins,L.N.(1979).*Study childhood predictors of adult autcomes*: Replications from longitudinal studies.IN J.E. Barrett, R. M. Rose, &G.L.Klerman (Eds.),stress and mental disorder(pp.219-235). New York; Raven.

Robins,L.N., West,K.J., & Herjanic,B.L.(1975).Arrest and delinquency in two generations; A study of black urban families and their children. *Journal of child psychology and psychiatry*, 16,125-140.

Rutter M 1987. Psychological resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry* 57, 316-331.

Rutter, M., Maughan, B.,Mortimore,P.,& Ouston, J.(1979).*Fifteen thousand hours*. London: Open books.

Santos, B. (2004). *Os caminhos difíceis da “nova” justiça tutelar educativa – uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei tutelar educativa* . Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Seabra, H. M., Santos, T. (2005), *A criminalidade de estrangeiros em Portugal*. Um inquérito científico, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Semedo Moreira, J. (1999), “*Ciganos na Prisão: Um Universo Diferente?*”, *Temas Penitenciários*, 2 (2), pp. 5-18.

Shelder,J.,& Block,J.(1990). *Adolescent drug use and psychological health*. *American psychologist*, 45, 12-630.

Sheldon,W.H.(1949), *varieties of delinquent youth*, Nova Iorque , Harper and Brothers. Stein,K.B, Sarbin,T.R.,& Kulik,J.A. (1968).Future time perspective; Its relation to the socialization process and the delinquent role. *Journal of consulting and clinical psychology* 32,257-264.

Silva, A. M. (2004). *Desenvolvimento de Competências Sociais nos Adolescentes*. (1ª ed.) Lisboa: Climepsi Editores.

Silva, A. M. (2004). *Desenvolvimento de Competências Sociais nos Adolescentes*. (1ª ed.) Lisboa: Climepsi Editores.

Snyder, H. N, & Sickmund, M. (1995), *juvenile offenders and victims*: A national report. Washington, DC: US. Department of justice, office of juvenile justice and Delinquency Prevention.

Snyder, H.N. (1998). Serious, violent, and chronic juvenile offenders, an assessment of the extent of and trends in officially recognized serious criminal behavior in a delinquent population. In R.Loeber & D .P. Farrington (Eds.), *serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp.428-444). Thousand Oaks,CA: Sage.

Strecht, P. (2006). *Olha por mim: Reflexões sobre temas da infância e adolescência*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Taylor, E.A.(1986).Childhood hyperactivity. *British journal of psychiatry*, 149,562-573. Tittle,C.R., & Meire, R.T.(1990).Specifying the SES/ delinquency relationship.

Teixeira, C. (2008). *O jovem delinquente em contexto escolar*. Tese de mestrado não publicada. Universidade Portucalense, Porto.

Thorberry, T. P, & Krohn, M.D. (in press). The development of delinquency: An interactional perspective. In S.O.White (Ed.), *Handbook of law and social science. Youth and justice*. New York Plenum.

Thorberry, T.P. (1987). *Toward in interactional theory of delinquency criminology*, 25,863-891.

Thrasher, *the gang*, University of Chicago press, 1º ed.1927. *Criminology*, 28, 271-299.

Tomé, Maria Rosa (2010). “A Cidadania Infantil na Primeira República e a Tutoria da Infância. A Tutoria de Coimbra e do Refúgio Anexo”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 10, 481-500.

Tyrode, Y. & Bourcet, S. (2000). *Os Adolescentes Violentos*. Lisboa: Climepsi Editores

Tyrode.Y e Bourcet.S (2002), *Adolescentes violentos*, 1ªedição Lisboa. Editora Climepsi.

Vitaro.F.,Tremblay,R.E.,Kerr.,M.Pagani,L.,Bukowski,W.M.(1997),«*Disruptiveness frind's characteristics, and delinquency in early adolescence: A test of two competing models of developmental*» *Child development*,68(4),pp.676-689.

Wadsworth,M.(1979).*Roots of delinquency*. London: Martin Robertson.

Werner EE 1996. Vulnerable but invincible: high riskchildren from birth to adulthood. *European Child & Adolescent Psychiatry* 5: 47-51.

Wilson.J.Q., & Hernstein,R.J.(1985).*Crime and human nature*. New York: Simon & Schuster.

Wolfgang. M.E. Figlio, R. M. & Sellin, T. (1972). *Delinquency in a birth cohort*. Chicago: University of Chicago press.

Zimring,F.E.(1981).Kids, groups and crime: Some implications of a well-known secret. *Journal of criminology*, 72, 867-885.

Zuckerman, M. (1979). Sensation seeking: *Beyond the optimum level of arousal*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

APÊNDICE

Apêndice I

Descrição das Sessões do Programa *"Integrar"*

Unidades	Nº da Sessão	Duração	Atividade Desenvolvida	Objetivo Geral
I "Eu Consigo"	7	1:30H	Sessões 1 a 3 Técnicas: Observação e descrição da própria imagem refletida no espelho, roleplay relaxamento, Sessões 4 e 5 Técnica: roleplay, demonstração de fotografias onde estão expressas algum tipo de emoção, demonstração de vídeos.	Trabalhar a autoestima, autoconfiança, e a comunicação. Trabalha a inteligência emocional e gestão de conflitos.
II "Ser Altruísta"	7	1:30h	Técnicas: A realização diálogos, encenações (criar contextos onde o jovem deve dar ou receber cumprimentos, ajudar os outros,	Aquisição de competências sociais (Fazer perguntas, dar e receber cumprimentos, empatia, o cumprimento de regras, ajudar o

			cumprir regras).	outro.
III “A prática Saudável”	7	1:30h	Técnicas Intervenções das entidades como: A Saúde Escolar; DICAD; Escola Segura.	Trabalhar a importância da higiene e saúde, sexo seguro, a abordagem dos perigos do consumo de substâncias aditivas e as consequências legais dos comportamentos transgressivos
IV “Eu sou o que quero ser”	7	1:30h	Técnicas: observação no contexto real e a aplicação de questionário.	Avaliar As competências pessoais e sociais adquiridas.

Apêndice II

Consentimento informado

Termo de Consentimento Informado

No âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia Forense e de Exclusão Social, de Helga Vaz Rodrigues Magalhães, número 21301907, que se realiza na escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, venho por este meio solicitar a autorização e disponibilidade para que os alunos que fazem parte dos cursos vocacionais, possam participar nas atividades do programa “**Integrar**” a realizar na escola EB23 (Escola de Mário de Sá Carneiro).

O objetivo geral do programa consiste na abordagem da prevenção dos comportamentos transgressivos e da delinquência juvenil dos jovens entre os 12 aos 16 anos de idade, através do desenvolvimento de atividades que levaram os jovens a aquisição de competências pessoais e sociais para a prevenção dos comportamentos acima referidos.

A participação é voluntaria mas carece de um pedido de autorização, motivado por questões éticas.

Desde já manifesto a inteira disponibilidade para o esclarecimento de quaisquer dúvidas e agradeço a vossa atenção e disponibilidade.

Obrigado

Local Camarate

Data:-----

Apêndice IV

Assunto: Pedido de autorização para a participação nas atividades do programa “*Integrar*”.

Camarate, 18 de Novembro de 2014

Exmo.(a) Encarregado(a) de Educação,

No âmbito dissertação de mestrado em Psicologia Forense e de Exclusão Social, de Helga Vaz Rodrigues Magalhães, número 21301907, que se realiza na escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, venho por este meio solicitar a vossa participação em algumas sessões do programa “*Integrar*”, que visa a prevenção e intervenção dos comportamentos transgressivos e delinquentes, à realizar-se na escola EB23 (Escola Mário de Sá Carneiro), na Freguesia de Camarate, nestas sessões serão abordadas temas como: À sensibilização dos pais ou encarregados de educação das mudanças (físicas, psicológicas e hormonais); que ocorrem na adolescência; à gestão adequadas dessas mudanças; à promoção das práticas parentais adequadas; à promoção do envolvimento dos pais nas atividades dos filhos.

Com os melhores cumprimentos,

Helga Magalhães

Apêndice V

Grelha de avaliação do módulo IV

Nome do Participante

Competências	Itens para paresiação	Níveis de Sucesso				
		1	2	3	4	5
Gerais e específicas	Participação nas atividades					
	Comunicação Verbal					
	Comunicação não-verbal					
	Autoestima					
	Capacidade de Autorrevelação					
	Confiança					
	Criatividade					
	Assertividade					
	Revelou atenção durante as Dinâmicas					
	Desenvolvimento Comunicacional					
1	2	3	4	5		
Não Revela	Revela Pouco	Revela	Revela Muito	Revela Totalmente		

Avaliação pelo Dinamizador: